

ORGANIZADORES

Valeska Regina Soares Marques  
Ronaldo do Nascimento Carvalho  
Diogo Janes Munhoz

# Um olhar do mundo por meio das diversas áreas do saber

## O que propomos para viver melhor

### AUTORES

Débora Cristina de Souza Alexandre  
Gabriella Freitas Macedo  
Jane Cleusa da Costa Klein  
Josy Lira Dias  
Lucas Amaral dos Santos Barroso Leite  
Maria Izabel Nogueira do Nascimento  
Manuel António Mufuty  
Neliza Helena Ribeiro Taconi

Péricles Queiroz Araújo  
Poliana Freitas Vieira Araújo  
Rafael da Silva dos Santos  
Roberta Iael da Costa  
Ronaldo do Nascimento Carvalho  
Valéria de Fátima Soares Marques Coelho  
Valeska Regina Soares Marques  
Zilda Lopes Rombaldi

**Um olhar do mundo por meio das diversas áreas do saber:  
o que propomos para viver melhor**



**Valeska Regina Soares Marques  
Ronaldo do Nascimento Carvalho  
Diogo Janes Munhoz  
[Orgs.]**

**Um olhar do mundo por meio das diversas áreas do saber:  
o que propomos para viver melhor**

**Autores**

Débora Cristina de Souza Alexandre	Péricles Queiroz Araújo
Gabriella Freitas Macedo	Poliana Freitas Vieira Araújo
Jane Cleusa da Costa Klein	Rafael da Silva dos Santos
Josy Lira Dias	Roberta Iael da Costa
Lucas Amaral dos Santos Barroso	Ronaldo do Nascimento Carvalho
Leite	Valéria de Fátima Soares Marques
Maria Izabel Nogueira do Nascimento	Coelho
Manuel António Mufuty	Valeska Regina Soares Marques
Neliza Helena Ribeiro Taconi	Zilda Lopes Rombaldi



**Pedro & João**  
editores

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Valeska Regina Soares Marques; Ronaldo do Nascimento Carvalho; Diogo Janes Munhoz [Orgs.]**

**Um olhar do mundo por meio das diversas áreas do saber: o que propomos para viver melhor.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 184p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0610-3 [Impresso]  
978-65-265-0611-0 [Digital]**

**DOI: 10.51795/9786526506110**

1. Saberes. 2. Reflexões. 3. Educação e tecnologias. I. Título.

---

CDD – 370

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2023

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>9</b>
Ricardo De Bonis	
<b>CAPÍTULO 01</b>	<b>11</b>
<b>REFLEXÕES SOBRE AS ATITUDES CAPACITISTAS NO AMBIENTE FAMILIAR COMO BARREIRA INCLUSIVA.</b>	
Valéria de Fátima Soares Marques Coelho Valeska Regina Soares Marques	
<b>CAPÍTULO 02</b>	<b>21</b>
<b>TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DA SAÚDE: A COLETA DE DADOS COMO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NAS AÇÕES AFIRMATIVAS</b>	
Lucas Amaral dos Santos Barroso Leite Neliza Helena Ribeiro Taconi Rafael da Silva dos Santos	
<b>CAPÍTULO 03</b>	<b>33</b>
<b>NÍVEL DE INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NOS DOCENTES DO COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, UNIDADE CALDAS NOVAS – GOIÁS</b>	
Zilda Lopes Rombaldi Débora Cristina de Souza Alexandre	
<b>CAPÍTULO 04</b>	<b>49</b>
<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS</b>	
Débora Cristina de Souza Alexandre Zilda Lopes Rombaldi	

<b>CAPÍTULO 05</b>	<b>77</b>
<b>PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOAQUIM ATRAVÉS DE PALESTRA E OFICINA EDUCATIVA, NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO, DENTRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - BRASIL</b>	
Jane Cleusa da Costa Klein Roberta Iael da Costa	
<b>CAPÍTULO 06</b>	<b>91</b>
<b>A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO COMO FERRAMENTA DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS E DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES</b>	
Manuel António Mufuty Ronaldo do Nascimento Carvalho	
<b>CAPÍTULO 07</b>	<b>107</b>
<b>SUPERANDO DESAFIOS PARA REALIZAR A VACINAÇÃO EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO NO ESTADO DO AMAZONAS</b>	
Josy Lira Dias Maria Izabel Nogueira do Nascimento	
<b>CAPÍTULO 08</b>	<b>125</b>
<b>A REIFICAÇÃO DO HOMEM CONTEMPORÂNEO E A (IN)EFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA BRASILEIRA: DIÁLOGOS ENTRE KANT E BAUMAN NA SOCIEDADE DE ANTOLHOS DO SÉCULO XXI</b>	
Péricles Queiroz Araújo	

<b>CAPÍTULO 09</b>	<b>145</b>
<b>O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO SOB A PERSPECTIVA DO SEGUNDO IMPERATIVO CATEGÓRICO DE KANT: UMA ANÁLISE JUS-HISTÓRICO-FILOSÓFICA E A IMPORTÂNCIA DE SUA PERFEITA UTILIZAÇÃO</b>	
Péricles Queiroz Araújo Poliana Freitas Vieira Araújo Gabriella Freitas Macedo	
<b>CAPÍTULO 10</b>	<b>167</b>
<b>A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE MARKETING PARA AS EMPRESAS COMO FERRAMENTA INDISPENSÁVEL NO MERCADO COMPETITIVO EMPRESARIAL</b>	
Manuel António Mufuty Ronaldo do Nascimento Carvalho	
<b>ORGANIZADORA E ORGANIZADORES</b>	<b>177</b>
<b>AUTORAS E AUTORES</b>	<b>179</b>





## PREFÁCIO

Um olhar breve sobre esse texto, é possível identificar que me foi confiada a tarefa e a honra de escrever esse prefácio, pois não faço parte do elenco de autores que abrilhantam essa obra. E como não nutro relação sentimental como texto, faço aqui uma apresentação isenta, mas com foco na proposta para se viver melhor.

Já no sumário, identificamos uma pluralidade de autores, o que na minha opinião, valoriza e de certa maneira impõe um texto atual. É comum um autor levar muitos anos para escrever um livro, já vi casos de levar 10 anos, e quando finalmente o livro é publicado, o texto dificilmente está atual, como diz a data na capa do livro. Mas neste caso, com a ajuda de muitos autores, o tempo de construção é pequeno e com à diversidade de pensamentos dentro das diversas áreas do saber, traz um *plus* que é oferecido aos leitores, nas páginas seguintes.

Passeando pelas folhas, nos permite observar expressões como: ambiente familiar, ferramenta da saúde, inteligência emocional, tecnologias assistivas, avaliação de desempenho e até um texto que nos remete a um “passado bem presente” e nada agradável, que é um texto sobre vacina. Não agradável justamente pelo sofrimento vivido nos últimos anos, essa palavra continua presente em nosso cotidiano. É bom que essas pessoas (autores), incansáveis, busquem deixar registrado neste texto, propostas para se viver melhor. E encontramos também, dois personagens conhecidos (KANT E BAUMAN) conversando, será porque em suas épocas não existia o Whatsapp?

Então, deixo aqui uma provocação, como faço com meus alunos em sala de aula, saborear o texto deste livro, passear pelas palavras de maneira descompromissada para permitir que a diversidade encontrada em seus capítulos, tome forma em cada mente o conjunto desta obra enriquecendo cada mente curiosa que se permite ler esse livro.

Congratulo-me com todos os autores e aguardo ansioso pelo próximo convite, que seja breve.

Prof. Ricardo De Bonis, PhD, MBA, DDS

## CAPÍTULO 01

# REFLEXÕES SOBRE AS ATITUDES CAPACITISTAS NO AMBIENTE FAMILIAR COMO BARREIRA INCLUSIVA

Valéria de Fátima Soares Marques Coelho  
Valeska Regina Soares Marques

### INTRODUÇÃO

Vivemos, hoje, um movimento de inclusão de PcDs, impulsionado por movimentos iniciados nos dez primeiros anos do século XXI. Apesar de o Brasil ter avançado de forma legal por meio da implantação da Lei Brasileira de Inclusão e de outras legislações voltadas à educação e à saúde, ainda é possível verificar algumas barreiras que dificultam o processo de inclusão. No presente estudo, chamaremos essas barreiras de capacitismo. O /capacitismo significa uma forma de discriminação e de preconceito social contra pessoas com alguma deficiência. É, ainda, uma opressão que busca definir a pessoa pela sua capacidade, situação em que quem está fora do padrão terá menos oportunidade de acordo com o cenário ou até nenhuma.

As barreiras são diversas e encontradas em vários ambientes, inclusive o familiar. Sendo assim, buscamos neste estudo explicitar as diversas barreiras e mostrar que o capacitismo também se encontra no meio familiar, impedindo que a Pessoa com Deficiência (PcD) exerça seu pleno direito de cidadão.

## MÉTODO

Para este estudo, foi utilizada a revisão bibliográfica e documental com análise de bibliografias e de documentos que abordasse a temática do capacitismo. Foram utilizados artigos, blogs, teses, dissertações e legislações do período de 2009 a 2023. Como buscadores, foram utilizados o Scielo, o Scholar Google e os periódicos da CAPES.

## DESENVOLVIMENTO

Para que de fato tenhamos uma sociedade inclusiva, muitas transformações se fazem necessárias para eliminarmos as inúmeras barreiras que impedem a plena participação social das pessoas com deficiência. Alguns estudos evidenciam um grande distanciamento entre a determinação das leis e a efetivação das garantias de direito à inclusão social. Mesmo com os avanços na trajetória histórico-social do processo de exclusão e de inclusão das pessoas com deficiência, da pré-história à sociedade contemporânea, ainda observamos processos de exclusão e de preconceitos. Existe um tipo de preconceito específico para com a PcD, denominado de capacitismo. Essa terminologia abordada inicialmente em literatura internacional, conforme os textos de Campbell (2009), foi pensada para nomear a discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência e, mais recentemente, essa discussão também foi ampliada e debatida aqui no Brasil.

Em 30 de novembro de 2016, uma ação coletiva operava sob uma pauta política comum, em que pessoas com deficiência escolheram a temática do capacitismo, por se tratar de uma nova categoria de discriminação no Brasil, e se valeram das suas conexões, já existentes em plataformas digitais de interação social mediada (Facebook e Twitter), com isso, promoveram a produção e a disseminação da *hashtag* #ÉCapacitismoQuando. Em pouco tempo, a *hashtag* foi apropriada de diversas formas por inúmeros outros usuários e usuárias com deficiência dessas redes,

demonstrando como a discussão contra o capacitismo permeia o cotidiano dos indivíduos com deficiência e aglutina coletivamente muitas vivências particularizadas. (MELLO, 2019). Segundo o autor, parte-se do pressuposto de que o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito, produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes.

Outros autores, como Gesser (2019,) consideram que o capacitismo tende a contribuir para a produção de vulnerabilidades, porque os diferentes contextos sociais têm sido organizados com base em normas capacitistas que, ao estabelecerem determinados padrões relacionados aos corpos, tornam determinadas vidas ininteligíveis, contribuindo para a produção de uma condição de precariedade da vida e gerando relações ancoradas em concepções caritativas/assistencialistas e/ou patologizantes dos corpos.

Segundo Pereira (2021), a experiência do corpo com deficiência fica reduzida, por meio de um olhar opressor, que instaura uma limitação a um corpo adoecido, necessitado de cuidados, incapacitado pelos olhares preconceituosos e não um instrumento de conexão social, prazer e expressão. Já Silva (2006) comenta que o preconceito contra as pessoas com deficiência configura-se como um mecanismo de negação social, uma vez que suas diferenças são ressaltadas como uma falta, uma carência ou uma impossibilidade. De acordo com os autores, o pensamento acerca da corponormatividade<sup>1</sup> se dá no âmbito social, a partir da referência de que um corpo com deficiência seria um corpo “falho”,

---

<sup>1</sup> A corponormatividade é um conceito que acompanha as discussões sobre as discriminações de pessoas com deficiência, pois são considerados corpos “normais” aqueles que não apresentam deficiências, vendo as deficiências como falhas. Assim, um corpo sem deficiência é considerado um padrão a ser seguido. (<http://portalpmc.contagem.mg.gov.br/estudacontagem/13700-2/>)

logo, estaria excluído, uma vez que não se encaixaria dentro na visão de senso comum do que é esperado como alguém “apto” para estar e atuar na sociedade.

No Brasil, foi criada a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, apesar de essa lei não incluir o termo capacitismo, orienta quanto às discriminações contra as pessoas com deficiência, que devem ser encaradas como violações de direitos, conforme citados no artigo 4º.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015, online)

A lei supracitada estabelece como diferentes instâncias e instituições sociais – como o trabalho, o Estado, a escola, a família, entre outros – devem se comportar para garantir à pessoa com deficiência seu desenvolvimento independente e seus direitos à acessibilidade. Porém, mesmo com a garantia dos direitos às pessoas com deficiência, imposta pela lei, ainda assim, muitas são as limitações sociais e culturais colocadas a essas pessoas.

Atualmente, a deficiência é considerada um fenômeno sociológico e não mais um corpo com lesão, que toma a normalidade como parâmetro e desconsidera as condições de desigualdades.

Enquanto a deficiência era vista pelo modelo biomédico como algo que marca o indivíduo por uma falta, uma ausência; a deficiência, a partir de todos os estudos voltados pelo Modelo Social de Deficiência, vai para muito além da barreira física ou intelectual colocada, Sua proposta busca compreender como a

pessoa com deficiência é vista no meio social, considerando a deficiência como uma condição de limitação, pela falta de acessibilidade as necessidades, seja ela urbana, de deslocamento, de acesso à leitura, de direito a escolha ou de tantas outras.

No mesmo enfoque, Braga e Moraes (2021) descrevem que a tensão corpo-sociedade baliza o que é deficiência, relacionada às barreiras, às condições socioambientais e às políticas de acessibilidade. O conceito de deficiência é colocado como instrumento de justiça social e não somente como questão individual. Observando-se que não está colocada uma definição do que é deficiência, e, sim, um conceito passível de atualização, pois, para as autoras, está em curso um reposicionamento: a deficiência passou a ser o resultado da interação de um corpo com lesão em uma sociedade discriminatória.

Diante do exposto, para minimizar as tensões corpo-sociedade, se faz necessária, para o favorecimento dessa interação, a eliminação de barreiras e a promoção da acessibilidade.

Para viabilizar a eliminação de barreiras, no Brasil, a Lei 10.098/2000 (BRASIL, 2000) estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Segundo Sasaki (2006), a origem do uso do termo “acessibilidade” para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência se deu no final da década de 1940, com o surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional. Com a expansão dessas práticas de reabilitação, na década de 1950, observou-se que tais práticas eram impossibilitadas pelas barreiras arquitetônicas, as quais dificultavam a independência das pessoas com deficiência. Com a ampliação dos contornos desse conceito de acessibilidade, Sasaki (2005) aborda, ainda, outras dimensões da acessibilidade, acrescentando vários aspectos, como: Acessibilidade Arquitetônica (ausência de barreiras ambientais físicas), Acessibilidade Metodológica (livre de barreiras nos métodos e nas técnicas), Acessibilidade Programática (sem barreiras invisíveis embutidas em políticas, por exemplo: leis, decretos, portarias, resoluções,



ordens de serviço regulamentos etc.), Acessibilidade Comunicacional (sem barreiras na comunicação interpessoal), Acessibilidade Instrumental (sem barreiras nos instrumentos e utensílios) e Acessibilidade Atitudinal (sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações).

A princípio, a acessibilidade era entendida como apenas um meio para remoção de barreiras arquitetônicas, ampliando-se tal conceito para um modelo chamado Desenho Universal, que tem como finalidade a concepção de ambientes inclusivos e acessíveis para todos. O conceito de Desenho Universal diz respeito, portanto, à concepção de espaços, de equipamentos e de objetos destinados ao uso de todas as pessoas, independentemente da idade, do peso, das restrições temporárias, permanentes ou de sua condição ou habilidade. Nessa perspectiva, há que se considerar que, ao longo da vida, o ser humano passa por diferentes fases, cada uma delas com necessidades específicas para seu desenvolvimento. Assim, a concepção de um projeto na perspectiva do Desenho Universal tem como premissa a inclusão social de todas as pessoas.

Mesmo com esse considerável avanço nas concepções e nas normas, ainda convivemos com a ideia de adaptação ou de eliminação de barreiras de acessibilidade. Entende-se, então, que quanto mais avançarmos em direção à concepção de Desenho Universal, progrediremos na direção de suprimir as barreiras de acessibilidade em espaços e equipamentos, porém de nada adiantaria todos os avanços tecnológicos se não vencermos as barreiras atitudinais.

Definem-se as barreiras atitudinais como atitudes ou comportamentos que impeçam ou que prejudiquem a participação social da Pessoa com Deficiência de estar em igualdade de condições e de oportunidades em relação às demais pessoas (BRASIL, 2015). A acessibilidade atitudinal se refere à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, e todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Rodrigues (2018), afirma que, sem a acessibilidade atitudinal,

nenhuma outra forma de acessibilidade acontece e, sem acessibilidade, não se faz inclusão. Logo, a falta de acessibilidade atitudinal inibe as pessoas com deficiência a ocuparem seus espaços. Entende-se que a não oferta das formas de acessibilidade à Pessoa com Deficiência não deixa de ser uma ação discriminatória.

Portanto, as ações excludentes são aquelas que impõem obstáculos, restringem ou excluem as pessoas com deficiência. Geralmente, as pessoas com deficiência têm seus direitos violados por omissão da família, da escola, da sociedade e do poder público. Muitas dessas barreiras atitudinais ocorrem dentro da própria família, devido à falta de informação. É comum os pais desenvolverem um medo de o filho PcD sofrer preconceito, sem saber que eles próprios são os maiores ensejadores dessa discriminação. (IIGUAL, 2021). Segundo Pereira (2021), o capacitismo nas relações familiares se manifesta, muitas vezes, de forma implícita, de maneira protecionista, quando consideram seus familiares com deficiência como incapazes, desenvolvendo falas e ações que frustram o desenvolvimento de sua autonomia e quando desrespeitam seus desejos e suas emoções, tirando o direito de responder sobre seus desejos e anseios, como se não tivessem vontade própria, sem voz e sem vez para resolver situações de sua vida. Esse preconceito familiar possui causas diversas, sendo uma delas o medo que algo aconteça com o filho, levando a crer que ele não possa ter uma vida normal.

## **CONCLUSÃO**

Diante desse estudo, podemos concluir que conseguimos dar início ao processo de inclusão. Legislações foram criadas para assegurar e promover o exercício dos direitos e liberdades fundamentais do PcDs, buscando sua inclusão na comunidade, mas o capacitismo ainda é uma realidade que se encontra enraizada junto à sociedade brasileira.

A sociedade deve aprender a ver a pessoa com deficiência como seu semelhante e não como seres inferiores. E esse aprendizado deve começar dentro de casa, inclusive com os familiares da pessoa com deficiência que tende a superprotegê-lo.

As PcDs, hoje, possuem uma maior consciência sobre o capacitismo e lutam pelos seus direitos, seu reconhecimento e pela aceitação da sociedade. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de esclarecimentos quanto ao capacitismo para população, para que seja proporcionada, a partir da compreensão, a eliminação de barreiras, a fim de que concretize a inclusão de fato.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Maudeth Py; MORAES, Marcia Oliveira. Entre apagamentos e afirmações: reposicionamentos do trabalho e da deficiência. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 3, p. 1-11, 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

CAMPBELL, Fiona Kumari *Contours of Ableism – The production of disability and abledness*. Palgrave Macmillan, UK. 2009.

GESSER, Marivete. Gênero, deficiência e a produção de vulnerabilidades In: Ana Maria Veiga, Claudia Regina Níchnig, Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná (organização). **Mundos de mulheres no Brasil**. Curitiba: CRV, 2019a. p. 353-361.

IIGUAL, Inclusão e Diversidade. **Pessoas com deficiência**: quando o preconceito começa em casa. Disponível em: <https://iigual.com>.

br/blog/2021/04/25/pessoas-com-deficiencia-2/ Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

MELLO, Anahi Guedes. Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag#ÉCapacitismoQuando no Facebook. **Desigualdades, gêneros e comunicação**, p. 125-142, 2019.

PEREIRA, Anna Paula Rezende. **Deficiência e Laço afetivos: que interfaces atravessam esses encontros?**. Dissertação em Psicologia – UFF, Niterói – RJ, 2021.

PEREIRA, Célia. **Educação inclusiva e o enfrentamento ao capacitismo: o respeito à diferença na escola e na sociedade**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PEREIRA, Jaqueline Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão a inclusão social. **SER Social**, v. 19, n. 40, p. 168-185, 2017.

PIMENTEL, Susana Couto; PIMENTEL, Mariana Couto. Acessibilidade para inclusão da pessoa com deficiência: sobre o que estamos falando?. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 26, n. 50, p. 91-103, 2017.

RODRIGUES, M. **Formação docente para inclusão de estudantes público-alvo da educação especial em curso de licenciatura da Universidade Federal de Rondônia**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **O conceito de acessibilidade**. Bengala Legal.com. 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/romeusasaki>. Acesso em: 24 fev. 2023.



## CAPÍTULO 02

# TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DA SAÚDE: A COLETA DE DADOS COMO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Lucas Amaral dos Santos Barroso Leite  
Neliza Helena Ribeiro Taconi  
Rafael da Silva dos Santos

### INTRODUÇÃO

A realidade social está envolta dos avanços e dos processos tecnológicos, pois estes não só alteram os corpos e as formas de estar dos homens, como também influenciam e remodelam os espaços no qual as diferentes espécies de vida se relacionam. No âmbito da saúde, o papel da tecnologia não só compõe os procedimentos e as intervenções que auxiliam na cura e na manutenção da qualidade de vida, mas também proporciona a criação de políticas públicas que atendam aos sujeitos nas suas mais variadas necessidades. Contando com mecanismos automatizados, que aumentam a produtividade, bem como a segurança dos processos de saúde, elevando a quantidade e a qualidade dos atendimentos, otimizando o tempo do diagnóstico e, por conseguinte, do tratamento, além de possibilitar, dentro do ambiente clínico, um espaço de escuta do paciente e da sua família, em um exercício de humanização, que, ao dialogar com os dados capturados pelos algoritmos, traça um perfil, o qual caracteriza e condiciona eficiência e eficácia no processo de saúde, sem desconsiderar as diversas relações dos sujeitos.

Todavia, a tecnologia na saúde possui um papel que ultrapassa os espaços de atendimento, se consolidando como uma

estratégia do Estado, que, por meio da análise de informações, tece reflexões, protocolos e leis, agenciando, dentro do sistema governamental, a seguridade e a assistência, que incorporam a saúde, a patologia, o serviço e o paciente para além dos dados estatísticos, ainda que se precise deles para a elaboração das políticas públicas, mirando, assim, o sujeito como biopsicossocial, abarcando-o de forma integral ao valorizar a sua existência para além da patologia.

## **METODOLOGIA**

Realizou-se uma pesquisa qualitativa, básica e exploratória, com base biobibliográfica na área da saúde e da tecnologia da informação, buscando mapear e correlacionar as funções algorítmicas e suas incidências na saúde, tanto no âmbito do atendimento quanto no gerenciamento e na criação de políticas públicas que remodelam não só a forma e o modo como se tratam as doenças e os sujeitos, mas o próprio conceito de saúde.

## **DESENVOLVIMENTO**

A saúde afeta o homem e o lugariza no mundo, constituindo suas relações, seus desejos e suas vontades, dimensionando, não só a sua dignidade, mas oportunizando sua atuação no cotidiano (FLEURY-TEIXEIRA; BRONZO, 2003, p. 43). Logo, o ter saúde ou não contorna o homem e sua corporeidade e, sendo esta um direito assegurado na constituição brasileira, exige-se do sistema de saúde uma resolutividade das demandas dos pacientes que o procuram.

Neste viés, a área de Ciência de Dados, juntamente ao Aprendizado de Máquina (do inglês *Machine Learning*), pode ser utilizada como ferramenta auxiliar na área da saúde, utilizando-se de algoritmos que podem ter finalidades distintas quanto ao conhecimento extraído, são estas: a associação e a classificação. O principal algoritmo utilizado para extrair a associação de informações de uma base de dados é o método *Apriori*. Para

classificar informações de uma base de dados de maneira supervisionada, cujas classes alvo já são determinadas por uma base de dados, pode ser construído um modelo de rede neural que “aprende” a partir de uma base de treinamento.

O método *Apriori* retorna regras de associação de atributos de uma base de dados na forma:

$$X \rightarrow Y$$

Sendo X e Y informações extraídas do banco de dados, lê-se “X implica Y”. O sentido da seta informa que X é antecedente da implicação e Y, conseqüente. Devem ser passados como parâmetro para este algoritmo as taxas de **confiança** e de **suporte**. O suporte de um item é a razão entre quantas vezes este item consta nas  $n$  instâncias da base pela quantidade total de instâncias  $n$ . Analogamente, o suporte de uma regra é a razão entre a presença dos itens que compõem a regra (X e Y) pela quantidade total de instâncias  $n$ . A confiança de uma regra é a razão entre todas as instâncias da base que contém os itens da regra (X e Y) por todas as instâncias que contém apenas o antecedente. Seja R o número de registros da base de dados.

$$\text{suporte} = \frac{R_X}{R} \qquad \text{confiança} = \frac{R_{X \cup Y}}{R_X}$$

Dessa maneira, só serão levadas em consideração regras que tenham suporte e confiança superiores aos valores passados como parâmetro. Após extrair as regras frequentes, apenas estas candidatas são consideradas para a criação de uma regra de tamanho 2, e assim também é feito para regras com mais atributos. Dessa forma, é pressuposto que itens não frequentes geram apenas regras não frequentes e são removidos (“podados”); o mesmo ocorre para itens frequentes que geram regras, possivelmente, frequentes e são mantidos. Essa característica de “podar” informações não frequentes é o que dá o nome ao algoritmo,



*Apriori*. Por exemplo, se  $\{x,y,z\}$  são atributos frequentes, então os subgrupos  $\{\{x\}, \{y\}, \{z\}\}, \{\{x,y\}, \{x,z\}, \{y,z\}\}$  também o são.

Já há muita produção científica sendo feita envolvendo o uso do *Apriori* com bases de dados relacionadas à área da saúde. Jain e Gautam (2013) reuniram diversos estudos que analisaram a execução do algoritmo em diversas bases de dados da área. Muitos desses estudos podem reforçar a nosso estudo em relação a algumas pressuposições a partir das regras extraídas, por exemplo: homens de idade entre 30 e 60 anos em condições de falta de higiene e em ambientes precários são prováveis de adoecerem por doenças contagiosas ou, ainda, como doenças contagiosas não têm relação com histórico familiar do paciente (JAIN; GAUTAM, 2013).

Um dos trabalhos citados é o de Kasemthaweesab e Kurutach (2012), que extraíram regras de associação para analisar as complicações causadas pela *Diabetes Mellitus* (DM) Tipo 2. A motivação era extração de conhecimento que servisse de valia para o tratamento de pessoas adultas. A base de dados foi extraída de 65.535 pacientes tailandeses com múltiplas complicações, causadas pelo diagnóstico de *Diabetes Mellitus*. O objetivo da aplicação do algoritmo era traçar um perfil do paciente a partir de características como gênero, idade e ocupação, e, a partir desse ponto, relacioná-las a complicações oftalmológicas, renais, neurológicas e de circulação periférica. As conclusões retiradas a partir das regras foram as seguintes: homens e mulheres têm chances de terem DM Tipo 2 com complicações; pacientes com DM Tipo 2 entre 50 e 79 anos têm maior probabilidade de desenvolver complicações; pacientes com DM Tipo 2 com trabalho doméstico, comercial ou sem ocupação têm maior probabilidade de desenvolver complicações; pacientes com DM Tipo 2 do sexo feminino entre 59 e 70 anos têm maior probabilidade de desenvolver complicações neurológicas; pacientes com DM Tipo 2 do sexo feminino entre 60 e 79 anos têm maior probabilidade de desenvolver complicações oftalmológicas, pacientes com DM Tipo 2 entre 70 e 79 anos do sexo feminino têm maior probabilidade de desenvolver complicações renais, pacientes com DM Tipo 2 do sexo feminino mercenárias têm

maior probabilidade de desenvolver complicações renais; e, por fim, pacientes com DM Tipo 2 sem ocupação têm maior probabilidade de desenvolver complicações oftalmológicas, neurológicas e circulatórias.

Harahap *et al.* (2018) aplicou *Apriori* para a extração de regras que recomendam remédios baseados em doenças populacionais. Como pré-processamento, os autores aplicaram um algoritmo de agrupamento à uma base de dados de prescrições de dois hospitais nos anos de 2015 e de 2016, com o intuito de identificar as 10 maiores doenças nesses anos. Em seguida, foi aplicado o *Apriori* configurado para extrair regras com suporte mínimo de 20% e com confiança mínima de 65%, calculando, também, o *lift* das regras extraídas. O *lift* informa o quanto é mais provável que, para aquele remédio prescrito, será usado para determinado diagnóstico.

Na Tabela 1, é possível verificar as regras extraídas que informam os medicamentos prescritos para a catarata. Foi averiguado que, por exemplo, o medicamento NEVANAC 0.1% tem um alto valor de confiança, isso quer dizer que, em 86.2% das vezes que há um diagnóstico de catarata, é prescrito esse medicamento. Por outro lado, há um *lift* de 2.6 que pode ser considerado alto, no entanto, menor que o *lift* de POLIDEMISIN EYE DROP de 4.2 e confiança 70.4%. Isso quer dizer que o POLIDEMISIN EYE DROP é menos prescrito do que o NEVANAC 0.1%, contudo, quando é prescrito, provavelmente é para um paciente com diagnóstico de catarata. Para outras doenças, também foram relacionados os principais medicamentos. Para tuberculose de pulmão, o medicamento METRONIDAZOLE 500 MG TABLET é o mais utilizado com 89.9% de confiança, no entanto, apenas 0.3 de *lift*, ou seja, o medicamento é utilizado como prescrição de diversos diagnósticos. Para DM Tipo 2, o medicamento METFORMIN 500 MG TABLET teve 88.9% de acurácia sendo o mais prescrito para esse diagnóstico, mas apenas 0.8 de *lift* indicando ser usado, também, para diversos diagnósticos. No caso de hipertensão, o mais utilizado é CANDESARTAN 16 MG TABLET, com 86% de confiança e *lift* igualmente alto de 5.2. Outros

medicamentos com o mesmo padrão são: BETAHISTIN MESILAT 6 MG TABLET, com confiança de 84.5 e *lift* 5.9; e SIMVASTATIN 20 MG TABLET, com confiança de 81.5 e *lift* 5.8. Isso reforça a ideia de que, para o diagnóstico de hipertensão, os medicamentos são específicos e que não há divergências entre os profissionais clínicos sobre o que prescrever para esse diagnóstico.

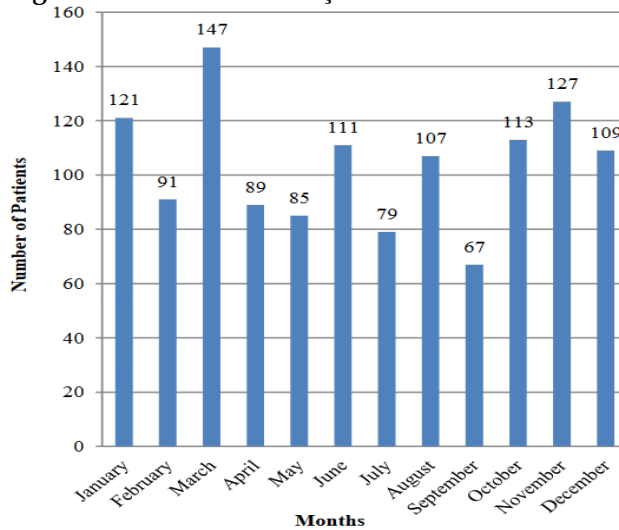
**Tabela 1:** Regras associando diagnóstico de catarata aos medicamentos prescritos com suporte e confiança mínima de 20% e 65%, respectivamente.

Antecedent (disease Code)	Disease name	Consequent (Medicine)	Support	Confidence	Lift
H26.9	UNSPECIFIED CATARACT	CIPROFLOXACIN 500 MG TABLET	3.5	48.2	1.6
		CENDO VITROLENTA MINIDOSE	4.7	31.9	3.7
		CENDO CATARLENT MINIDOSE	2.6	76.5	2.6
		POLIDEMISIN EYE DROP	2.5	70.4	4.2
		VIGAMOX TETES MATA	4.1	48.2	2.8
		NEVANAC 0,1%	2.7	86.2	2.6
		CIPROFLOXACIN 500 MG TABLET	2.2	71.3	2.5
		CRAVIT 5ML	2.7	67.6	3.4
		FLAMAR TETES MATA	2.3	80.5	3.2

Fonte: Harahap *et al.* (2018).

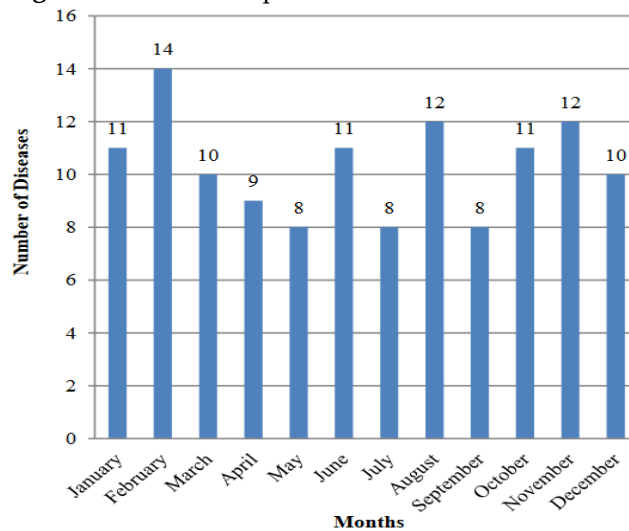
Ilayaraja e Meyyappan (2013) usaram o algoritmo para identificar a frequência de doenças em uma base de dados de diversas localizações geográficas, com a motivação de ajudar profissionais a tomarem decisões clínicas em relação a doenças que ocorrem frequentemente. Foram utilizados 1.246 registros de pacientes, a partir de prontuários eletrônicos. Dentre os dados, são analisadas informações como idade, sexo, nome da doença e endereço, com data para o ano de 2012. Nota-se um alto número de doenças que ocorrem no mês de março, no entanto, doenças menos variadas do que em fevereiro. As Figuras 1 e 2 mostram, respectivamente, o número de doenças e de pacientes com doenças a cada mês do ano de 2012.

**Figura 1:** Número de doenças em cada mês.



Fonte: Ilayaraja e Meyyappan (2013).

**Figura 2:** Número de pacientes em cada mês.



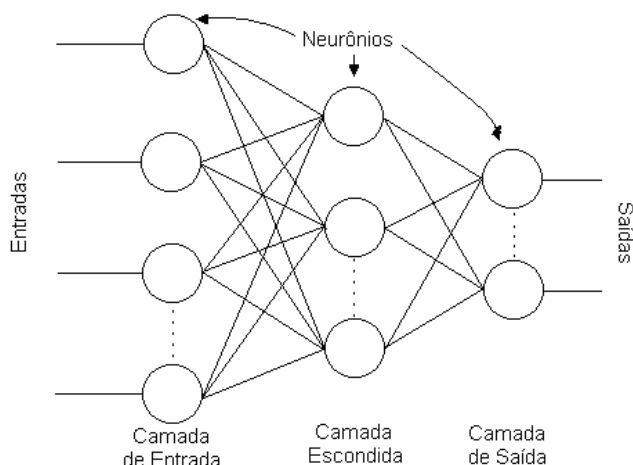
Fonte: Ilayaraja e Meyyappan (2013).

Enquanto o algoritmo *Apriori* extrai informações de uma maneira não supervisionada, um modelo de rede neural (figura 3)

é muito usado para fazer classificações de registro em uma base supervisionada, isto é, a saída é definida por um rótulo já contido na base de dados.

A aplicação de redes neurais para aprendizado de máquina consiste em combinações lineares, cujos coeficientes dos atributos são ajustados a cada ciclo de execução em uma base de treinamento. É como se, para cada característica daquele registro, tivesse um peso associado, e esse peso é ajustado a cada ciclo de treinamento. A quantidade de ciclos é passada como parâmetro para o programa. A Figura 3 apresenta a imagem de um modelo simples de 3 camadas.

**Figura 3:** Rede Neural Artificial de 3 camadas.



Fonte: Soares e Cavalcante (2016).

Para saber se o modelo final é, de fato, eficiente, é preciso executá-lo em uma outra base de testes, na qual ele tentará prever a saída e, então, verificar as taxas de eficiência e de erro dessa execução. Vale ressaltar que esses algoritmos sempre são contestados quanto ao “aprendizado” que adquirem. Os coeficientes que definem o modelo nada mais são do que os valores dos pesos ao final da execução do último ciclo. Na verdade, muitos consideram uma verdadeira caixa-preta que, apesar de sua

eficiência, não informa de maneira clara o motivo de a predição ter sido feita de uma maneira e não de outra.

Na área da saúde, as redes neurais também vêm sendo cada vez mais utilizadas. Karan *et al.* (2012) propôs o uso das redes neurais para tentar diagnosticar diversas doenças utilizando dados de dispositivos móveis; em artigo, mostrou sua execução para o diagnóstico de diabetes. Após treinar seu modelo com uma base de dados de 456 pacientes de hospitais, Karan apresentou o modelo como uma rede de três camadas, parecida com a mostrada na Figura 3, no entanto, com 11 diagnósticos como entrada e 2 saídas, NORMAL e ANORMAL (KARAN *et al.*, 2012).

Em outro trabalho, Tran Ran-Ahn *et al.* (2022) apresentou uma arquitetura combinando processadores e dispositivos móveis, que gravam os sons de respiração do usuário com dois modelos de rede neural para classificá-los em profunda, pesada e normal. Foram usadas várias camadas de remoção de ruídos e reconhecimento de frequência e amplitude dos áudios. Ao final, apresentaram o resultado da execução de dois modelos, com acurácia de 90% e 95% (TRAN-ANH *et al.*, 2022).

As redes neurais podem ser aplicadas nas mais diversas áreas de conhecimento, seja no sistema de recomendação de uma plataforma de *streaming* ou de uma rede social, seja para identificar o terreno mais propício para perfurar na busca por petróleo. Na Ciência da Computação, é a área que mais vem ganhando destaque tanto no meio acadêmico quanto no meio corporativo. Segundo o relatório *The Future Jobs*, do *World Economic Forum*, de 2020, que analisa e prevê tendências do mercado de trabalho, de 2018 até 2022, os três maiores aumentos de demanda do mercado ocorreram nessa área: analista/ciência de dados, especialidade em Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina e especialista em *Big Data* (do inglês “Grandes Dados”, referência à área tecnológica emergente, principalmente após o atual progresso da Internet das Coisas, que visa tratar um número muito grande de dados).

## CONCLUSÃO

Neste artigo, foi apresentado o algoritmo *Apriori*, com o intuito de extrair informações de uma base de dados de rede neural, que classifica dados de qualquer área de conhecimento de uma forma supervisionada. Os resultados obtidos servem como amostra para identificar a frequência de doenças em uma base de dados de diversas localizações geográficas, com a motivação de ajudar profissionais a tomarem decisões clínicas para diversas doenças.

Considerando a saúde uma exigência para a qualidade de vida – seja porque sua ausência afeta o sujeito em variados campos das atividades humanas, seja pelo fato de ser um direito constitucional, atravessando os corpos desde o nascimento até a sua morte –, o registro dos dados da utilização do sistema de saúde se constitui no tempo como um meio de adequar e de equalizar as demandas que os sujeitos podem evidenciar no decorrer de sua existência da rede de saúde, constituindo-se não só em uma fonte de informação, mais em um arcabouço de ações que otimizam as fragilidades e as potencialidades das instituições vigentes, em uma base que aprimora seus serviços.

Diante do exposto, este trabalho se ocupou em destacar a correlação entre a função algorítmica na coleta de dados por meio da extração de informações dos usuários e os benefícios que o resultado estatístico desses dados podem propiciar ao sistema de saúde, seja na exequibilidade financeira do serviço prestado, no exercício qualitativo do atendimento, na análise funcional dos processos e na expansão teórica e prática da pesquisa em saúde, buscando entrelaçar as ações afirmativas em saúde, as leis e a segurança jurídica dos sujeitos às relações sociais e políticas com o viver cotidiano dos cidadãos. Esse viver se transforma em dados estatísticos dentro do sistema de saúde, não em um processo de alienação que enxerga pacientes e familiares como meros números. Ao contrário, de modo metodológico, é possível classificar e associar as demandas dos pacientes, elaborando estratégias que

facilitem o acesso e que diminuam as barreiras que possam se interpor entre o atendimento e a necessidade do paciente.

A tecnologia, mais especificamente os algoritmos, ao ser acionada pela saúde, para além dos possíveis avanços, também aponta as falhas e as dissociações que marginalizam e encaixam os sujeitos em um fluir patológico, que toma o corpo como um organismo doente, ignorando as multiplicidades que abarcam a pessoa humana. Dessa forma, a tecnologia anuncia e denuncia a construção de um aparato outro, que acompanha a evolução do próprio conceito de saúde no tempo ao humanizar o homem, destituindo-o de um olhar capital e de custo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Ministério da Saúde. Diálogo (bio) político: **sobre alguns desafios da construção da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do SUS**. 1. ed. Brasília, DF: MS; 2014.

FLEURY-TEIXEIRA, Paulo; BRONZO, Carla. Determinação social da saúde e política. **Determinação social da saúde e reforma sanitária**, v. 1, p. 37-58, 2010.

HARAHAP, M; HUSEIN, A M; AISYAH, S; LUBIS, F R; WIJAYA, B A. Mining association rule based on the diseases population for recommendation of medicine need. **Journal of Physics: Conference Series**, v. 1007, p. 012017, abr. 2018. <https://doi.org/10.1088/1742-6596/1007/1/012017>.

ILAYARAJA, M.; MEYYAPPAN, T. Mining medical data to identify frequent diseases using Apriori algorithm. *In*: 2013 INTERNATIONAL CONFERENCE ON PATTERN RECOGNITION, INFORMATICS AND MOBILE ENGINEERING (PRIME), fev. 2013. **2013 International Conference on Pattern Recognition, Informatics and Mobile Engineering [...]**. Salem: IEEE, fev. 2013. p. 194–199. DOI 10.1109/ICPRIME.2013.6496471.



Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/document/6496471/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

JAIN, Divya; GAUTAM, Sumanlata. Implementation of Apriori Algorithm in Health Care Sector: A Survey. v. 2, n. 4, 2013. .

KARAN, Oğuz; BAYRAKTAR, Canan; GÜMÜŞKAYA, Haluk; KARLIK, Bekir. Diagnosing diabetes using neural networks on small mobile devices. **Expert Systems with Applications**, v. 39, n. 1, p. 54–60, jan. 2012. <https://doi.org/10.1016/j.eswa.2011.06.046>.

KASEMTHAWEEESAB, P.; KURUTACH, W. Association analysis of diabetes mellitus (DM) with complication states based on association rules. *In: 2012 7TH IEEE CONFERENCE ON INDUSTRIAL ELECTRONICS AND APPLICATIONS (ICIEA)*, jul. 2012. **2012 7th IEEE Conference on Industrial Electronics and Applications (ICIEA)** [...]. Singapore, Singapore: IEEE, jul. 2012. p. 1453–1457. DOI 10.1109/ICIEA.2012.6360952. Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/document/6360952/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

SOARES, Fabio Mendes; CAVALCANTE, Andre Mendes. Modelos Neuro-Adaptados para Predição de Rádio-Propagação em Ambientes Florestais. 2016.

TRAN-ANH, Dat; VU, Nam Hoai; NGUYEN-TRONG, Khanh; PHAM, Cuong. Multi-task learning neural networks for breath sound detection and classification in pervasive healthcare. **Pervasive and Mobile Computing**, v. 86, p. 101685, out. 2022. <https://doi.org/10.1016/j.pmcj.2022.101685>.

The Future Jobs Report; **World Economic Forum**;out. 2020

## **CAPÍTULO 03**

# **NÍVEL DE INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NOS DOCENTES DO COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, UNIDADE CALDAS NOVAS – GOIÁS**

Zilda Lopes Rombaldi  
Débora Cristina de Souza Alexandre

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo mostra a prática de ações da área da Psicologia Escolar no Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás - Unidade Caldas Novas (GO), no trabalho de aprimoramento da Inteligência Emocional com os docentes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio.

Aqui, serão apresentados dados relativos ao nível de inteligência emocional dos docentes investigados durante os trabalhos coletivos que ocorrem mensalmente, determinados no calendário acadêmico, na qual o comandante, o diretor, os coordenadores, os docentes e a psicóloga fazem parte dos encontros, com o intuito de melhorarem as práticas pedagógicas. A atividade da psicóloga se deu por meio de dinâmicas em grupo e palestras que abordavam o tema inteligência emocional.

Para obter qualidade de vida na função de docente, se faz necessário um elo entre educação e saúde como forma prescindível de qualidade de vida em todos os aspectos e, principalmente, quando se refere à saúde emocional dos docentes.

## INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Compreende-se que a inteligência é interpretada como a capacidade que o indivíduo adquiriu para se adaptar ao meio em que está inserido. Os aspectos cognitivos explicam que a inteligência se refere ao conhecimento das informações culturais do meio em que o indivíduo está inserido, essa forma é considerada como inteligência cristalizada. Quando essa capacidade é bem desenvolvida, ela permite a adaptação ao meio, fazendo com que o indivíduo tenha um maior conhecimento. Também pode ocorrer de a inteligência estar interligada à resolução de problemas em situações complexas. O bom desenvolvimento dessa capacidade conduz a administração de situações novas, que antes estavam desorganizadas, nebulosas e complexas, permitindo ao indivíduo a adaptação. (PRIMI, 2003).

Portanto, as emoções são identificadas como respostas organizadas que se interligam aos vários subsistemas que compõem o processo, os quais são: os psicológicos, os fisiológicos, os cognitivos, os motivacionais e os experienciais. As respostas emocionais são geradas a partir de uma situação qualquer, seja de caráter externo ou interno, que possui significados favoráveis ou não para o indivíduo, por intermédio das emoções, quando identificadas e relacionadas ao humor por meio da intensidade com que elas ocorrem e são vivenciadas. (SALOVEY; MAYER, 1990).

Mayer e Salovey (1997) relatam que cada indivíduo possui uma capacidade maior ou menor de lidar com informações emocionais; nesse processo de adaptação ao meio, constrói-se a base da inteligência emocional. Então, a inteligência emocional relaciona-se à capacidade de processamento de informações emocionais, de forma que o indivíduo utilize-as adequadamente no processo de adaptação.

O construto de inteligência emocional organiza conceitualmente os achados da literatura referentes às diferenças individuais ligadas ao processamento da informação afetiva nas ações adaptativas, pois

vários problemas intelectuais possuem conteúdo afetivo que deve ser processado, e esse processo é distinto do processamento de informações puramente cognitivas, sem com conteúdos afetivos (MAYER; SALOVEY, 1999, p. 33).

Compreende-se, então, que as capacidades da inteligência emocional são hierárquicas, tendo como base a percepção, a avaliação e a expressão de emoções. As esferas da percepção, da compreensão e do controle abrangem o raciocínio sobre as emoções, enquanto a esfera da emoção é vista como facilitadora do pensamento, na qual faz uso unicamente das emoções para assessorar o raciocínio. Outros dados também demonstram que a compreensão das emoções vistas como cognitivas, abrangendo o raciocínio abstrato, possuindo uma ligação mais específica com testes tradicionais de inteligência (MAYER; SALOVEY; CARUSO, 2001).

Dessa forma, a emoção pode ser compreendida como facilitadora do pensamento na ação da emoção, nos processos cognitivos superiores correlacionados ao raciocínio, espaço no qual o docente tem oportunidade de trabalhar o aprendizado quanto à resolução de problemas no processo de ensino-aprendizagem.

No âmbito do pensamento e da compreensão que envolve as emoções, Goleman (1997) abrange a percepção da efetividade das emoções próprias e, principalmente, ocasionando a compreensão de problemas emocionais, isto é, possível quando ocorre o processamento das emoções (lidar com as emoções). Essa habilidade é fundamentada no pressuposto de que as emoções se desenvolvem conforme padrões calculáveis, que estão relacionados com o desenvolvimento em situações sociais complexas envolvidas nas relações interpessoais. Com a atuação desse âmbito do pensamento e da compreensão, conduz-se essas competências a adquirir a resolução adequada de problemas vivenciados no meio em que o indivíduo está inserido.

O último âmbito, referente à gestão de emoções, diz respeito à regulação da emoção em si próprio e nos outros, e é considerado o nível mais alto na organização das competências da inteligência

emocional. Esse âmbito presume que haja a probabilidade de pôr em prática o conhecimento emocional construído no sentido de resolução de problemas, de forma mais viável e compensatória, habilidade que permite o indivíduo ter maior compreensão do avanço das emoções em si próprio, nos outros e nas relações interpessoais.

Os parâmetros divulgados por Mayer e Salovey (2001) retratam as cinco competências básicas que compõem a inteligência emocional. Ele as divide em dois grupos: a) competências pessoais (autoconsciência, gestão das emoções e automotivação); e b) competências sociais (empatia e gestão de emoções em grupo). As competências pessoais possibilitam entender a forma como o indivíduo lida com as relações interpessoais. A autoconsciência, a primeira das competências pessoais, para Goleman (1995), significa conhecer as próprias emoções, ter a capacidade de reconhecer e de experimentar um sentimento/uma emoção, quando ocorre. Essa competência permite ao indivíduo perceber as alterações neurofisiológicas quando elas ocorrem e ter a habilidade de reconhecer e de definir as emoções que estão sendo vivenciadas. É de fundamental importância o autoconhecimento das emoções, pois essa habilidade é essencial para o desenvolvimento das outras competências emocionais.

Para Goleman, a autoconsciência “significa conhecer os estados internos, preferências, recursos e intuições” (1995, p. 34). A autoconsciência emocional significa ser capaz de reconhecer as próprias emoções e os seus efeitos; a autoavaliação refere-se à capacidade de conhecer as próprias forças e limitações, enquanto a autoconfiança significa ter confiança na própria capacidade e no valor próprio das ações dessas competências.

Essas competências, quando bem desenvolvidas, favorecem ao indivíduo grandes habilidades, permitem que ele tenha posturas adequadas consigo mesmo e com relação aos outros, mas Goleman (1995) descreve alguns pontos que podem destruir essa capacidade emocional, como a ambição; a definição de objetivos irrealistas; a entrega compulsiva ao trabalho; a pressão sobre os outros, a sede de

poder; a necessidade insaciável de reconhecimento e a preocupação com as aparências e a necessidade de perfeição.

A segunda competência pessoal é a gestão de emoções. Goleman (1995) explica que, nessa habilidade, o indivíduo é capaz de gerir os próprios sentimentos e emoções. É a capacidade que, segundo o autor, surge do autoconhecimento, ou seja, da autoconsciência que se tem de si próprio por meio das reações emocionais frente ao surgimento das emoções e dos sentimentos, por intermédio das experiências emocionais conscientes, ou seja, de como o corpo reage e o que sente conscientemente no momento dessas reações. Sem essa habilidade, dificilmente o indivíduo conseguirá identificar as alterações no seu corpo, e, como consequência, não conseguirá administrá-las nem controlá-las, muitas das vezes, gerando conflito.

Com a capacidade da gestão das emoções, Goleman (1995) introduz cinco destrezas essenciais para a aquisição da inteligência emocional, as quais são: o autodomínio, que significa ser capaz de conduzir as emoções e os impulsos negativos; transmitir confiança, que concebe a conservação de padrões de honestidade e de integridade; ter consciência das emoções e dos sentimentos, que significa assumir com segurança e responsabilidade o desempenho pessoal; a adaptabilidade, que significa a capacidade de se flexibilizar ao lidar com as mudanças e os desafios que surgem na vida cotidiana; a última, a inovação, significa a capacidade de estar aberto a novas ideias e atitudes.

A terceira competência emocional de ordem pessoal é a automotivação, e é interpretada como a capacidade que o indivíduo tem de utilizar a energia das emoções em função de objetivos próprios; bela habilidade, pois permite o levar o indivíduo a acreditar (ter a esperança) nas atitudes tomadas, de forma a utilizar essa energia para ter a atenção, ganhando com a melhora no nível de concentração e possibilitando melhor rendimento em suas atividades, gerando, assim, o autocontrole emocional que permite-o ser mais produtivo e capaz, além de poder ajudá-lo a compreender a ação da capacidade de auto-

organização: faz com que a pessoa consiga lidar de forma mais adequada com suas emoções, de forma adequada em suas ações perante a si própria e aos outros, ações que ocorrem na medida que passa por cada nova crise emocional e leva ao reconhecimento das emoções, tendo controle dos atos, fator de máxima importância no que se diz respeito à relação professor-aluno.

Goleman (1995) relata, em sua teoria, que a motivação pessoal permite ao indivíduo estabelecer competências específicas para conduzir os sentimentos de forma proveitosa, por meio da vontade de vencer, tornando-se motivado a ser cada vez melhor, criando oportunidades de orientar-se sempre em suas novas ações, lidando com possíveis conflitos que possam surgir a partir de novas informações, com o intuito de melhorar o desempenho.

A importância da motivação pessoal permite, de forma, ativa o envolvimento emocional, conduzindo o indivíduo a atingir, de forma adequada e respeitosa, a utilização dos valores fundamentais no bom relacionamento no grupo, permitindo assim, que a iniciativa e o otimismo sejam habilidades importantes para o aproveitamento das oportunidades que se transcendem a si mesmo, além de permitir que os objetivos sejam para si próprios ou mesmo para as relações interpessoais.

As duas últimas competências emocionais referem-se à habilidade de empatia e de gestão de emoções, que estão no domínio das competências sociais e definem a forma como o indivíduo lida com as relações interpessoais (GOLEMAN, 1995).

A empatia, vista como a primeira das competências sociais que o indivíduo deve ter, é compreendida por Goleman como sendo a “consciência dos sentimentos, necessidades e preocupações dos outros” (1995, p. 35), e que surge da percepção das suas próprias emoções.

Goleman pressupõe que essa capacidade é de suma importância, pois surge quando está fundamentada nas outras competências, ou seja, na autoconsciência e no autodomínio ou na gestão de emoções. É considerada “a aptidão fundamental de todas as competências sociais importantes na vida laboral” (GOLEMAN,

1995, p. 145). Segundo o autor (1995), a empatia inclui a capacidade de saber compreender os outros, ou seja, de ter a percepção dos sentimentos e compreendê-los.

Essa competência permite que o indivíduo, nas relações sociais, desenvolva a percepção das necessidades do outro e respeite-as, considerando-as e auxiliando quando for necessário, respeitando a diversidade de cada pessoa com a qual está convivendo, respeitando os pensamentos e compreendendo as ações deste papel importante em que o docente atua perante o processo de ensino-aprendizagem.

A empatia pode-se compreender, também, como um “fenômeno de sintonia, seja em qualquer relação que o indivíduo está inserido, é a base do reconhecimento do outro, emerge da sintonia emocional”, (Stern, 1987, in Goleman, 1995, p. 121), ou seja, não apenas da capacidade de sentir empatia, mas também de responder de forma adequada a essa relação com o outro.

A quinta e última competência relacionada às competências sociais, determinada como a gestão de emoções em grupo é vista como a aptidão para administrar as emoções gerais no grupo, nos pares de pessoas ou na turma. Compreende-se essa capacidade como a de criar e de manter as relações, permitindo reconhecer os conflitos e até mesmo em solucioná-los, de encontrar a forma adequada de lidar e de perceber os sentimentos dos envolvidos nessa relação.

Para Goleman (1995), significa conseguir induzir respostas favoráveis nos outros. Essa capacidade envolve um conjunto emocionalmente dinâmico, com habilidades essenciais ao nível das estratégias de gestão e, principalmente, da efetivação das relações interpessoais, condição essencial para ter acesso à capacidade motivacional de persuadir.

Para que a habilidade de gestão das emoções em grupo seja eficaz, existe a necessidade de essas emoções serem pautadas nas habilidades anteriores, numa interação dinâmica, mais elaborada e sofisticada, para propiciar os jogos da comunicação envolvidos



de forma verbal ou não verbal nesse processo fabuloso que ocorre em sala de aula, na relação pedagógica

## **MÉTODO**

O presente estudo ocorreu em 2019, com os docentes que fazem parte do quadro de professores do Colégio Estadual da Polícia Militar - Unidade Nivo das Neves, no logradouro Rua Brasília, no bairro Setor São José, localizada no município de Caldas Novas, no Estado de Goiás, Brasil.

Foi aplicado um questionário, contendo dez perguntas fechadas, tendo como tema a inteligência emocional, conforme descrito por Goleman (1995), com cinco tipos de respostas: sempre, quase sempre, às vezes, raramente e jamais. O docente tinha que escolher apenas uma resposta, de acordo com a pergunta realizada. O questionário foi aplicado durante os trabalhos coletivos que ocorrem mensalmente e que constam no calendário escolar, com o objetivo de ajustes e de novas metodologias no processo ensino-aprendizagem com o comando do colégio: a diretora, as coordenações, os professores e a psicóloga. Após a aplicação dos questionários, foi realizado o levantamento de dados. As competências da inteligência emocional foram trabalhadas de acordo com o turno de professores: matutino e vespertino. Em seguida, foi realizada a análise de conteúdo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Por meio dos encontros pedagógicos (trabalhos coletivos) que ocorrem mensalmente, a psicóloga teve a oportunidade de focar as competências e as habilidades da inteligência emocional a serem identificadas e avaliadas. Ao iniciar, alguns docentes não sabiam da importância dessas habilidades na prática pedagógica nem das conquistas que podem ter na sua vida pessoal.

A cada novo encontro, se estabelecia um diálogo com a ação mediadora, para que fosse possível identificar e ampliar as

habilidades emocionais essenciais, a fim de que os docentes estivessem motivados e, assim, motivar os discentes e todos os integrantes do processo de ensino-aprendizagem inseridos no contexto educacional.

Ao longo do trabalho desenvolvido, ficou nítido o envolvimento dos docentes, revelando a motivação de desenvolver seus trabalhos num ambiente adequado, propício e com tecnologias, para favorecer a alegria em ensinar e obter excelentes resultados.

Soares (2010) acredita que a escola se torna um local para que o educador possa repensar suas convicções e experiências, estabelecendo-se como indivíduo que faz-se e refaz-se numa transferência contínua, se transformando como pessoa e como profissional com a instauração da ação tanto das habilidades emocionais no conhecimento das emoções quanto dos sentimentos em si e nos outros, permitindo estabelecer vínculos com os discentes, descobrindo e fortalecendo os talentos. Foi possível resolver essa questão quando cada docente conseguiu ter autoconsciência de suas emoções e seus sentimentos, estabelecendo a gestão de suas emoções no processo de ensinar.

Com relação ao fato de identificar o nível da inteligência emocional nos docentes do CEPMG - Unidade Nivo das Neves, tem-se a questão 01: "Você persiste quando está frente a um novo desafio, não desistindo nas primeiras dificuldades?", que revelou que somente 20% persistem em um novo desafio, enquanto 17 % jamais persistem frente a um novo desafio. Isso mostra como, no âmbito do pensamento e da compreensão que envolve as emoções, Mayer (1997) abrange a percepção da afetividade das próprias emoções, ocasionando a compreensão de problemas emocionais, quando ocorre o processamento de como lidar com as emoções. A automotivação, que é a terceira habilidade, a qual foca colocar as emoções a serviço de uma meta para centrar a atenção para a alta motivação, a maestria e a criatividade, está por trás de qualquer tipo de realização. Os docentes que possuem essa capacidade tendem a ser mais eficazes e produtivos em suas tarefas.

De acordo com Goleman (2015), o primeiro sinal de uma pessoa motivada é a capacidade de sentir paixão pelo próprio trabalho. As pessoas motivadas buscam desafios criativos, adoram aprender e têm orgulho de uma tarefa bem realizada, produzem as atividades com uma energia inabalável e até podem parecer inquietas, são persistentes e sempre fazem questionamentos sobre tudo que é feito, além de explorarem novas abordagens de trabalho, objetivando a excelência sempre.

Na pergunta 02, a respeito da capacidade de os docentes se colocarem no lugar do outro, sendo compreensivos em relação aos momentos difíceis de outra pessoa, 36% dos entrevistados conseguem agir de forma compreensiva, enquanto 7% jamais conseguem agir de forma empática.

A quarta habilidade é a empatia, é a aptidão fundamental, pois empatia gera altruísmo, e as pessoas empáticas estão mais sintonizadas aos sutis sinais do mundo externo, que indicam do que os outros precisam ou o que querem, e isso torna-os bons docentes no ensino. Essa competência emocional é vista por Goleman como sendo a “consciência dos sentimentos, necessidades e preocupações dos outros” (1995, p. 35), que surge da percepção das suas próprias emoções.

Referente à pergunta número 03, a qual indaga os docentes entrevistados se conseguem manifestar suas emoções de acordo com as pessoas e as situações, foi surpreendente que 25% às vezes conseguem, 25% raramente conseguem, 22% conseguem sempre, 20% jamais conseguem e somente 8% conseguem quase sempre.

Percebe-se uma divergência com relação à pergunta 03, pois, mesmo os docentes agindo de forma empática frente aos problemas dos outros, não conseguem manifestar suas emoções de acordo com as pessoas, ou seja, não conseguem lidar bem em momentos de conflitos, mostrando que apresentam certa dificuldade no processo de autoconsciência, quando precisam ter consciência de suas ações. Para Goleman, “a Autoconsciência, significa conhecer os estados internos, preferências, recursos e intuições” (1995, p. 34)

o docente necessita ser capaz de reconhecer as próprias emoções e os seus efeitos.

Na pergunta 04, quando os docentes foram questionados se conseguem controlar suas emoções, mantendo calma nos momentos difíceis, as respostas foram: 31% jamais, 28% sempre, 22% raramente, 10% quase sempre e 9% às vezes.

Semelhante processo à pergunta 04, encontrado na pergunta de número 05, a respeito de o docente ter uma visão realista de si mesmo, com adequada percepção de suas potencialidades e limitações. Ao analisar os resultados, 27% dos docentes responderam que jamais, 23% sempre, 23% às vezes e 10% raramente conseguem.

Conforme Goleman (1995) explica, é na habilidade da gestão de emoções que o indivíduo é capaz de gerir as próprias emoções e os próprios sentimentos. É a capacidade que surge do autoconhecimento, ou seja, da autoconsciência que se tem de si próprio por meio das reações emocionais frente ao surgimento das emoções e dos sentimentos, por intermédio das experiências emocionais conscientes. Sem essa habilidade, dificilmente o indivíduo conseguirá identificar as alterações no seu corpo e, como consequência, não se pode administrar nem controlar, muitas das vezes, gerando conflito.

A competência emocional é importante para que os docentes consigam administrar as emoções gerais no grupo, permitindo ter a capacidade de criar e de manter as relações, além de reconhecer os conflitos e até mesmo de solucioná-los.

A competência emocional é importante para que os docentes consigam administrar as emoções gerais no grupo, permitindo ter a capacidade de criar e de manter as relações, além de reconhecer os conflitos e até mesmo de solucioná-los. Quanto à pergunta 06, se conseguem superar seus sentimentos de frustração quando alguma coisa não dá certo, procurando aprender com as experiências negativas, 27% dos docentes responderam que raramente, 23% às vezes, 23% jamais e 17% sempre. Para Goleman (1995), o docente emocionalmente motivado eventualmente não age sobre o

impulso, mas, ao contrário, descobre-se como um indivíduo capaz de controlar os seus próprios impulsos e agir após pensar, o que favorece ter a noção de maior eficiência cognitiva, pois emprega vasta quantidade de informação e vasto número de regras para adotar as decisões mais complexas, com uma avantajada diversidade de indivíduos.

A pergunta 07, a respeito de quando o docente tem alguma dificuldade com outras pessoas, se procura conversar diretamente com ela, evitando fofocas e mal-entendido, novamente obtivemos as seguintes respostas: 27% raramente conseguem, 23% às vezes conseguem, 23% jamais conseguem, 17% sempre conseguem e 10% quase sempre conseguem.

A gestão de emoções no grupo é uma aptidão para administrar as emoções gerais no grupo ou nos pares de pessoas ou na turma. Goleman (1995) compreende a capacidade criar e de manter as relações, permitindo reconhecer os conflitos e até mesmo solucioná-los, de encontrar a forma adequada de lidar e de perceber os sentimentos dos envolvidos nessa relação. O equilíbrio emocional depende de cada um e da capacidade do indivíduo de lidar com os desafios do cotidiano.

A respeito da pergunta 08, se é muito difícil para o docente perder a paciência com as pessoas de que gosta e, se perde, logo recupera e se arrepende de ter perdido, 27% responderam que às vezes, 20% quase sempre, 20% raramente, 20% jamais e 13% sempre. Para Veiga-Branco, (2005) a automotivação é uma capacidade que o indivíduo tem de utilizar a energia das emoções em função de objetivos próprios, o que é considerada uma bela habilidade, pois permite acreditar nas atitudes tomadas.

No processo de ensino, o docente liga-se a uma rede de pessoas que o próprio ensino exige. Nesse processo, significados são construídos, palavras descrevem a emotividade, eventos são vivenciados, e, dessa forma, o docente necessita aprender a lidar com as incertezas do mundo e com o impacto das mudanças, oferecendo, assim, condições para que as emoções possam ser delimitadas e controladas durante todo esse processo.

A pergunta 09, sobre como os docentes conseguem expressar suas opiniões de forma clara e percebem que são ouvidos com atenção, teve as seguintes respostas: 27% dos docentes relataram que às vezes conseguem, 20% quase sempre, 20% raramente, 20% jamais e 13% sempre.

Na gestão de emoções, atuando nas aptidões sociais, o indivíduo estabelece relações estáveis ao longo do tempo, possui segurança em seu eu, consegue dizer com clareza o que pensa, estando livres da opinião dos outros. Sem receios de se comunicar, olha as pessoas nos olhos, sente-se tranquilo, empático e fisicamente sintonizado com o meio em que está inserido. (Goleman, 1995).

Em relação à pergunta 10, se o docente se sente seguro diante das outras pessoas, obtivemos os seguintes dados: 34% dos docentes disseram que jamais sentem segurança diante de outras pessoas, enquanto 23% responderam que raramente, 17% sempre, 13% quase sempre e 13% às vezes sentem segurança.

A empatia pode ser compreendida, também, como um fenômeno de sintonia, em qualquer relação em que o indivíduo está inserido, pois a base do reconhecimento do outro, emerge da sintonia emocional, ou seja, não apenas da capacidade de sentir empatia, mas também de responder de forma adequada a essa relação com o outro.

A inteligência emocional, quando bem trabalhada, se torna uma fonte de saúde física e emocional, conforme Goleman (1995). Quando se entende bem o que acontece ao redor, as pessoas são capazes de vivenciar as situações de forma inteligente e mais saudável, para alcançar com mais facilidade os objetivos que desejam.

Depois da conclusão da análise dos dados encontrados, percebe-se que a maioria dos docentes possuem percentual negativo quanto à inteligência emocional, o que pode gerar complicações na saúde emocional e física, pois não saber lidar com as frustrações e com os fatores estressantes que o viver proporciona

pode gerar complicações em alguns âmbitos da vida, dificultando o viver de forma saudável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como pergunta central: “qual o nível de inteligência emocional nos docentes do Colégio Militar junto à atuação da psicóloga escolar, para dar suporte emocional aos docentes e a toda a comunidade escolar?”

A psicologia escolar, conforme Lomônaco (1999), efetua papel primordial no desenvolvimento de competências que são essenciais aos docentes. Para conseguirem compreender como acontece o desenvolvimento do discente, como a aprendizagem surge no contexto escolar, é importante entender a importância da motivação, a administração do ensino, a aplicação de conteúdos, as formas de avaliação e a compreensão do comportamento da criança e do adolescente, com o intuito de melhoria e até mesmo das possíveis mudanças que podem ocorrer nas práticas educativas, proporcionando, também, o desenvolvimento de suas habilidades.

Por meio de uma escala de inteligência emocional, Goleman (1995), aponta que, para medir o nível de desenvolvimento da inteligência emocional, deu maior eficácia aos resultados encontrados. Essa escala foi aplicada aos 41 docentes que fazem parte desse quadro.

A inteligência emocional é constituída pelas cinco habilidades e identificamos, na competências pessoais, que o autoconhecimento de suas emoções é essencial, mas quando a habilidade não está bem desenvolvida, pode ser problemático, pois, mesmo o indivíduo demonstrando ter empatia frente aos problemas de outros, não conseguirão manifestar suas emoções, lidar de forma inadequada com seus conflitos, estabelecer o controle e o conhecimento de suas emoções quando elas ocorrem, o que, muitas vezes, pode levá-lo a apresentar dificuldade em ter controle e em saber identificar os fatores estressantes que são os geradores de doenças físicas e emocionais.

O autoconhecimento e o autocontrole são habilidades importantíssimas para administrar as emoções no grupo em que trabalham. Essa habilidade é essencial para utilizar na prática diária da sala de aula com alunos difíceis, por isso, é necessário as competências pessoais estarem em perfeita harmonia, para que a saúde física e emocional não sejam complicadas.

A gestão de emoções no grupo é uma habilidade essencial para conseguir administrar as emoções gerais, principalmente, da sala de aula, pois os docentes necessitam acreditar um no outro e ter confiança para que as relações de ensino-aprendizagem sejam estabelecidas.

A inteligência emocional, aliada à saúde física, e quando bem trabalhada se torna uma fonte de vantagem para quem a possui. Segundo Goleman, “As pessoas com prática emocional bem desenvolvida têm mais probabilidade de se sentirem satisfeitas e de serem eficientes em suas vidas” (1995, p. 49). Quando se entende bem o que acontece ao redor, as pessoas são capazes de vivenciar de forma inteligente, para alcançar com mais facilidade os objetivos que desejam.

## REFERÊNCIAS

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

\_\_\_\_\_. **Liderança: A inteligência emocional na formação do líder de sucesso**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2015

LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. Psicologia e educação: hoje e amanhã. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 11-20, 1999

MAYER, J. & SALOVEY, P. **O que é a inteligência emocional? Inteligência emocional na criança: aplicação na educação e no dia a dia**. Rio de Janeiro. Campus, 1997.



- MAYER, J. D., CARUSO, D., & SALOVEY, P. (1999). **Emotional intelligence meets traditional standards for an intelligence.** *Intelligence*, 1999.
- MAYER, J.D., Salovey, P., & Caruso, D.R. (2002). **Mayer-Salovey-Caruso Emotional Intelligence Test (MSCEIT) User's Manual.** Toronto, Canadá: MHSPublisher. 2002
- MAYER, J.D., Salovey,P., & Caruso, D.R. (2001). **Emotional Intelligence as a standard intelligence.** *Emotion*, 1, 232-242. 2001.
- PRIMI, R. **Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida.** *Avaliação Psicológica*, v. 2, n. 1, p. 67-77, 2003.
- SALOVEY, P., & Mayer, J. D. **Emotional intelligence.** *Imagination, Cognition and Personality*, 9, 185-221. 1990.
- VEIGA-BRANCO, M. A. V. (2005); **Competência Emocional em Professores: Um estudo em Discursos do Campo Educativo.** Tese de candidatura ao grau de Doutor em Ciências da Educação apresentada à Universidade do Porto. 2005

# CAPÍTULO 04

## EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Débora Cristina de Souza Alexandre  
Zilda Lopes Rombaldi

### INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade introduzida recentemente no mundo todo, que surgiu após lutas, manifestos e organizações da comunidade escolar, em vários países, e que resultaram na promulgação de leis e de diversos outros instrumentos normativos favoráveis às pessoas com deficiência.

No Brasil, a implementação da Educação Especial sofreu muitas alterações ao longo do tempo. Inicialmente, o ensino especial era ministrado por meio de Escolas Especiais, que faziam a separação entre alunos considerados normais e os “especiais” ou “deficientes”. A Escola Especial era um ambiente exclusivo de alunos que necessitavam receber uma atenção específica, atendendo a alunos com Deficiência Intelectual, Visual, Auditiva, Física, com Transtornos Globais do Desenvolvimento, com síndromes e assim por diante.

O modelo de Escola Especial ganhou contornos de segregacionismo ao longo do tempo, passando a sociedade a exigir uma nova forma de ministrar o ensino especial, apresentando mais um desafio para a comunidade escolar resolver. Nesse contexto, a educação inclusiva começou a ganhar corpo mundialmente, a partir da Declaração de Salamanca de 1994. No Brasil, o tema foi introduzido na constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996.

Em 1996, com a alteração da LDB, passa-se a exigir a inclusão de alunos especiais na escola regular. Surge, então, a Educação Inclusiva, primeiramente, na Rede Pública, e, a partir de 2001, a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), tornou obrigatório o Ensino Especial Inclusivo em todos os estabelecimentos de ensino brasileiros. Cabe, desde então, a todas as escolas do país, organizarem-se para o atendimento aos educandos, conforme suas necessidades educacionais, sendo elas especiais ou não.

Este artigo tem o objetivo de descrever como o processo de ensino-aprendizagem foi afetado pela introdução do ensino a distância para alunos com necessidades especiais, detalhando a importância do uso das Tecnologias Assistivas (TA) nesse período histórico para a educação brasileira, enumerando as diversas ferramentas de aprendizagem e as suas utilidades no cotidiano na comunidade escolar, elencando argumentos a favor do uso de Tecnologias Assistivas no processo educacional dos alunos com deficiência; identificando os aspectos que facilitam e/ou dificultam o processo de aprendizado de alunos especiais, evidenciando o uso das tecnologias assistivas como ferramenta facilitadora processo de ensino aprendizagem com os alunos com deficiência e as dificuldades que os docentes enfrentam e resistem quanto ao uso das Tecnologias Assistivas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) possui como característica o atendimento individualizado e pessoal, de acordo com a especificidade de cada aluno ou até mesmo de grupos de alunos. Desde a pandemia, esse atendimento tem sido altamente comprometido pela ausência de encontros presenciais, uma vez que o contato físico é de extrema relevância na criação de laços afetivos e educacionais entre aluno e professor.

Há, ainda, outras dificuldades, por exemplo: falta de suporte familiar, problemas técnicos, como falta de equipamentos (computadores, impressoras, aparelhos celulares e internet de boa qualidade) e ausência de local apropriado, para que o aluno possa se concentrar em sua aula, ou seja, estabelecer uma rotina de

estudo. O contato físico é importante para estabelecer confiança e segurança entre ambas as partes.

Foram utilizados, nesta pesquisa exploratória, métodos qualitativos que visam compreender melhor esse fenômeno, por se tratar de algo muito recente na história da educação brasileira e ainda não possuir estudos significativos sobre o assunto.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Educação inclusiva**

O processo de Educação Inclusiva, deflagrado na década de noventa, preconiza que todos os alunos, com e sem deficiência, devem frequentar o mesmo espaço pedagógico, para que possam conviver e aprender mutuamente. A Política Nacional de Educação Inclusiva (MEC, 2008) reforça tais pressupostos, dá outras deliberações e determina o público-alvo da Educação Inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem, portanto, como objetivo, garantir o acesso e a aprendizagem dos alunos com Deficiência Intelectual, Visual, Auditiva, Física e com Transtornos Globais do Desenvolvimento, oferecer formações aos professores; participação da família e da comunidade e acessibilidade dessas crianças na rede regular de ensino (MEC, 2008). Essa Política foi implementada pelo Decreto n° 6.571/2008 e pela Resolução CNE/CEB n° 4/2009 art. 1°, que estabelece que toda escola de ensino público deve matricular cada aluno de Educação Especial nas salas comuns do Ensino Regular. Ao lado dessa escolarização, deve ser oferecido, também, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que ocorre na sala de recursos multifuncionais.

Com a deflagração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, observa-se que a escola para todos os alunos, com e sem deficiência,

[...] tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com Deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e Altas Habilidades/superdotação nas Escolas Regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às Necessidades Educacionais Especiais. (MEC/SEESP- Portaria n° 948)

O parágrafo 1º do artigo 58 da **Lei 9.394/1996**, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, diz que, havendo necessidade de equipar as Escolas Públicas para atender portadores de deficiência, o poder público deve fazê-lo. Em relação à escola, a partir do ano de 2000, todos os prédios públicos devem ser adequados dando livre acesso aos usuários de cadeiras de rodas e a outras dificuldades de mobilidade, a partir dos seguintes normativos legais:

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, [...] Capítulo IX, Art. 69. Os programas nacionais de desenvolvimento urbano, os projetos de revitalização, recuperação ou reabilitação urbana incluirão ações destinadas à eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, nos transportes e na comunicação e informação devidamente adequadas às exigências deste decreto.

É forçoso salientar que muitas instituições educacionais e muitos prédios públicos, em pleno século XXI, ainda apresentam dificuldades de acessibilidade, tirando o direito de ir e vir de todo cidadão, seja deficiente ou com incapacidades temporárias de locomoção. Assim, pode-se compreender a Educação Inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, baseada legalmente nos Direitos Humanos, que advoga o direito de todos à educação.

No entanto, tornar uma escola inclusiva não é uma tarefa fácil. É preciso que seus princípios sejam assumidos por toda a comunidade escolar e que o espaço pedagógico, bem como a visão

tradicional de ensino, sejam repensados, a fim de que as especificidades dos alunos com deficiência sejam atendidas.

As instituições privadas de ensino tiveram a mesma obrigatoriedade, com a promulgação da Lei 13.146/2015, chamada Lei Brasileira de Inclusão. De acordo com essa lei, todas as instituições privadas de ensino, públicas ou conveniadas, devem adequar-se para receber alunos com qualquer tipo de deficiência e para garantir o aprendizado efetivo e a sua manutenção.

Com a regulamentação da obrigatoriedade de receber alunos com deficiência, visando a inclusão social e o exercício da cidadania, mediante esses fatos narrados anteriormente, a escola se depara com mais um obstáculo:

[...] O problema que as instituições públicas e privadas de ensino ainda enfrentam é o modo como garantir o aprendizado e a inclusão dessas pessoas no ambiente escolar, visto que é necessário muito mais que a simples adequação do espaço físico, sendo necessária a contratação de pessoal especializado para o cuidado e a inclusão dessas crianças. Para que a inclusão seja efetiva, é necessária uma equipe interdisciplinar que envolva psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais. Além disso, a formação de professores deve contemplar o atendimento e o ensino efetivo das pessoas com deficiência. (PORFÍRIO, 2020)

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) define aquelas que podem ser consideradas pessoas com deficiência assim:

[...] A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II – os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III – a limitação no desempenho de atividades; e IV – a restrição de participação. (LBI, 2015)

Considerando as informações contidas nessa lei, pode-se concluir que ela atende pessoas com dificuldade de locomoção,

deficiência física, transtornos neurológicos, dificuldades de aprendizagem, como: dislexia, disgrafia, discalculia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), distúrbios da fala, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência intelectual etc. Portanto, é compreensível a apreensão dos profissionais de educação quanto ao melhor modo de atendimento a esse universo de alunos, visto que não há treinamento específico para professores em seus cursos de graduação. Nesse momento, a escola se vê obrigada a receber alunos diversos e a adaptar seu espaço e sua equipe para que todos os alunos possam se sentir incluídos e bem-vindos, ou seja, na prática, a instituição, primeiro, recebe os alunos e, somente depois, capacita os profissionais e adapta espaços, a fim de oferecer um ensino de qualidade e com dignidade. Dessa forma, entende-se a Educação Inclusiva como um esforço amplo e complexo multissetorial, além de trans, inter e multidisciplinar, que envolve todos os segmentos da escola: grupo gestor, corpo docente e administrativos, sendo necessário um amplo entendimento para que a instituição funcione adequadamente, pois a escola é de todos e para todos. Com fortes investimentos na escola, de diferentes ordens, é que se pode pensar em um ambiente acolhedor e de aprendizagem para as crianças com deficiência.

A adequação da escola para o atendimento das crianças com deficiências implica adoção de diferentes métodos, ferramentas, recursos e serviços. Dentre esses, é possível identificar a Tecnologia Assistiva, que trata da aplicação de recursos e de serviços tecnológicos para atender às especificidades de cada aluno da Educação Especial. Essa é uma ferramenta com amplas possibilidades de ser disponibilizada aos alunos com deficiências, pois apresenta resultados concretos, imediatos, satisfatórios e de longo prazo.

O atendimento do aluno da inclusão, só acontece quando efetivada sua matrícula no ensino regular, garantindo, assim, sua participação efetiva em sala de aula, associada, também, à sua participação na sala de recursos multifuncionais, no contraturno ou na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa

prerrogativa se fez presente a partir do Decreto n°6.571, que, no âmbito do FUNDEB, assegura uma dupla matrícula dos alunos da Educação Especial, porque, além da sala comum, a escola oferece o AEE, que conforme o decreto citado, acontece na sala de recursos multifuncionais, salas que dispõem de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para esse atendimento especializado.

[...] O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de Ensino Regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitária, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (CNE/CEB n°4/2009 apud Ministério da Educação – MEC 2010).

De acordo com a especificidade desse atendimento, inclui-se a Tecnologia Assistiva (TA) como um instrumento aliado à educação inclusiva. No Brasil, esse método começou a ser implantado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, em 16 de novembro de 2006, por meio da portaria n° 142, que institui o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT).

No CAT, se reúnem grupos de especialistas brasileiros e representantes do governo, com o objetivo de apresentar propostas das políticas governamentais, da sociedade civil e dos órgãos públicos, relacionados à área da TA. O CAT é responsável pela criação de centros de referência e pela criação de cursos na área, bem como pela formação de recursos humanos qualificados.

No momento atual (2020), a tecnologia, mais do que nunca, se faz necessária no cotidiano dos indivíduos, devido à pandemia, tudo ou quase tudo é ou pode vir a ser mediado por tecnologia, tais como os atendimentos gerais de bancos, comércios em geral, serviços das áreas de saúde e de educação, dentre muitos outros; ou seja, no tempo



presente, só tem uma melhor qualidade de vida quem tem acesso às tecnologias e domina os recursos por ela oferecidos.

## **Tecnologias assistivas**

As TA surgem no contexto educacional e no processo inclusivo como uma metodologia significativa para o processo de ensino-aprendizagem. Para a professora Rita Bersch, essa nova forma de comunicação pode ser entendida como:

[...] um termo novo, o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH, 2006)

A TA, colocada a serviço dos alunos deficientes na rede regular de ensino, atualmente, sugere o uso de recursos como: escâner de voz, lupa eletrônica, teclado colmeia e em Braille, prancha, sela, punção, programas de voz (por exemplo, DOSVOX), dentre muitos outros programas e softwares voltados à Educação Especial. Essas ferramentas oportunizam ao aluno possíveis formas de vencer barreiras impostas pela deficiência, facilitando sua relação com o mundo real, isto é, rompendo barreiras de comunicação e isolamento no qual encontra-se encerrado para, por meio de um novo método, poder fazer-se entender não só no processo educacional em si, mas também em seus desejos, seus sonhos e suas vontades.

As tecnologias nos possibilitam usar vários métodos; na Educação Especial, por exemplo, usamos a TA. É importante ressaltar que essa ferramenta é muito importante para o atendimento do público da Educação Especial.

A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) é um recurso pedagógico aplicado no atendimento de pessoas que possuem deficiência na fala ou na escrita funcional, como no caso do autista, devido às suas limitações comunicativas e de sua

habilidade de falar de escrever. Os recursos utilizados são as pranchas, construídas com simbologia gráfica, como o Picture Exchange Communication System (PECS)<sup>1</sup>.

Como a escola inclusiva já está em amplo processo de implementação no nosso país, tanto as redes públicas quanto as particulares recebem os alunos com deficiência. Cabe, ainda, investigar se as especificidades desses alunos estão sendo atendidas na sala regular e, principalmente, na sala de recursos multifuncionais, somente dessa forma, se poderá garantir a existência de um processo inclusivo, pleno e efetivo.

Assim, utilizando-se, por exemplo, de pranchas comunicativas disponíveis em software educativo que lança mão das figuras PECS,

[...] que é um sistema de comunicação através da troca de figuras, que visa ajudar a criança a perceber que através da comunicação ela pode conseguir muito mais rapidamente as coisas que deseja (MELLO, 2007 p. 39)

Assim, o aluno terá maiores possibilidades de se expressar e de se comunicar com o mundo que o cerca.

De acordo com Rodrigues e Alves (2013), discussões sobre TA, por muito tempo, ficaram limitadas à área da saúde, em questões associadas à reabilitação e à funcionalidade. Já Manzini (2011) afirma que, em ambiente educacional, pesquisadores faziam uso de termos como “mobiiliários” ou “recursos pedagógicos adaptados”, alguns recursos de comunicação alternativa, informática acessível e acessibilidade etc., para se referir ao que hoje em dia denomina-se TA.

A Tecnologia Assistiva é um recurso adotado recentemente e, portanto, sobre o qual existem poucos trabalhos publicados. Sendo assim, será por meio da pesquisa apresentada neste artigo, investigando o trabalho de um professor da sala de recursos

---

<sup>1</sup> PECS é um sistema único de comunicação alternativa/aumentativa, desenvolvido nos EUA, em 1985, por Andy Bondy, PhD e Lori Frost, MS, CCC-SLP.

multifuncionais de uma escola pública, que buscar-se-á compreender em que consiste o oferecimento da TA aos alunos deficientes e como esse recurso poderá contribuir na facilitação da comunicação e na integração social de alunos com necessidades especiais.

De acordo com a SEDH, a Tecnologia Assistiva (TA) é fruto da aplicação de avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas. É uma disciplina de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana. (2009)

A TA tem o objetivo principal de dar suporte, assistência e estímulos pedagógicos às crianças com necessidades especiais, dentre elas, a criança autista, para que tenham suas funções humanas estabelecidas, sendo a principal delas, a comunicação com seu meio, objetivando a relação social.

Nesse contexto, é assertiva a afirmação de Radabaugh,

Para pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis. (1993)

## **Ensino remoto**

Surge, então, em tempos de pandemia da covid-19, uma nova maneira de ensinar: o ensino remoto ou, como preferem alguns especialistas, o ensino a distância, que muitos confundem com a Educação a Distância (EAD), sendo necessário diferenciar esses temas e analisá-los à luz da situação posta pela pandemia. Nesse contexto, Danilo Zajac discorre assim sobre o assunto:

Educação à distância é uma modalidade que exige planejamento, formação e investimento. Porém, mesmo em um cenário favorável, o EAD não pode ser uma alternativa ao ensino presencial da educação básica. Os alunos em idade escolar são seres em formação: para muitos, falta-lhes autonomia para gerir seu próprio estudo. A necessidade da existência da escola só se dá quando ela permite afetar a vida de crianças e jovens de tal forma que eles não

conseguem fazer isso sozinhos. Essa vertente de ensino remoto é uma ótima alternativa para manter a concentração dos alunos para o estudo, manter o estímulo cognitivo ativado, promover debates e informações para além dos componentes curriculares, mas não para prosseguir com o ano letivo, como se estivéssemos em uma situação de normalidade. Outras alternativas são mais do que necessárias e vem sendo apresentadas por professores e pesquisadores que militam por uma educação de qualidade: atividades complementares nos finais de semana, término do ano letivo no ano de 2021, aumento da carga horária de aulas onde for possível e atividades extraclasse são boas opções. O que não é possível é tirar da escola a sua possibilidade de formação integral dos estudantes, e é imperativo que isso aconteça de forma presencial. (ZAJAC, 2020)

O ensino remoto ou ensino a distância, apesar de ocorrer em ambiente virtual, possui algumas diferenças em relação à Educação a Distância, que merecem ser mencionadas. Dessa forma, o Centro Universitário Fundação Santo André (2020) elaborou um pequeno informativo sobre as maiores diferenças entre o ensino remoto e a EAD. Seguem abaixo algumas delas:

**Tabela 1:** Diferença entre EAD e Ensino Remoto

<b>EAD</b>	<b>Ensino Remoto</b>
Aulas gravadas para todas as disciplinas	Aulas em tempo real, com o mesmo professor e disciplina das aulas presenciais
Presença de um tutor para tirar as dúvidas dos alunos	Interação diária entre o professor e o aluno, deixando a relação mais próxima possível
Atividades e materiais padronizados	Material personalizado, desenvolvido pelo professor da disciplina
Cronograma e calendário padronizados e unificados	Cronograma e calendário próprios, alinhado com o Plano de Ensino, mas adaptado ao momento em que estamos vivendo

Avaliações e testes padronizados, produzidos e corrigidos em massa	Material didático e avaliações produzidas de acordo com os assuntos aplicados em aulas remotas
Acompanhamento familiar	Acompanhamento familiar diário e individualizado.

Fonte: Centro Universitário Fundação Santo André (2020)

A introdução do sistema remoto de ensino se fez necessária devido à adoção de medidas de isolamento social durante a pandemia. Isso exigiu de todos os atores da área de educação um grande esforço para manter as aulas pela internet, pela TV, pelos aplicativos e pelas redes sociais. A internet tornou-se essencial durante esse período. Entretanto, alguns fatores merecem destaque em razão da adoção desse meio de ensino e de estudo. Há grupos de pessoas que não possuem acesso à internet ou não têm internet de qualidade para acessar as aulas. Outro inconveniente é a falta de local adequado para que o aluno assista a essas aulas dentro de casa, visto que o aluno nem sempre possui um local reservado para que se concentre em suas atividades escolares.

Professores também se questionam sobre a falta de capacitações para a utilização de alguns recursos tecnológicos, incluindo as Tecnologias Assistivas, além disso, reclamam da falta de contato físico e afetivo, que não acontece durante essa pandemia, principalmente no caso da Educação Especial, devido às aulas serem remotas, tendo em vista que o contato físico é fundamental no auxílio do aprendizado. Em relação ao material impresso, a maioria dos pais de alunos com deficiência são analfabetos ou têm pouco estudo e, portanto, não conseguem orientar as atividades propostas.

Outro fator significativo é a renda baixa, pois alguns pais não têm condições de manter internet, o que é preocupante. Dentro desse contexto, encontram-se, ainda, outros fatores que dificultam a aprendizagem, como o barulho de diversas formas (por exemplo: cães, gatos, papagaios e galinhas), a falta de postura da família

durante os atendimentos on-line e até mesmo pessoas transitando com roupas impróprias frente às câmeras.

Pais apontam que não conseguem realizar as atividades com seus filhos, principalmente pais de alunos da Educação Especial, pois esses exigem uma atenção maior, a qual professores treinados conseguem suprir melhor.

Nesse contexto, mais uma vez, se torna imperativa a apresentação dos dados da pesquisa de objeto deste artigo, com a finalidade de avaliar em campo e, numa situação concreta, no contexto de uma escola pública inclusiva, as condições, as ocorrências e os resultados do ensino remoto aplicado durante o período das restrições pandêmicas em 2020 e em 2021.

## **PESQUISA DE CAMPO**

### **Metodologia**

A pesquisa apresentada neste artigo consistiu no estudo de um caso em particular, considerado significativamente representativo de um conjunto de casos análogos.

A coleta dos dados e sua análise se deram da mesma forma que nas pesquisas de campo em geral: após um período de observação, foram identificados os atores da comunidade escolar, elaborado um questionário, com perguntas relevantes e atinentes ao tema pesquisado, feita a aplicação do questionário, a tabulação e a análise dos dados obtidos.

No presente trabalho, a autora é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de suas pesquisas, sendo que o objetivo da amostra estudada, apesar de pequena, é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, capazes de produzir novas informações.

Na pesquisa empírica, partiu-se para uma investigação na Escola Estadual CEPI Alfredo Nasser, situada na Avenida Professor Manuel Lemos de Mendonça, s/n, no Setor Oeste, em Morrinhos - GO.

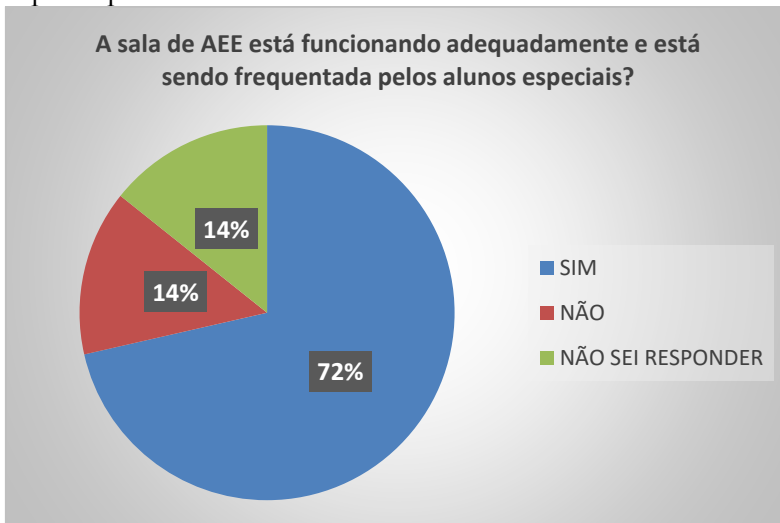
O foco principal da investigação concentrou-se no trabalho de uma professora do AEE, tendo, posteriormente, sido feita a análise observacional do trabalho com os alunos com deficiência. E, na sequência, realizada a aplicação de um questionário – que continha 22 questões objetivas e 1 subjetiva – junto à comunidade escolar, o que contribuiu para a análise dos dados investigados. A pesquisa abrangeu o universo de 21 profissionais da Educação Especial.

A seguir, serão analisadas as respostas obtidas para 10 das perguntas objetivas mais relevantes para a temática apresentada no presente artigo.

## **Resultados**

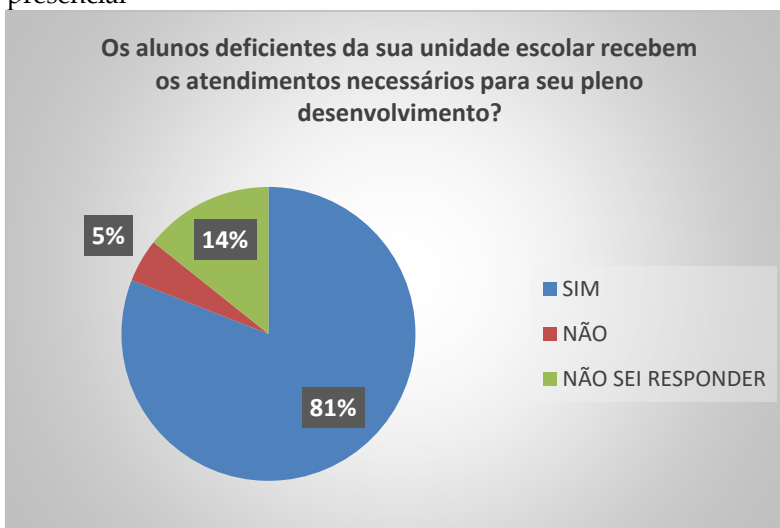
Com a implementação das restrições impostas pela pandemia da covid-19, houve suspensão das aulas presenciais, o que afetou diretamente a Educação Especial na Escola Alfredo Nasser. Na presente pesquisa, procurou-se identificar e qualificar os possíveis danos da suspensão das aulas para os alunos com deficiência intelectual. Os resultados levantados foram plotados em gráficos, que são apresentados a seguir:

**Gráfico 1:** Uso da sala de recursos multifuncionais no ensino especial presencial



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

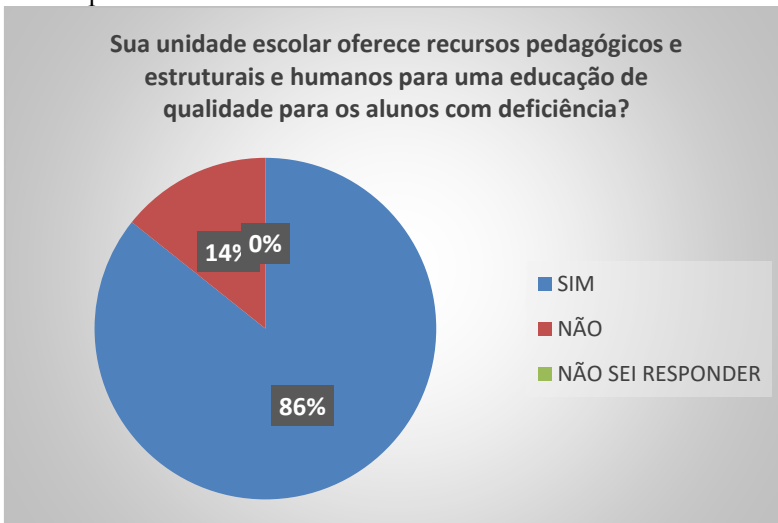
**Gráfico 2.** Nível de atendimento aos alunos PNE durante o ensino presencial



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

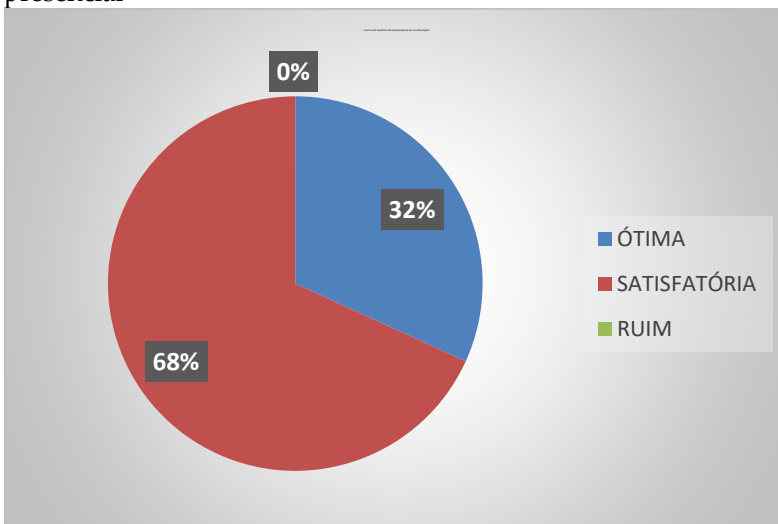


**Gráfico 3.** Oferta de ferramentas pedagógicas aos alunos PNE no ensino presencial



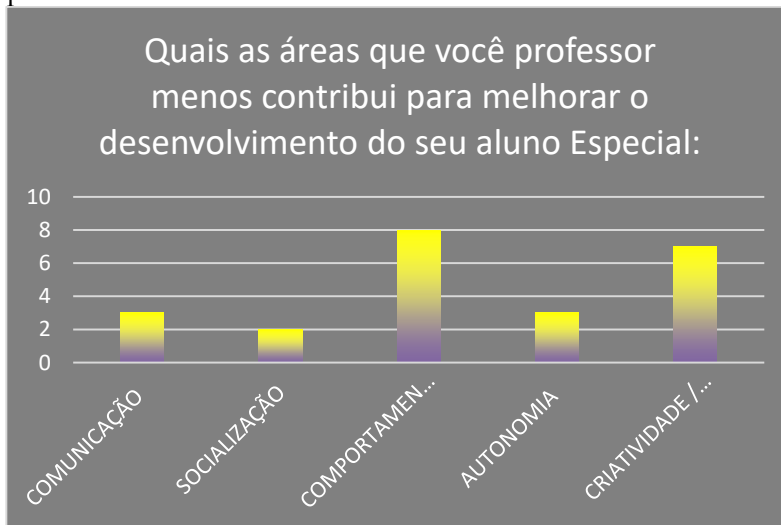
**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

**Gráfico 4.** Nível de qualidade da Educação Especial no ensino presencial



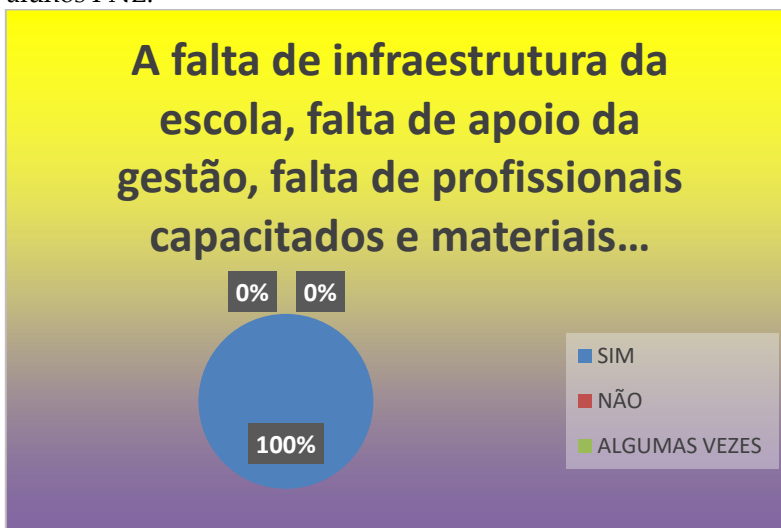
**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

**Gráfico 5.** Áreas de contribuição dos professores de AEE no ensino presencial



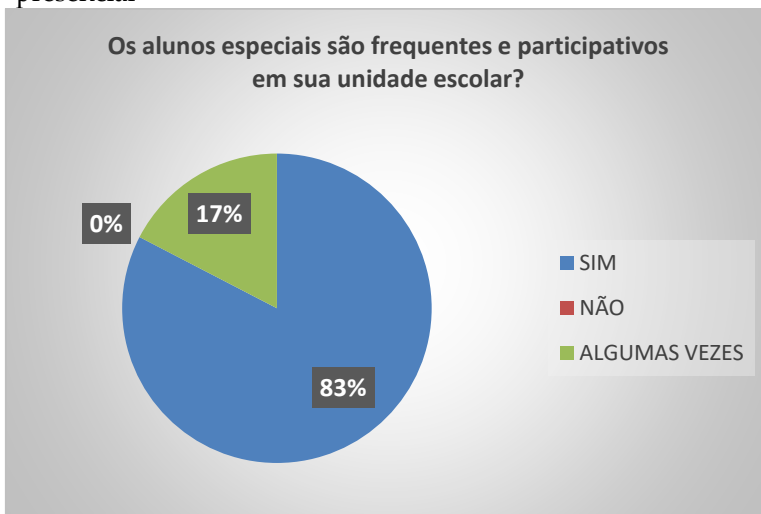
**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

**Gráfico 6.** Importância da infraestrutura escolar na aprendizagem dos alunos PNE.



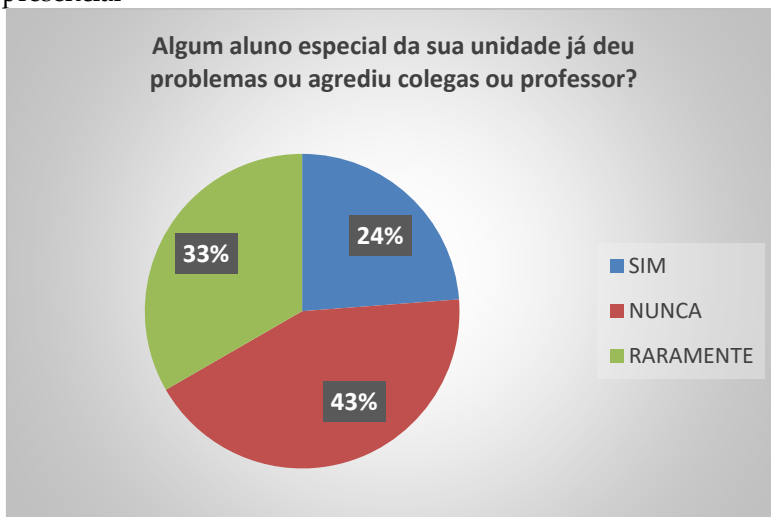
**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

**Gráfico 7.** Nível de participação dos alunos PNE no ensino presencial



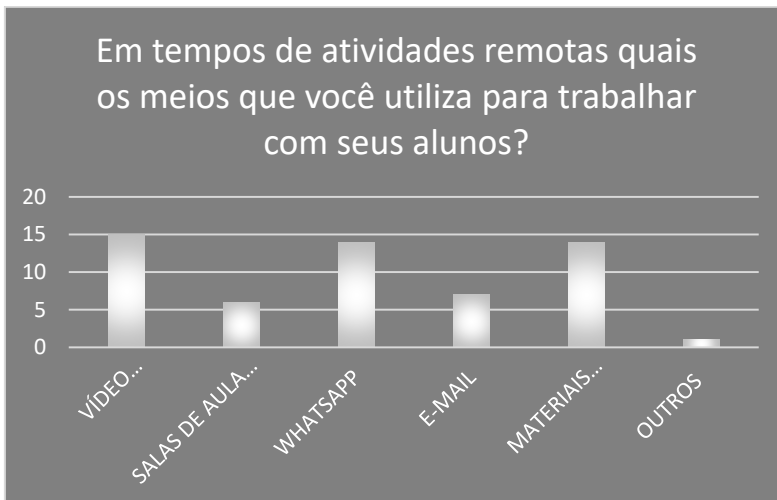
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

**Gráfico 8.** Comportamento social dos alunos PNE no ensino presencial



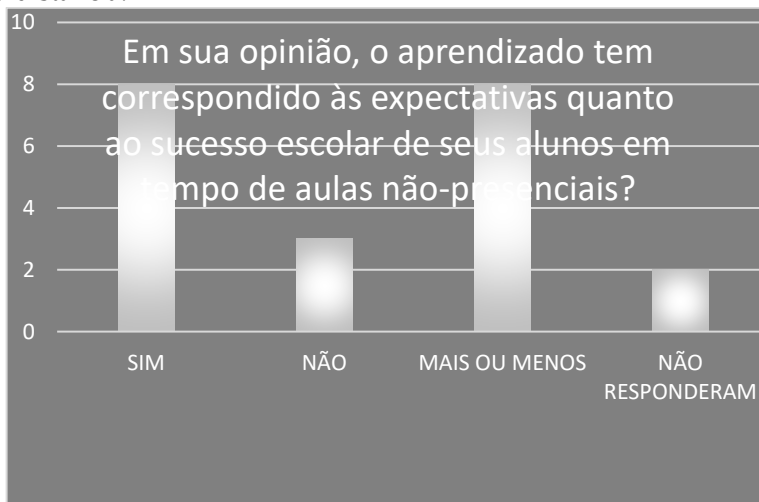
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

**Gráfico 9.** Ferramentas utilizadas pelos professores de AEE no ensino a distância.



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

**Gráfico 10.** Sucesso escolar dos PNE durante o ensino remoto ou a distância.



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

## DISCUSSÃO

Inicialmente, há que se ponderar que os Gráficos de 1 a 8 apontam as características e o contexto da Educação Especial no CEPI Alfredo Nasser, enquanto o Gráfico 9 elenca as ferramentas utilizadas na prática pedagógica durante o ensino remoto ou a distância nos anos de 2020 e de 2021 na referida escola, e, por fim, o Gráfico 10 apresenta a percepção dos discentes dessa unidade escolar quanto aos resultados obtidos nesse processo.

Sobre o funcionamento da sala de Atendimento Educacional Especializado, no Gráfico 1, 72% responderam que a sala funciona adequadamente. O Gráfico 2 aponta que 81% dos docentes afirmam que os alunos com necessidades especiais recebem atendimentos necessários para seu pleno desenvolvimento. No Gráfico 3, é possível identificar que 86% dos professores indicaram que os alunos com deficiência recebem recursos pedagógicos, estruturais e humanos para terem uma educação de qualidade. Quanto à qualidade da educação especial no município abrangido pelo escopo deste estudo, o Gráfico 4 mostra que 32% dos docentes consideram a qualidade da educação especial ótima e que 68% dos entrevistados consideram satisfatória.

Esses dados apontam que o poder público tem oferecido boas condições para a efetiva inclusão social dos alunos especiais no ensino regular presencial, mesmo havendo, até por se tratar de um processo novo nas escolas, sempre o que melhorar, para se atingir a qualidade máxima na Educação Especial Inclusiva. Contudo, existem, ainda, dificuldades a serem enfrentadas, sobretudo na prática pedagógica tanto em relação ao corpo docente e discente quanto às equipes gestoras, aos familiares e ao poder público. Todos têm suas responsabilidades para o bom desenvolvimento da Educação Especial Inclusiva.

Quanto à participação dos docentes no desenvolvimento dos alunos com deficiência, de acordo com o Gráfico 5, existem dificuldades em relação à promoção e à aquisição de melhorias no comportamento e no raciocínio e/ou na criatividade dos alunos

PNE. Nesse contexto, é importante que o Estado assegure a devida formação aos docentes, para que consigam superar as dificuldades aqui apresentadas. Tal afirmativa é corroborada pelos resultados ilustrados no Gráfico 6, em que todos os entrevistados acreditam que a escola possui um papel fundamental no desenvolvimento de alunos especiais. Não apenas o professor contribui diretamente, mas também toda a estrutura escolar auxilia no processo de ensino-aprendizagem do aluno especial. Na opinião de todos os entrevistados, caso a escola não ofereça infraestrutura adequada, não conte com o apoio da gestão e dos profissionais capacitados e não tenha materiais pedagógicos adequados, o aprendizado dos alunos especiais pode ser prejudicado.

Quanto à participação do corpo discente e dos familiares, de acordo com o Gráfico 7, 83% dos entrevistados afirmam que os alunos são participativos e frequentes em sua unidade escolar no ensino presencial, enquanto 17% afirmam que seus alunos são frequentes e participativos apenas às vezes. Em relação à questão comportamental, apontada no Gráfico 8, 24% dos docentes responderam que já presenciaram ou sofreram alguma ocorrência com os alunos especiais, 33% responderam que raramente há algum problema ou algum episódio de agressão e 43% afirmaram nunca ter passado por isso. Conforme reportagem da Revista Nova Escola, de junho de 2019, o Brasil lidera índices de violência contra professores, e os dados aqui apresentados não diferem muito desse contexto. Contudo, ante os resultados observados nesta pesquisa, é possível afirmar que os alunos especiais do CEPI Alfredo Nasser possuem boa participação e frequência na escola presencial e que têm bom comportamento, havendo necessidade de as famílias participarem mais do processo, no sentido de melhorar a participação e o comportamento dos alunos, e, assim, superar as dificuldades aqui elencadas, havendo, também, a carência de o estado apoiar as famílias nesse sentido.

O Gráfico 9 apresenta uma questão delicada para o Atendimento Educacional Especializado: o ensino remoto. Com o fechamento das escolas em meados de março de 2020, professores de

todo o Brasil se desdobraram, para garantir que o ensino continuasse sendo entregue a seus alunos, assegurando que todos tivessem acesso à educação, conforme determina a Constituição Federal de 1988. No entanto, vários foram os desenrolamentos desse episódio: alunos sem acesso à internet, lares em que não há estrutura para propiciar às crianças um ambiente reservado para sua aprendizagem e falta de apoio das famílias, além das próprias dificuldades dos professores, que precisaram inovar e utilizar ferramentas e recursos da internet para poder entregar o ensino a seus alunos.

Para turmas com alunos com deficiência, as dificuldades são ainda maiores, pois é necessário pensar em formas eficazes de engajá-los e de reter sua atenção por meio de processos à distância. Para que as perdas fossem minimizadas, foram utilizados todos os recursos disponíveis para facilitar o aprendizado. Dentre os mencionados nesta pesquisa, de acordo com o Gráfico 9, 15 professores responderam que utilizam videochamadas, 6 dos pesquisados utilizam salas de aula on-line, 14 utilizam o aplicativo de mensagens WhatsApp, 7 adotam o uso de e-mails, 14 imprimem materiais e entregam para seus alunos em suas casas, e 1 utiliza o Zoom, recurso de videochamadas, nas quais é possível compartilhar telas com conteúdo. Os resultados apontam uma falta de uniformização dos procedimentos e das ferramentas, parte em decorrência da improvisação e do planejamento inadequado, decorrentes de uma situação emergencial enfrentada pelas equipes gestoras, parte por falta de apoios mais incisivos do poder público às escolas e às famílias.

O Gráfico 10 ilustra a efetividade do ensino remoto no período pandêmico para a comunidade escolar do CEPI Alfredo Nasser, a partir do seguinte questionamento: “o aprendizado tem correspondido às expectativas quanto ao sucesso escolar de seus alunos em tempos de aulas não-presenciais?”. Há, ainda, implicitamente, outra questão dentro dessa pergunta: “quais foram as expectativas?”. Voltando à resposta da questão anterior, logo no início do ano, as escolas foram forçadas a fechar as portas e os docentes tiveram de se adaptar a uma nova realidade. Inicialmente,

pensava-se que, em um mês, as aulas retornariam, mas o prazo foi apenas se prolongando e, com isso, o ano de 2020 foi finalizado de forma remota. Todos os profissionais tiveram de reavaliar seus objetivos e suas expectativas no que se refere ao ensino. Dito isso, 8 professores acreditam que o ensino correspondeu às suas expectativas, 3 responderam que não alcançou as expectativas, 8 alegam que as expectativas foram mais ou menos alcançadas e 2 não responderam. O resultado aponta que, apesar de os profissionais terem reduzido suas expectativas, o processo de ensino remoto apenas minimizou as perdas para os alunos especiais frente à boa qualidade que tinham no ensino presencial.

Por último, mas não menos importante, foi feita uma pergunta subjetiva aos entrevistados, solicitando que tecessem considerações a respeito do ensino a distância em época de pandemia. Ficou clara, com a análise das respostas, a existência de dificuldades e de frustrações entre os profissionais da educação a respeito de como proceder para obter maior efetividade no processo de ensino-aprendizagem no ensino remoto. Houve muitos desafios, e, com eles, a oportunidade de adaptação a novos recursos tecnológicos, além de ter havido a oportunidade de maior integração da família nos processos de seus filhos, assim como a valorização do que estava disponível antes: o ensino presencial, o contato, o olho no olho, o carinho, elementos muito importantes que contribuem afetivamente para maior desenvolvimento dos alunos e dos professores.

Nada substitui a interação humana. Entende-se os riscos que a pandemia oferece, mas, com ela, foi possível aprender a apreciar ainda mais o que antes havia e nem ao menos percebíamos. Professores fizeram o que estavam além de seu alcance para oportunizar o ensino especial a seus alunos e puderam perceber que nada substitui o ensino presencial, apesar de compreenderem a situação atual.

Também houve uma breve análise sobre como os responsáveis possuem um papel fundamental no processo de ensino, principalmente de alunos especiais, que requerem maior atenção e cuidado. Sem o apoio da família, o aprendizado a distância fica



comprometido, pois a maioria dos alunos requerem cuidados e atenção que são impossíveis de serem oferecidos por um professor que está do outro lado da tela.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para o professor do Ensino Especial, surge mais uma barreira e um entrave no processo: como chamar a atenção de um aluno com deficiência para o ensino remoto? Novos desafios se formam diariamente e é necessário que haja muita criatividade, planejamento, inovação, incentivos e diversas tentativas para que isso ocorra. Nessa modalidade de ensino, houve uma grande perda, pois o trabalho de aproximação entre professor e aluno feito antes da pandemia deverá ser refeito em razão do longo tempo sem aulas presenciais.

Para os educadores do Ensino Especial, tem sido uma dura batalha para que o máximo possa ser feito por esses educandos. Na realidade enfrentada pela escola durante a pandemia, houve problemas de lares sem os equipamentos necessários, sem uma rotina ou sem um espaço reservado para o horário de estudo. Além disso, não se pode contar com muitos familiares nesse processo, pois eles se queixam de falta de tempo, de não saber o que fazer para manter os alunos em frente ao computador ou ao celular e de acompanhá-los nas atividades que são enviadas, por falta de formação dos pais, uma vez que muitos pais não têm nenhum grau de estudo.

Os professores têm se empenhado em conseguir maior participação dos alunos e da família, muitas vezes, imprimindo atividades em suas próprias casas, levando até os alunos e buscando posteriormente, aplicando atividades com jogos, construindo materiais pedagógicos e concretos e dando diversos incentivos com o auxílio das Tecnologias Assistivas. No entanto, apenas alguns educandos realizam suas atividades, levando em consideração que são muitas as dificuldades, de todos os âmbitos.

Na tentativa de dar o máximo, o âmbito educacional terá que se satisfazer com o mínimo nesse ano letivo de 2020 e de 2021.

Aos poucos, ao longo de 2021, alguns estados retomaram as aulas presenciais, mas há, ainda, uma grande defesa ao ensino híbrido – aquele que une algumas aulas presenciais e outras atividades ao uso da internet, durante as restrições impostas pela pandemia. Não se sabe ao certo quais as consequências de médio e de longo prazo aos alunos especiais com as perdas decorrentes da suspensão de aulas presenciais e nem se e quando a escola passará de novo por esse desafio. O que se sabe é que a inclusão da internet no processo educativo, mesmo com todas as perdas, foi muito útil para que os anos letivos de 2020 e de 2021 não fossem totalmente perdidos para a comunidade escolar.

Ante todo o exposto neste artigo, a experiência atual de ensino remoto no ensino especial aponta que as políticas públicas educacionais precisam contemplar o ensino híbrido como modalidade oferecida por todas as escolas, uma vez que a pandemia não foi efetivamente controlada e outros eventos podem causar a suspensão das aulas novamente. Além disso, é preciso um amplo entendimento, mudanças e aceitação envolvendo todas as esferas e a comunidade escolar, no sentido de melhorar e de inovar os processos educacionais, de investir em novas Tecnologias Assistivas e, sobretudo, de investir na formação de professores da rede de apoio à inclusão.

Há, também, a necessidade de um maior apoio financeiro por parte do governo (como bolsas, aposentadorias, vales e auxílios) às famílias dos alunos portadores de necessidades especiais, para que seja alcançado o sucesso escolar dos alunos com deficiência e a sua integração efetiva e produtiva à sociedade.

## REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel; PELOSI, Miryam Bonadiu. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material**

**pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva:** recursos de acessibilidade ao computador II. Brasília: ABPEE - MEC: SEESP, 2006.

BRASIL. MEC. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 3ed, 2019.

BRASIL. MEC/SEEP. **Manual de Orientação:** Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. 2010.

BRASIL. MEC/SEEP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Portaria nº948, de 09 de outubro de 2007.

FSA- Fundação Santo André. **Ensino a Distância X Ensino Remoto** – Você sabe a diferença? Disponível em: <https://www.fsa.br/diferenca-ead-ensino-remoto/> Acesso em: 1 set.2020.

**INTRODUÇÃO À TECNOLOGIA ASSISTIVA** [https://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em 14.mar. 2022

MANZINI, E. J. **Formação de pesquisadores para a área de Comunicação Alternativa.** In: NUNES, L. R. O. P.; PELOSI, M. B.; WALTER, C. C. F. (Org.). Compartilhando experiências: ampliando a comunicação alternativa. Marília: ABPEE, 2011a. p.139-148.

MELLO, Ana Maria S. Rosde. **Autismo:** guia prático. 6ª ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. <http://www.ama.org.br/site/images/home/Downloads/guiapratico.pdf>. Acesso em 15.out.2020.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA** [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso: em 14 mar. 2022

NOGUEIRA, Fernanda. **Ensino remoto:** o que aprendemos e o que pode mudar nas práticas e políticas públicas. Disponível em: <https://porvir.org/ensino-remoto-o-que-aprendemos-e-o-que-pode-mudar-nas-praticas-e-politicas-publicas/>. Acesso em: 1 set. 2020.

PORFÍRIO, Francisco. **Inclusão social;** Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>> Acesso em 13 de maio de 2020.

RADABAUGH, Mary Pat. Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities - A report to the president and the congress of the United State, National Council on Disability, Março 1993.

RODRIGUES, Patrícia & ALVES, Lynn. **Tecnologia Assistiva** – uma revisão do tema. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1595>. Acesso em: 20. Set. 2020.

**TECNOLOGIA ASSISTIVA NA INCLUSÃO:** Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/tecnologia-assistiva-na-inclusao.htm> Acesso: em 14 mar. 2022

ZAJAC, Danilo. **Ensino remoto na Educação Básica e COVID-19:** um agravamento ao Direito à Educação e outros impasses. Disponível em: <http://proec.ufabc.edu.br/epufabc/ensino-remoto-na-educacao-basica/> Acesso em: 1 set. 2020.



## CAPÍTULO 05

# PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOAQUIM POR MEIO DE PALESTRA E OFICINA EDUCATIVA NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Jane Cleusa da Costa Klein  
Roberta Iael da Costa

### INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, a temática da saúde na escola recebe importante atenção de diversos organismos internacionais, em especial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o que confirma sua relevância em âmbito mundial. O Programa Saúde na Escola (PSE) tem como meta ser um novo desenho da política de educação em saúde, como parte de uma formação ampla para a cidadania, e promove a articulação de saberes e a participação dos alunos, dos pais, da comunidade escolar e da sociedade em geral, ao tratar a saúde e educação de forma integral.

A Carta de Ottawa define promoção da saúde como “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (OMS, 1986, página 158). A promoção da saúde inscreve-se, dessa forma, no grupo de conceitos mais amplos, reforçando a responsabilidade com os direitos dos indivíduos e da comunidade pela sua própria saúde.

No Brasil, a cocirculação de quatro sorotipos do vírus da dengue, associada à dispersão de seu principal vetor (*Aedes aegypti*), em mais de dois terços dos municípios do país, tem contribuído para o agravamento da situação epidemiológica da doença, com ocorrência crescente da dengue hemorrágica (DH), sua forma mais grave. Com o aumento de casos de dengue no município de Conceição do Mato Dentro, as autoras deste artigo decidiram, em parceria com a Escola Estadual São Joaquim e a Vigilância em Saúde, realizar um projeto por meio de palestra e de oficina sobre a dengue, para levar informações e conhecimento sobre a doença, sendo a dengue um dos eixos do Programa Saúde na Escola (PSE).

A Educação em Saúde na escola é essencial para levar informação e direcionar a sua prática para a solução de problemas como as doenças endêmicas, tal qual a dengue. A abordagem de temas relacionados à saúde dentro das escolas deve ser contínua e permanente, fornecendo aos estudantes o conhecimento e as habilidades necessárias para colocarem em prática o que aprenderam no ambiente escolar. É nas escolas que os jovens adquirem valores e crenças e desenvolvem o senso crítico, a autoestima e o sentimento de segurança. Nesse sentido, a qualidade da experiência escolar e o bom desempenho são fatores de proteção e, ao mesmo tempo, condição para uma educação voltada para um desenvolvimento pleno, e isso não se consegue sem um ambiente escolar adequado e que proporcione uma saúde de qualidade.

A Educação em Saúde, como uma poderosa ferramenta da Promoção da Saúde, tem como objetivo capacitar os educandos para atuarem como agentes transformadores e defensores da preservação e da sustentabilidade do meio ambiente, para lutarem por melhores condições de vida e de saúde, para terem maior acesso às informações de saúde, à cultura e ao lazer, baseados nos seus direitos determinados e garantidos pela Constituição Federal.

A escola é ponto de partida eficiente para a educação voltada à saúde pública, envolvendo diversas questões, como a dengue (Andrade, 1998, p.156). Este estudo realizou uma intervenção

educativa para a prevenção da dengue no ambiente escolar e nas casas dos estudantes, por meio de palestra realizada pela coordenadora da Vigilância em Saúde Municipal, em parceria com a professora de Ciências da Escola Estadual São Joaquim.

O Ministério da Saúde, atento ao avanço da dengue, vem convocando as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para participarem do esforço nacional contra a doença em nosso país e, ao mesmo tempo, para garantir uma boa assistência aos pacientes na rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Neste estudo, foram realizadas palestra e oficina para os estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental. Esse trabalho foi importante para a interação, a troca e a aprendizagem dos alunos por meio de palestra, da oficina e pela demonstração de como a Educação em Saúde é abordada e aplicada no cotidiano dos alunos e da comunidade escolar.

Diante disso, este artigo tem como objetivo relatar a aplicação e os resultados obtidos a partir do desenvolvimento e da aplicação da palestra e da oficina sobre a dengue, demonstrando a importância de ações voltadas para a saúde, que resultam em maior qualidade de vida para os estudantes.

## **EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA**

A Educação em Saúde na escola deve levar aos alunos um enfoque integral de saúde em todas as etapas de seu desenvolvimento, trabalhando com a autoestima das crianças e dos jovens, com a capacidade de adquirir hábitos de higiene e de adotar formas de vida saudáveis, levando em consideração que a Educação em Saúde não se limita a transmitir informações de uma matéria específica, mas deve buscar o desenvolvimento de conhecimentos, de hábitos e de habilidades que contribuam para a adoção de um modo de vida mais saudável, bem como para a capacidade reflexiva perante os acontecimentos da vida. Educar para a cidadania está dentro do papel atribuído à escola, que abriga a diversidade cultural de valores, de modos de vida e de opiniões



e a Educação em Saúde faz parte disso. A realização de projetos voltados para a promoção da Educação em Saúde, como palestras e oficinas para a conscientização dos alunos, deve abordar a realidade dos problemas vividos na escola e na comunidade. Educados para uma saúde segura, os alunos podem compartilhar o que aprenderam nas palestras e nas oficinas, desenvolvendo habilidades e atitudes condizentes ao exercício da cidadania e, assim, tornam-se preparados para atuar como agentes transformadores, colaborando para uma sociedade mais justa, em um ambiente mais saudável e sustentável.

As oficinas criam um ambiente social de interação, que colocam os adolescentes frente à frente com seus pares e com pessoas adultas. Isso contribui para a aprendizagem e a prática das palestras e das oficinas em saúde, permitindo o desenvolvimento de atitudes e de valores. A proposta da promoção da Educação em Saúde na Escola Estadual São Joaquim foi ampliar os horizontes dos estudantes, orientando e conscientizando sobre a dengue, contribuindo para a aquisição de competências pessoais e sociais, capazes de promover a participação ativa dos alunos em seu processo de formação e de preparação para a vida fora do ambiente escolar.

## **A IMPORTÂNCIA DAS OFICINAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE DENTRO DA ESCOLA**

Na escola, é possível elaborar projetos de vida e projetos educacionais, gerando condições para um sistema educacional participativo e criativo, além de preventivo, nos quais o estudante pode se sentir sujeito ativo e integrante de sua formação profissional e pessoal. Cabe à escola oferecer situações estimulantes como parte de um processo que responda às necessidades e às motivações do aluno, uma vez que

Ensinar não é emitir fatos e números sem nenhuma paixão. Ensinar é influenciar. É se preocupar profundamente com as ideias e com a forma como essas ideias são transmitidas, entendidas e expressadas.

É se preocupar profundamente com o conteúdo e com os alunos a quem o estamos comunicando. E é por meio deste cuidado apaixonado que inspiramos o aluno.

A oficina e a palestra são meios utilizados para que os participantes ampliem seus conhecimentos sobre as temáticas relacionadas à saúde, expressem sentimentos e compartilhem ideias, experiências, valores e saberes. De acordo com Freire (1988), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Dessa forma, a palestra e oficina foram realizadas por meio de dinâmicas, de exposição dos conteúdos sobre a dengue em slides, de roda de conversa, de oficina de desenhos, de cruzadinhas e de perguntas sobre o conteúdo ministrado com os alunos do sexto ano do Ensino Fundamental.

Para a elaboração de uma oficina, a escolha do tema de estudo é fator determinante. Corrêa (2000) aponta como estratégias para a realização dessa perspectiva de trabalho as seguintes etapas: decidir o tema de estudo, que se refere à escolha realizada por pessoas que se propõem a construir uma oficina e a reunir todo o material possível sobre o tema, buscando subsídios em materiais como revistas, filmes, livros e nas conversas cotidianas; levando em consideração o entendimento do tema que será abordado, o qual se dará por meio do estudo, além de desenvolver estratégias para falar sobre o tema, podendo referir-se a qualquer meio disponível ou possível de ser criado (CORRÊA, 2000, p. 150). As oficinas e as palestras também têm como característica a abertura de espaços de aprendizado, que buscam o diálogo entre os participantes.

A metodologia de oficina e de palestra foi escolhida para o desenvolvimento das atividades da promoção em Educação em Saúde dentro da Escola Estadual São Joaquim, devido ao seu caráter informativo, dialógico e lúdico. Uma oficina utiliza tanto da informação quanto da reflexão. Inicialmente, por meio da palestra, as temáticas a serem trabalhadas foram discutidas, refletidas e vivenciadas com o grupo. Dessa maneira, a aprendizagem passa

pela via cognitiva e pela afetiva, sendo ressignificada e incorporada à vida do estudante. Já na oficina, utilizou-se de recursos lúdicos: desenhos, colorir, cruzadinhas e jogo de perguntas e respostas sobre a dengue. Pode-se observar que os instrumentos lúdicos promovem uma abertura perceptiva, pois permitem a expressão de sentimentos e de ideias, permitem a encenação de relações, permitem que o sujeito se veja em situações não cristalizadas no dia a dia e permitem uma sensibilização e uma disposição para a apreensão e a produção de novos significados.

Segundo Abade e Afonso (2008), de maneira resumida, são três os momentos importantes do processo educativo baseado em participação e em reflexão, que devem estar presentes em oficinas:

### **Aquecimento e sensibilização**

Sensibilizar não significa fazer uma preleção inicial para demonstrar a importância do que se vai fazer. Se isso pode fortalecer os argumentos racionais, terá pouco impacto sobre as dificuldades de concentração e de focalização. Na sensibilização se escuta os educandos sobre situações de suas vidas e, a partir daí, se recuperam essas questões para serem trabalhadas na situação educativa. Podem ser usados recursos diversos, tais como uma conversa inicial, uma brincadeira, um jogo, uma letra de música ou uma técnica de dinâmica de grupo.

A sensibilização terá como efeito mobilizar lembranças, sentimentos e ideias, e, se for feita de maneira compartilhada no grupo, terá melhores resultados. O educador não deve ter pressa para concluir a mensagem que deseja transmitir, mas, ao contrário, deverá trabalhar no ritmo da compreensão do grupo, procurando acompanhá-lo ao próximo passo, em que a comunicação e a problematização andam juntas. Nesse momento, a maior preocupação do educador não deve ser com raciocinar, produzir e concluir, pelo contrário, esse é o momento de acolher, escutar, incentivar e criar um clima de confiança. Se o grupo mostrar dificuldades de concentração, por meio da bagunça e do

negativismo, o educador pode colocar regras e limites, de maneira clara, desde que tome muito cuidado para não desvalorizar a pessoa dos educandos, ou seja, a cada regra para limitar as formas indesejáveis de atuação no grupo, deve-se reafirmar a regra que favorece a participação. Ninguém deve ser obrigado a participar de técnicas de interação para as quais não se sente disponível, isso só aumentará a sua ansiedade e criará a necessidade de oposição ao educador, mas, ao contrário, o responsável pelo grupo deve apenas pedir ao educando que não atrapalhe os outros, sempre mantendo aberta a possibilidade de sua participação.

### **Comunicação, problematização e reflexão**

Por tudo o que já foi dito acima, os conteúdos ministrados serão bem desenvolvidos se criarmos um espaço para que as pessoas possam desenvolver uma reflexão coletiva. Assim, depois do momento inicial de sensibilização, os participantes precisam fazer um esforço para compreender a própria experiência de uma maneira mais ampla, ou seja, de partir do seu caso pessoal para pensar em uma questão que diz respeito ao ser humano, ou seja, da experiência de cada um será feita a problematização – a escolha de questões para a discussão – e a reflexão sobre os diversos aspectos envolvidos nessas questões. Entretanto, esse esforço é muito difícil de fazer solitariamente, levando em consideração que a troca de experiências no grupo pode colaborar para que o educando assuma uma postura mais ativa ao analisar a sua experiência e enxergando que não é o único a ter determinadas vivências, comparando a sua experiência e a dos outros e escutando aquilo que outros já aprenderam. Conhecendo as semelhanças e as diferenças de pontos de vista no grupo, tanto os jovens quanto os professores podem se tornar mais flexíveis, desenvolver novas referências para pensar as suas experiências, perceber diferentes possibilidades de análise e avaliar diferentes formas de enfrentamento dos problemas, afinal, se é conversando que a gente se entende, também é possível dizer que é se entendendo (entendendo a nós mesmos) que a gente conversa.

## **Sistematização e avaliação**

Por fim, é preciso avaliar o encontro. Essa avaliação ajuda o grupo a sistematizar as construções e as aprendizagens elaboradas por meio do encontro. Graças à avaliação, tem-se, também, um retorno do grupo sobre seu próprio processo de crescimento e de amadurecimento. Esse último momento também deve ser realizado por meio de técnicas lúdicas, que podem ser feitas pelo recurso de um texto, uma música ou uma brincadeira, enfim, de algum recurso que possibilite o fechamento do trabalho.

É claro que nem sempre os educandos chegam aos resultados sozinhos. É preciso o incentivo do educador, a sua orientação e a sua cooperação. Isso pode se dar quando o educador estimula o grupo com perguntas, observa pontos importantes que foram tocados na discussão, sugere caminhos para o pensamento, esclarece dúvidas, oferece informações e sistematiza os pontos de vista para a finalização da oficina por meio da avaliação. Portanto, a metodologia da oficina pedagógica possibilitou aos alunos uma participação ativa, sempre indagando, fazendo perguntas, levantando questões, compartilhando vivências e conscientizando os estudantes, ajudando a empoderá-los para discutir sobre as temáticas e para multiplicá-las no ambiente escolar.

Além de serem informativas, a oficina sobre a dengue foram prazerosas para os participantes, pois também utilizaram dos recursos da criatividade e do lúdico para serem desenvolvidas.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho aconteceu durante o mês de abril de 2022, na Escola Estadual São Joaquim, por meio de palestra educativa ministrada pela Vigilância em Saúde do Município de Conceição do Mato Dentro, para os alunos do sexto ano do Ensino Fundamental, conscientizando-os sobre todos os fatores relacionados à dengue. A Vigilância compartilhou, com a professora de Ciências, um material didático sobre a dengue e, por meio dele, foi elaborada uma oficina

que foi aplicada durante a aula posterior à palestra. O material continha desenhos para colorir, espaço para a criação de desenhos livres sobre o tema, cruzadinhas e perguntas sobre os conteúdos ensinados na palestra. As atividades foram realizadas pelos alunos em sala de aula e discutidas, também em sala, com a professora, para a consolidação dos conhecimentos adquiridos na disciplina de Ciências e durante a palestra. No momento da palestra, os 40 estudantes participantes relataram que sabiam da existência da dengue, porém não sabiam reconhecer o mosquito *Aedes aegypti*, sendo esse um fator importante na prevenção e no combate ao vetor. Após os conhecimentos adquiridos na palestra e consolidados em sala de aula, a professora de Ciências analisou as atividades educativas sobre fatores relacionados à dengue, atividade em que constatou-se 97% de acerto em questões que se referiam aos sintomas, ao desenvolvimento e às medidas a serem tomadas quanto ao controle da doença.

Considerando-se o objetivo do artigo de demonstrar a importância da palestra e da oficina como instrumentos de promoção da Educação em Saúde para a escola e os alunos, a partir da construção dos conceitos e das interpretações das temáticas propostas, este estudo utilizou pesquisas bibliográficas e documentais para revisão da base conceitual, pesquisa de campo por meio da aplicação da palestra e da oficina e análise e interpretação das atividades ministradas pela professora de Ciências, a fim de se verificar os resultados obtidos. Tratou-se de um estudo com desenho explicativo sequencial, fenomenológico, não experimental, de corte transversal, com abordagem mista, sendo quantitativa e qualitativa. Para a coleta e análise dos dados, utilizou-se a observação, a análise das atividades realizadas e o questionário aplicado sobre a dengue para os alunos como instrumentos de investigação.

A observação, primeiro procedimento, é uma etapa imprescindível da pesquisa, pois, por meio dela, surgem as primeiras inquietações sobre o fenômeno a ser pesquisado e, conseqüentemente, a necessidade de aprofundamento acerca do

problema. De acordo com Severino, a observação “É todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa.” (2007, p. 125), portanto, a observação não deve se limitar apenas ao que é visível, mas deve contemplar todos os sentidos, estando atento aos detalhes (SAMPIERI, 2014).

Alvarenga diz que o enfoque qualitativo ou o paradigma envolvem processos humanos complexos, buscando descrever e compreender tais processos de maneira ampliada e profunda, considerando o contexto da problemática estudada (ALVARENGA, 2016). Nos dizeres de Minayo (2008), o método qualitativo

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p. 17).

Considerando as abordagens da autora, pode-se dizer que o enfoque qualitativo é uma metodologia que permite observar e extrair em profundidade os elementos essenciais que fazem parte de um todo, oferecendo condições procedimentais, por meio de métodos e de técnicas, para retratar de forma detalhada a realidade emergente; o que reforça ainda mais a necessidade que o pesquisador terá de aprofundar seus conhecimentos, não apenas acerca da realidade estudada, mas, sobretudo, dos elementos epistemológicos norteadores da pesquisa. O caráter qualitativo da investigação está amparado em Rosa & Arnoldi (2008), no qual o objetivo é a riqueza, a profundidade e a qualidade da informação, não a quantidade e a uniformização dos dados.

Quanto ao enfoque quantitativo, segundo Minayo (1992, apud MORAES & GALIAZZI, 2011), o pesquisador, ao decidir por um método quantitativo, tem consciência da “valorização da objetividade e precisão” (p. 63) quando a opção é pela neutralidade

do pesquisador que se orienta pelos números e pelas medidas comuns ao método.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs-se a investigar a promoção da Educação em Saúde na Escola Estadual São Joaquim, durante o desenvolvimento das temáticas abordadas na palestra e na oficina sobre a dengue, retratando quais mudanças ocorreram após a participação dos alunos presentes. Durante o estudo, obtiveram-se várias considerações dos estudantes diante das observações durante a palestra e durante a oficina, o que nos mostra a conscientização adquirida por esses jovens após a sua participação e a contribuição da Educação em Saúde na construção da identidade e da cidadania desses sujeitos.

A realização da parceria entre escola e Vigilância em Saúde favoreceu o desenvolvimento do pensamento crítico, a aprendizagem e a prevenção da doença, juntamente ao tratamento e à conscientização, para que cada um fizesse a sua parte e para que houvesse uma maior interação entre os participantes.

Diante das análises dos resultados adquiridos na pesquisa com os participantes, comprovou-se que as palestras e as oficinas de Educação em Saúde atuam como mais do que um instrumento de informação, sendo reconhecidas por todos os alunos pesquisados, que desejam a sua expansão para toda a escola, para que todos os estudantes tenham acesso e possam aprender mais sobre saúde e qualidade de vida além da sala de aula. Nota-se que os alunos, após o desenvolvimento das atividades propostas, estão mais motivados. Benefícios como maior responsabilidade com a saúde e o bem-estar, o favorecimento a melhores relacionamentos e a construção da cidadania são importantes na construção dos jovens. Esses conceitos foram percebidos durante a realização da oficina e da palestra e, por meio das questões respondidas, quando os alunos, utilizando de suas falas, escritas e reflexões, deram opiniões e falaram o que aprenderam.



Por todo o experimentado neste trabalho, reconhece-se a escola como um espaço privilegiado para ações educadoras e conscientes e o educador como um agente conscientizador, mediando e orientando o aluno. Profissionais da área da educação devem atuar em conjunto com profissionais de saúde e de outros setores, assumindo o papel de prover suporte para que os adolescentes possam construir um projeto de vida de maneira autônoma e consciente.

Conclui-se que a parceria da Escola com a Vigilância em Saúde foi essencial para conscientizar e para mostrar aos alunos que eles são sujeitos participantes no controle dos vetores da dengue e que podem ser multiplicadores no meio em que vivem, do que aprenderam por meio da palestra e do conteúdo ministrado na oficina pela professora de Ciências. Portanto, a educação associada à prevenção da dengue deve ser realizada de forma contínua e participativa, e não apenas nos períodos epidêmicos. Os objetivos da pesquisa foram atingidos e podem ser evidenciados graças aos registros deste trabalho, que foi uma experiência importante, pois favoreceu a compreensão da importância da promoção em Educação em Saúde dentro da Escola Estadual São Joaquim.

## REFERÊNCIAS

ABADE, F.; AFONSO, L. **Para reinventar as rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008. Publicação eletrônica.

AFONSO, L. **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ALVARENGA, M. A. F. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica**: monografias, dissertações e teses: de acordo com a ABNT. 8ed. Porto Alegre, Fabris, 2016.

ANDRADE, CSF 1998. **Uma educação especial para o controle biológico dos vetores da dengue**. Anais do VI Siconbiol - Simpósio de Controle Biológico. Rio de Janeiro, p. 156.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Promoção da Saúde: Carta de Ottawa**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1996. p.19.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Dengue: aspectos epidemiológicos, diagnóstico e tratamento** / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CORREA, Paulo Roberto Lopes; FRANCA, Elizabeth. **Dengue hemorrágica em unidade de referência como indicador de sub-registro de casos no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, 1998**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 16, n. 3, p. 175-184, set. 2007.

CORRÊA, G., et al. **Pedagogia Libertária: Experiências Hoje**. São Paulo: Imaginário, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IERVOLINO, SA. **Escola Promotora da Saúde: um projeto de qualidade de Vida**. [Dissertação]. São Paulo (SP): Faculdade de Saúde Pública/USP; 2000. p.33-7

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORAES, R.; GALIAZZI, MDC. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

OMS (Organização Mundial da Saúde), 1986. **Carta de Ottawa**. In: **Promoção da Saúde e Saúde Pública** (P. M. Buss, org.), pp. 158-162, Rio de Janeiro: ENSP.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados**, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la Investigación**. 6ª ed. México: Mc Graw-Hill, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

## **CAPÍTULO 06**

# **A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO COMO FERRAMENTA DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS E DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES**

Manuel António Mufuty  
Ronaldo do Nascimento Carvalho

### **INTRODUÇÃO**

Na área de Gestão de Pessoas, a ferramenta da avaliação de desempenho caracteriza-se por um mecanismo que tem a finalidade de buscar conhecer e medir o desempenho dos indivíduos na organização em que atuam, com isso, se estabelece uma forma de comparar o desempenho esperado e também o apresentado por esses indivíduos.

Destaca-se que geralmente é um processo realizado trimestralmente, semestralmente ou anualmente por um funcionário que exerça a liderança, em relação a um subordinado, sendo que isso é realizado para ajudar os funcionários a entender as suas funções, como seus objetivos, suas expectativas e o poder avaliar o sucesso de seu desempenho.

Nesse contexto, acaba fornecendo ao setor de recursos humanos e gestão das organizações poder executar tomadas decisivas em relação aos salários, a vários tipos de bonificações extras, demissões, promoções, treinamento individual e grupal, planejamento de carreira, com isso, promove-se o crescimento e o desenvolvimento da pessoa avaliada. Verifica-se a partir dos resultados obtidos, a empresa contemporânea fica possibilitada de

manter e aumentar a produtividade em todos os setores, além de facilitar o cumprimento de metas estratégicas almejadas.

A realização deste trabalho se faz importante visto que toda organização no atual contexto globalizado precisa ser avaliada por meio de um sistema com a finalidade de processar a retroalimentação, é fundamental poder reavaliar suas estratégias e metodologias de trabalho, dessa forma, busca a minimização como também os efeitos da tendência à entropia e conseqüentemente, melhorando suas práticas. Outrossim, a Avaliação de Desempenho recicla-se, oxigena-se e torna-se capaz de sobreviver em ambientes turbulentos e competitivos.

O objetivo principal desta pesquisa é reunir informações sobre a importância da avaliação de desempenho como ferramenta da área de Recursos Humanos e Gestão das Organizações. Os critérios da avaliação por desempenho que favorece a adaptação e familiarização dos indivíduos aos cargos e à organização. Identifica o estágio atual e as potencialidades de desenvolvimento profissional de cada empregado dentro de suas atribuições. Gera recursos para a estruturação de projetos de treinamento e desenvolvimento de pessoal e facilita o levantamento de indicadores de promoção e meritocracia individual de cada colaborador.

A escolha por essa temática ocorreu em virtude da importância junto à formação acadêmica, pois agrega conhecimento metodologia no momento que possibilita a experiência da práxis, ou seja, aliar a teoria com a prática desenvolvida no ambiente corporativo.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório utilizando-se de fontes bibliográficas como método a ser pesquisado. O método de pesquisa do artigo científico é qualitativo, embasada por meio bibliográfico como: livros, artigos, dissertações, teses, etc.

Para SEVERINO (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

Conforme explica TRIVINOS os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites e uma realidade específica, buscando antecedentes, maiores conhecimentos para em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou do tipo experimental. (TRIVINOS, 1987, p. 109),

O objetivo geral desse artigo é mostrar como a avaliação de desempenho é de extrema importância dentro das organizações por meio do mapeamento de habilidades, a avaliação de desempenho mostra os pontos fortes e os pontos de melhoria dos funcionários. Além disso, usando as informações dos funcionários, os gerentes podem criar Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) mais eficazes. O processo de treinamento e desenvolvimento é implantado na empresa com o objetivo de cultivar e reter talentos, fazendo com que os gestores possam entender a real importância da avaliação para o crescimento da empresa e o descobrimento de novos talentos que seus próprios colaboradores têm. O principal objetivo da avaliação de desempenho é verificar como o desempenho de cada funcionário contribui para os objetivos da organização em outras palavras: cada empresa tem seus próprios objetivos.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Avaliar o desempenho das pessoas não é algo novo, uma vez que o ser humano é avaliado a todo momento por suas ações, posturas e atitudes. No ambiente corporativo não é diferente, pois desde o momento em que uma pessoa é admitida por uma

organização, seu trabalho passa a ver avaliado em termos de relação custo-benefício (CHIAVENATO, 2009).

Ainda segundo o autor, a avaliação de desempenho pode ser considerada como uma etapa que favorece para medir ou ter uma base do valor, características de superioridade e capacidade de cada indivíduo, reduzindo as incertezas e possibilitando o diálogo e a compreensão entre a administração e o empregado, com intuito de monitorar os resultados traçados, permitindo o feedback e colaborando para o bom andamento do negócio.

Segundo Lucena (1977), a avaliação de desempenho é um meio para desenvolver e valorizar as pessoas, através do trabalho e do desempenho dos colaboradores, com a finalidade de oferecer respostas às aspirações organizacionais. A avaliação de desempenho é um instrumento usado pelas organizações para direcionar o comportamento das pessoas, de modo que sejam alcançados os resultados pretendidos para que os dois se beneficiem de forma justa.

Para Marras (2011) Avaliação de desempenho é um instrumento gerencial que permite ao administrador mensurar os resultados obtidos por um colaborador e sua equipe, em período e área específicos (conhecimentos, metas, habilidades etc.).

De acordo com Dessler (2003), define a avaliação de desempenho como análise em consideração ao comportamento recente ou decorrido a respeito de um funcionário e seus modelos de exemplos de comportamento.

Percebe-se que a avaliação do desempenho é o processo de certificação da qualidade de atuação dos colaboradores, sendo necessária para alocar recursos em um ambiente dinâmico, recompensar colaboradores, fornecer feedback em relação ao desempenho, manter relações justas dentro dos grupos, aconselhar e desenvolver colaboradores e atender regulamentos. Assim sendo, sistemas de avaliação do desempenho são necessários para uma correta gestão e também para o desenvolvimento dos recursos humanos na organização.

## **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO COMO FERRAMENTA DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS.**

No atual contexto empresarial, a avaliação de desempenho não deve ser utilizada somente para os gestores avaliarem os seus subordinados, é fundamental que os trabalhadores também possam e tenham a oportunidade de avaliarem seus Líderes. Embora, é importante lembrar que a adoção deste tipo de "avaliação em mão dupla" possa repercutir em reações não muito positivas no início da implantação dessa ferramenta, geralmente, podem ter gestores inseguros e subordinados com medo e receio de expressar suas opiniões, mas, os resultados serão extremamente satisfatórios para a organização.

Espera-se que o Gestor aplique a avaliação de desempenho focada na missão da empresa. Portanto, aspectos que devem ser valorizados aos resultados relacionados à competitividade exacerbada do contexto atual, a qualidade prestada dos serviços e a procurar manter, de forma adequada, um relacionamento saudável o meio ambiente externo, com finalidade de alcançar resultados ou alcance dos objetivos. O embasamento para avaliar devem ser enraizados na estratégia empresarial.

Portanto, o Gestor deve selecionar as técnicas com clareza e transparência ao escolher os fatores de avaliação. Cada funcionário deve saber exatamente e ser esclarecido sob que parâmetros será avaliado.. O importante é que exista uma negociação a respeito, com o envolvimento dos próprios avaliados participando ativamente na definição dos critérios que utilizarão e dos procedimentos adotados, bem como os efeitos benéficos, que contribuirão para reduzir a resistência à avaliação, pois a definição da metodologia desse processo, assegura a eficácia, assegura o cumprimento dos objetivos e garantir cumprimento de suas metas ou propósitos.

Seus objetivos são: mensurar o desempenho individual por meio da manifestação das competências profissionais e da contribuição para



o alcance dos resultados esperados; Orientar o processo de desenvolvimento profissional; facilitar a consecução dos objetivos organizacionais; contribuir com o planejamento de carreira; subsidiar outros subsistemas e programas de gestão de pessoas, tais como Recrutamento e Seleção Interna, Bolsas de Estudos, Ascensão Profissional e Sistema Automático de Concorrência à Remoção. (PONTES, 2002, p. 56)

Portanto, realizar uma Avaliação de desempenho é poder utilizar um padrão proposto pela organização, no entanto, ao compará-lo com um comportamento observado pelo gestor da área ao longo do ciclo e emitir uma conceituação relacionada a aproximação ou do afastamento dessas diretrizes, analisando todo o comportamento dos indivíduos na organização. Nesse processo, as competências configuram combinações sinérgicas de conhecimentos, como também as habilidades e atitudes, expressando o desempenho profissional, dentro de determinado contexto específico ou estratégia organizacional.

É importante destacar que se caracterizam por comportamentos passíveis de observação no âmbito laboral, que servem como padrão ou referência para orientar a atuação ou o desempenho profissional dos funcionários. Nele, estão agrupadas as competências específicas pelas quais cada funcionário é avaliado, com finalidade de melhorar as qualificações individuais, para atender os resultados pessoais e organizacionais. O perfil de competências vinculado a um funcionário pode ser alterado até que alguma fonte avaliadora atribua conceitos para as competências.

Segundo (RABAGLIO, 2005) Toda sistematização dos conhecimentos adquiridos, como também as habilidades e atitudes de um indivíduo em uma organização, pode ser avaliado segundo padrões pré-estabelecidos, e que pode ser cada vez melhorado por meio de ferramentas organizacionais como: treinamentos e desenvolvimento. Sendo que essa medição é realizada através da avaliação de desempenho por competências.

A avaliação de desempenho por competências é um modelo de avaliação que toma como base as competências pessoais. Ela auxilia o funcionário a identificar quais competências possui e quais precisam ser aperfeiçoadas. Não esquecendo, é claro, que as competências pessoais devem estar alinhadas com as essenciais da organização (LARA; SILVA, 2007, p. 34).

Na área de Recursos Humanos, alguns modelos adotados nas empresas atualmente, atuam com essa preocupação em procurar alinhar as competências individuais com as exigidas organizacionalmente que possa alcançar os objetivos e metas delineados no seu planejamento estratégico e os colaboradores sintam-se recompensados por esse aspecto. É uma relação de troca.

(DUTRA, 2001, p. 56), ao procurar uma definição para competência, a caracteriza como um saber agir responsável que repercute em mobilização, como também na integração, transferência de conhecimentos, recursos, e habilidades específicas que tragam benefícios econômicos a organização e valor social ao indivíduo.

Hoje, as pessoas deixam de ser passivas e ganham autonomia para gerir seus processos de trabalho. Não é mais suficiente que os funcionários somente executem as tarefas relacionadas aos seus cargos, eles precisam contribuir para o sucesso da organização (PANDINI; VELLUZO; FLORY, 2007, p. 33).

Por esses aspectos, as pessoas passam a ser vistas como parceiras das organizações contemporâneas. Elas são fornecedoras de conhecimentos multidisciplinares, de habilidades, de capacidade e de inteligência, representando, de forma significativa, o capital intelectual da organização (CHIAVENATO, 1999).

O que antes era considerado ponto forte nas organizações — a minimização da iniciativa humana — tornou-se seu principal ponto fraco, já que as novas realidades competitivas focam o atingimento das estratégias, metas e objetivos organizacionais através do aperfeiçoamento das pessoas e por esse motivo pedem um novo

impulso gerencial focado no desenvolvimento humano (KLUYVER; PEARCE II, 2007, p. 72).

Segundo Chiavenato (1999), atualmente, as grandes empresas já têm plena consciência de que, para ter bom êxito empresarial, as pessoas devem ser valorizadas e que as organizações, quer pública ou privada, dependem delas para atingir seus objetivos, representam o principal capital da empresa. Inicialmente, as pessoas começam a fazer parte da organização como membros e que proporcionam contribuições significativas nos processos fundamentais e acabam assumindo novas responsabilidades (PANDINI; VELUZZO; FLORY, 2007).

Nessa conjuntura, a valorização do capital humano é fundamental, pois, surge um novo conceito de gestão de pessoas, que busca compreender um conjunto de estratégias focadas nas políticas, prática, padrões de atitudes, ações e instrumentos essenciais que são empregados por uma empresa com a finalidade de interferir no comportamento humano e conseqüentemente, direcioná-lo às estratégias da empresa.

A gestão de pessoas atinge grau de importância nas organizações devido às transformações que ocorreram ao longo do tempo e hoje identificam as pessoas como o principal recurso para as empresas atingirem seus objetivos. Para ele, as evidências que comprovam essas constatações são inúmeras — estudos e pesquisas — e as mudanças de maior impacto foram a alteração no perfil das pessoas exigido pelas empresas, o deslocamento do foco da gestão de pessoas por meio do controle para o foco por meio de desenvolvimento e a maior participação das pessoas no sucesso da empresa. (DUTRA, 2001, p. 88)

Os colaboradores internos nessa nova concepção de gestão de pessoas, passam a ser elementos essenciais para o bom êxito organizacional e também se tornam o principal foco estratégico das empresas globalizadas, pois neles estará embasado o diferencial competitivo que manterá a organização destacada e privilegiada (CHIAVENATO, 1999).

Dessa forma, na visão de Chiavenato (1999), a nova ordem econômica e globalizada, é a competitividade da empresa através da qualidade e produtividade das pessoas, sendo uma das atribuições da área de gestão de pessoas, trabalhar a relação empresa-empregado, no intuito de alinhar os objetivos individuais com os organizacionais, e principalmente manter os colaboradores motivados para o trabalho, com isso, se obtém e atinge os objetivos e a competitividade exacerbada.

A avaliação de desempenho é um processo que serve para julgar ou estimar o valor, a excelência e as qualidades de uma pessoa e, sobretudo, a sua contribuição para o negócio da organização. Pontes (2002) vai mais além ao conceito, onde, a avaliação de desempenho visa, além de estabelecer os resultados a serem perseguidos pelos indivíduos, a acompanhar o processo de trabalho e fornecer *feedback* constante. Através deste método, é possível dar orientações constantes sobre o desempenho das pessoas, buscando melhorias e levantando necessidades de treinamento e desenvolvimento. (CHIAVENATO, 1999, p. 189)

A avaliação de desempenho é um instrumento da área de Gestão de pessoas que tem por finalidade medir o grau de comprometimento do funcionário com a organização e também é um instrumento que realiza de diagnósticos, que faz uma análise do perfil de cada um dentro da organização (BERGAMINI,1997).

### **A importância da avaliação de desempenho**

A avaliação de desempenho é uma ferramenta utilizada há muito tempo, onde qualquer organização ou pessoa que tenha empregados, pelo menos informalmente, procede a algum tipo de avaliação. Em sua maioria, são aplicadas avaliações formais e informais. As avaliações formais são aquelas que se pode mensurar e obter resultados, esse sistema tem um método específico, um padrão, ele é o mais recomendado para a organização, pois através do mesmo é possível obter uma maior clareza do processo,

proporciona à empresa uma visão melhor de suas estratégias e de como elas estão sendo aplicadas, além de identificar as deficiências de cada área.

No final da Segunda Guerra Mundial (1945), os órgãos públicos e as grandes empresas procuraram implantar sistemas informais para esses tipos de avaliação, porém com o passar dos anos essa diversas formas de avaliação vem sendo modificadas e aperfeiçoadas para melhor se ajustar as necessidades atuais. Para entender melhor o que é a avaliação de desempenho precisamos entender primeiramente o que é o desempenho.

Segundo, RAMALHO (1977, p. 57), entende-se por desempenho o conjunto de ações do empregado, em dado período de tempo, segundo as descrições de suas tarefas, previamente estabelecido pela empresa, e do conhecimento pleno de supervisores e supervisionados. Quando bem gerenciada a avaliação de desempenho pode influenciar a motivação e o comportamento dos indivíduos. É um meio de desenvolver os recursos humanos da organização redirecionando os talentos da empresa para os departamentos onde serão melhor aproveitados.

Atualmente essa ferramenta tornou-se fundamental para um diferencial dentro das organizações, pois com a globalização econômica os avanços tecnológicos impuseram uma reestruturação na infraestrutura e gerência das organizações, fazendo com que o perfil do trabalhador e sua relação com o trabalho mudassem. O grande desafio dessas organizações é saber lidar com flexibilidade, qualidade, produtividade e satisfação dos clientes, para isso é preciso que todos os funcionários estejam alinhados e preparados para alcançar os objetivos e metas da empresa.

De acordo com RIBEIRO (2005), o desempenho do colaborador observado é analisado periodicamente. A instituição verifica quais foram seus resultados em suas tarefas. Posteriormente, o colaborador recebe essas informações e busca melhorar seu desempenho visando crescer profissionalmente. Em uma organização, o desempenho dos funcionários é

constantemente avaliado, direta ou indiretamente, pelo próprio colaborador, por seus colegas e também pelos seus supervisores.

Para se obter uma avaliação mais formal, foram criados diversos métodos para a aplicação desta avaliação. Dentre os inúmeros métodos existentes, podemos citar os mais tradicionais utilizados pelas organizações, comentados por diversos autores (CHIAVENATO, 2000; FRANÇA, 2002; GIL, 2001; MARRAS, 2000):

**1. Escalas gráficas de classificação:** é o método mais utilizado nas empresas. Avalia o desempenho por meio de indicadores definidos, graduados através da descrição de desempenho numa variação de ruim a excepcional. Para cada graduação pode haver exemplos de comportamentos esperados para facilitar a observação da existência ou não do indicador. Permite a elaboração de gráficos que facilitarão a avaliação e acompanhamento do desempenho histórico do avaliado.

**2. Escolha e distribuição forçada:** consiste na avaliação dos indivíduos através de frases descritivas de determinado tipo de desempenho em relação às tarefas que lhe foram atribuídas, entre as quais o avaliador é forçado a escolher a mais adequada para descrever os comportamentos do avaliado. Este método busca minimizar a subjetividade do processo de avaliação de desempenho.

**3. Pesquisa de campo:** baseado na realização de reuniões entre um especialista em avaliação de desempenho da área de Recursos Humanos com cada líder, para avaliação do desempenho de cada um dos subordinados, levantando-se os motivos de tal desempenho por meio de análise de fatos e situações. Este método permite um diagnóstico padronizado do desempenho, minimizando a subjetividade da avaliação. Ainda possibilita o planejamento, conjuntamente com o líder, do desenvolvimento profissional de cada um.

**4. Incidentes críticos:** enfoca as atitudes que representam desempenhos altamente positivos (sucesso), que devem ser realçados e estimulados, ou altamente negativos (fracassos), que devem ser corrigidos através de orientação constante. O método

não se preocupa em avaliar as situações normais. No entanto, para haver sucesso na utilização desse método, é necessário o registro constante dos fatos para que estes não passem despercebidos.

**5. Comparação de pares:** também conhecida como comparação binária, faz uma comparação entre o desempenho de dois colaboradores ou entre o desempenho de um colaborador e sua equipe, podendo fazer o uso de fatores para isso. É um processo muito simples e pouco eficiente, mas que se torna muito difícil de ser realizado, dependendo do número de pessoas avaliadas.

Normalmente, é possível avaliar as competências em dois grupos distintos: competências comportamentais, analisando fatores como proatividade, comprometimento e habilidade para trabalhar em equipe; competências técnicas, geralmente relacionadas à atividade-fim exercida pelo colaborador.

**6. Autoavaliação:** é a avaliação feita pelo próprio avaliado com relação a sua performance. O ideal é que esse sistema seja utilizado conjuntamente a outros sistemas para minimizar o forte viés e falta de sinceridade que podem ocorrer.

**7. Relatório de performance:** também chamada de avaliação por escrito ou avaliação da experiência, trata-se de uma descrição mais livre acerca das características do avaliado, seus pontos fortes, fracos, potencialidades e dimensões de comportamento, entre outros aspectos. Sua desvantagem está na dificuldade de se combinar ou comparar as classificações atribuídas e por isso exige a suplementação de um outro método, mais formal.

**8. Avaliação por resultados:** é um método de avaliação baseado na comparação entre os resultados previstos e realizados. É um método prático, mas que depende somente do ponto de vista do supervisor a respeito do desempenho avaliado.

**9. Avaliação por objetivos:** baseia-se numa avaliação do alcance de objetivos específicos, mensuráveis, alinhados aos objetivos organizacionais e negociados previamente entre cada colaborador e seu superior. É importante ressaltar que durante a avaliação não devem ser levados em consideração aspectos que não estavam previstos nos objetivos, ou não tivessem sido

comunicados ao colaborador. E ainda, deve-se permitir ao colaborador sua autoavaliação para discussão com seu gestor.

**10. Padrões de desempenho:** também chamada de padrões de trabalho é quando há estabelecimento de metas somente por parte da organização, mas que devem ser comunicadas às pessoas que serão avaliadas.

**11. Frases descritivas:** trata-se de uma avaliação através de comportamentos descritos como ideais ou negativos. Assim, assinala-se “sim” quando o comportamento do colaborador corresponde ao comportamento descrito, e “não” quando não corresponde. É diferente do método da Escolha e distribuição forçada no sentido da não obrigatoriedade na escolha das frases.

Uma mudança marcante nos métodos de avaliação é a passagem do avaliado como ser passivo para ser agente. Além disso, a introdução do conceito de competência, compreendido como “o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes do indivíduo” (ZARIFIAN, apud SOUZA, 2005, p.96) levou à criação de novas formas de avaliar as pessoas em uma organização:

**1. Avaliação 360 graus:** neste método o avaliado recebe feedbacks (retornos) de todas as pessoas com quem ele tem relação, também chamados de stakeholders, como pares, superior imediato, subordinados, clientes, entre outros.

**2. Avaliação de competências:** trata-se da identificação de competências conceituais (conhecimento teórico), técnicas (habilidades) e interpessoais (atitudes) necessárias para que determinado desempenho seja obtido.

**3. Avaliação de competências e resultados:** é a conjugação das avaliações de competências e resultados, ou seja, é a verificação da existência ou não das competências necessárias de acordo com o desempenho apresentado.

**4. Avaliação de potencial:** com ênfase no desempenho futuro, identifica as potencialidades do avaliado que facilitarão o desenvolvimento de tarefas e atividades que lhe serão atribuídas. Possibilita a identificação de talentos que estejam trabalhando



alguém de suas capacidades, fornecendo base para a recolocação dessas pessoas.

**5. Balanced Scorecard:** sistema desenvolvido por Robert S. Kaplan e David P. Norton na década de 90, avalia o desempenho sob quatro perspectivas: financeira, do cliente, dos processos internos e do aprendizado e crescimento. São definidos objetivos estratégicos para cada uma das perspectivas e tarefas para o atendimento da meta em cada objetivo estratégico.

### **Entrevista de avaliação**

A entrevista é essencial na avaliação de desempenho para atingir seu principal objetivo que é promover crescimento e aprimorar as capacidades, o ideal é dividi-la em seções, para não sobrecarregar o entrevistador e assim garantir melhores resultados. Essas seções podem ser de revisão de planos futuros, uma entrevista bem sucedida é programada com antecedência para preparação tanto do entrevistador quanto do entrevistado. Existem entrevistas que objetivam persuadir o funcionário a mudar, motivando-o com incentivos, outras que lidam com o sentimento do medo buscando fazê-lo superar e reduzir frustrações e algumas que propõem a resolução de problemas por meio do interesse nos sentimentos para estimular o desenvolvimento e crescimento. (CHIAVENATO, 2009, P. 67)

Destacando-se que as entrevistas exigem total flexibilidade por parte do gestor, já que de acordo com o assunto ou o comportamento a ser discutido, pode haver uma melhor maneira de avaliar. A condição de entrevista é aspecto importante para o sucesso da mesma, pontos interessantes que podem ajudar como solicitar autoavaliações, promover diálogos, o cuidado no momento de críticas e demonstrar reconhecimento e garantir conforto são elementos que devem ser considerados nesse processo. (CHIAVENATO, 2009, p. 68)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para evitar que a Avaliação de Desempenho venha a se transformar num mero procedimento burocrático é necessário um maior comprometimento dos funcionários principalmente dos avaliadores. Os líderes de equipe precisam de melhor preparo, para que possam desempenhar com eficiência seu papel de disseminador e incentivadores da Gestão de Avaliação de Desempenho em suas equipes. A capacidade do gerente para planejar e facilitar o desenvolvimento dos funcionários que estão sob seu comando e o fornecendo feedback significativo se mostra fundamental.

O Sistema de Gestão por Competências é uma opção favorável para todas as organizações adotarem, é necessário que os métodos tradicionais se reestruturem as ações de recursos humanos nas empresas nesse novo século.

Trabalho em equipe, comunicação, fluxo das ações e flexibilidade obtiveram sempre altos índices de atendimento pleno ou excedente nas organizações. Por sua vez, fatores que exigem conhecimento técnico como formação, planejamento, visão estratégica e tomada de decisões estão com índices de atendimento ou superação das expectativas muito baixas, ou seja, falta capacitação. Também foi observado insuficiente o índice de preocupação dos colaboradores com a satisfação dos clientes, percentual este aceitável, mas ainda pode ser muito desenvolvido em uma organização que busca excelência na gestão de seus serviços prestados.

O desafio da implantação do sistema de avaliação de desempenho focado na gestão por competência na estrutura organizacional ou empresarial, é o colaborador se opor a “mudança para o novo” - pode ser vencido por meio das características intrínsecas do sistema, como simplicidade e facilidade de compreensão por todos envolvidos na empresa.

## REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecilia Whitaker. **Avaliação de desempenho humano na empresa**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 9ª edição. São Paulo: Campus, 2009.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas**. São Paulo: Gente, 2001.

KLUYVER, Cornelis A. de; PEARCE II, John A. **Estratégia: uma visão executiva**. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.

LARA, Janayna Formosi *de*; SILVA, Marlene Bahler da. **Avaliação de desempenho no modelo de gestão por competências: uma experiência de utilização**. Disponível em: <<http://www.vv.psicologia.com.pt/artigos>>. Acesso em: 24/12/ 2022.

## CAPÍTULO 07

# SUPERANDO DESAFIOS PARA REALIZAR A VACINAÇÃO EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO NO ESTADO DO AMAZONAS

Josy Lira Dias  
Maria Izabel Nogueira do Nascimento

### INTRODUÇÃO

As vacinas são consideradas uma ótima ferramenta na prevenção e na promoção da saúde pública, em que apresentam o objetivo de serem desenvolvidas de modo a atender aos critérios de segurança, e que, de preferência, sua atuação seja para uma única dose e que possa ter a imunidade de proteção em uma grande quantidade de pessoas. A vacina deve, ainda, ser acessível financeiramente e apresentar uma maneira fácil de ser administrada. Para que ela tenha êxito, a vacina deve produzir uma memória imunológica a longo prazo e ter estabilidade. Essa estabilidade é a capacidade que um agente biológico apresenta de se manter estável com influências do meio ambiente, quando relacionado às vacinas, as principais são a temperatura e a exposição à luz (BRASIL, 2017b, p.13).

Para que a vacina seja realmente eficaz na sua ação, é importante avaliar algumas particularidades, como a situação do organismo da pessoa que está recebendo a vacina e se ela está em condições para ocorra a imunoconversão. Outras características são referentes à forma de manipulação, se as vacinas estão sendo mantidas em temperaturas adequadas de acordo com os fabricantes e se estão dentro da validade de uso (CUNHA; KREBS; BARROS, 2009, p. 8-12).

A maioria das vacinas precisa ser mantida em uma conservação de temperaturas positivas entre 2° a 8°C, em equipamentos indicados para manter o padrão, pois são produtos termolábeis. A oscilação dessa temperatura e o tempo em que os imunobiológicos são expostos podem levar a uma inativação do produto, podendo ser pela alta ou pela baixa temperatura (BRASIL, 2017a, p. 22).

Quando se trata da Saúde Pública, está relacionada para a proteção de toda a população e a imunização tem sido vista nas últimas décadas como um grande progresso, com períodos que apresentaram o alcance das coberturas vacinais. Em decorrência desse trabalho, houve uma alta diminuição da incidência das doenças imunopreveníveis (PINTO; RODRIGUES; GENEROSO, 2006, p. 188).

**O Programa Nacional de Imunização - PNI** junto ao MS realizam atividades de maneira sistematizada e organizada e, com isso, vêm conseguindo alcançar os objetivos propostos pelo programa, como a implantação e a aplicação das doses, cumprindo o calendário nacional de vacinação da criança, do adolescente, do adulto, do idoso, da gestante e dos povos indígenas, tendo uma relevância social com a intenção de melhorar a qualidade de vida da população, evitando o adoecimento por meio da busca do aumento das coberturas vacinais em todo o país (BRASIL, 2013, p. 91).

As doenças imunopreveníveis por vacina têm aumentado nos últimos anos, mesmo que a quantidade de vacinas nos calendários vacinais tenha sido ampliada, assim como a faixa etária contemplada com a intenção de conter esse crescimento (CONDON; HAYNEY, 2016, p. 339). Um ponto importante para a saúde pública é a vacinação como tática para prevenir essas doenças, sendo uma estratégia de grande impacto, considerada segura e que apresenta um resultado considerável quanto à redução ou à erradicação dessas doenças (LAHARIYA, 2016, p. 7-8; RÉMY; ZÖLLNER; HECKMANN, 2015, p.4).

Em relação à região amazônica, observa-se que há um grande desafio em realizar os serviços de saúde devido aos custos

elevados, pois a logística de transporte tem de transpor barreiras geográficas – como rios, lagos e paranás, que sofrem alterações – e o ciclo das águas – que são os períodos de seca, enchente, vazante e cheia –, assim como realizar a logística em meio à vasta floresta amazônica (SCHWEICKARDT *et al.*, 2017, p. 57-59).

Devido à vasta extensão de mata na Amazônia, o transporte ocorre principalmente por via fluvial, mas, para alguns municípios, há a possibilidade dos transportes terrestre e aéreo, que apresentam algumas restrições relacionadas à questão da infraestrutura e da manutenção das vias, dessa forma, elevando os preços em relação à logística de transporte na região (ADA, 2006, p. 21-30; PEREIRA, 2008, p. 21).

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa é considerada bibliográfica, a qual, de acordo com Oliveira (2007), é um modo de estudo e de análise de todos os documentos de domínio científico de fontes reconhecidas que possam estar relacionados ao tema proposto. Marconi e Lakatos (2007, p. 19-21) descrevem que, para realizar uma pesquisa de qualidade, é de suma importância que seja realizado um levantamento de dados em fontes científicas. Essa fase de coleta de informações prévias sobre o tema de interesse é considerado o primeiro passo da pesquisa.

Esta pesquisa também é considerada qualitativa, pois busca compreender quais as necessidades da população que vive em áreas de difícil acesso e como realizar ações que possam melhorar os atendimentos e as ações em saúde nessas localidades, ocorrendo por meio da análise de informações de forma detalhada e de maneira complexa, sem se preocupar com conceitos numéricos (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 30-31).

Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, denominada: “A telessaúde como provedora de conhecimento e qualificação sobre a imunização no estado do Amazonas no contexto da pandemia do coronavírus”, que teve como objetivo

avaliar as práticas desenvolvidas em ações da telessaúde como provedora do conhecimento e da qualificação sobre a imunização no estado de Amazonas no contexto da pandemia do coronavírus.

### **Características da população**

Ao se tratar da população, o estado do Amazonas apresenta uma grande diversidade, com em relação ao modo de vida, suas características devidas principalmente ao isolamento ambiental e social, tendo a parte cultural específica de cada localidade. **No Estado do Amazonas há a maior população indígena do país;** além disso, também há a população cabocla e ribeirinha, que vivem, em sua maioria, no interior da Amazônia, existindo a influência que ocorre entre si, fazendo uma miscigenação dentro de todas as atividades realizadas em cada localidade (RODRIGUES, 2008, p. 69-71).

A população ribeirinha representa o maior número de pessoas que vivem na margem dos rios, sendo denominadas como populações tradicionais, com suas características socioculturais próprias, assim como em relação às suas ligações políticas e organizacionais. Eles vivem principalmente da caça, da pesca e da agricultura, vivem próximos às margens dos rios, em casa de estilo palafita, que são construídas em cima de estacas de madeira sobre a superfície do solo ou dos rios, devido à grande variação das águas. As famílias vivem em grupos com grandes distâncias entre eles, tornando difícil o acesso a essas comunidades, por conta de seu isolamento. Toda a atividade social e econômica dessa população sofre a influência direta do ciclo das águas, dos quais os rios são utilizados como estradas naturais para o recebimento de mantimentos e de insumos para todos os setores da sociedade (SPÍNOLA, 2015). A dispersão demográfica e o amplo território, com uma vasta rede hidrográfica e apresentando a maior floresta tropical do planeta, acarretam grandes desigualdades em relação ao acesso à saúde e a outras questões sociais em relação ao restante do país (GAMA *et al.*, 2018, p. 11-12).

## Características da localidade

De acordo com Confalonieri (2005, p. 222), o estado do Amazonas apresenta uma grande área de ambientes aquáticos, como rios, lagos, igarapés, paranás e planícies inundáveis e poucos locais têm saneamento básico, o que contribui para a propagação de inúmeras doenças. Costa *et al.* (2009, p. 171-172) acreditam que, devido às questões voltadas à parte geográfica, de logística de transporte e às particularidades socioculturais, tem-se a indicação da utilização da telessaúde, para que possam melhorar as estratégias de ação em saúde e diminuir as desigualdades sociais.

O Plano de Saúde do Estado do Amazonas, que abrange 2020 a 2023, descreve que o estado do Amazonas engloba o bioma da Amazônia, sendo um dos sete estados que compõem a Região Norte brasileira e parte da Amazônia Legal. O Amazonas tem, no seu território, o pico mais alto do país (pico da Neblina, com 3.014m), assim como uma grande extensão de terras baixas, sendo a maior área do Brasil, que é denominada de várzea. O estado faz fronteira com os países da Venezuela, da Colômbia e do Peru e tem seu limite com outros estados, que são Roraima, Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Nesse contexto, na Região Amazônica, as populações ribeirinhas apresentam um misto de grupos sociais, como os povos indígenas, caboclos e migrantes de outras regiões, que vivem isolados em áreas rurais, chamadas de comunidades ribeirinhas, nas margens de rios e dos lagos (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2007, p. 15-16; GUIMARÃES *et al.*, 2020).

Nesse contexto, para Di Lascio (2009, p. 4-6), ter uma rede elétrica com oferta de qualidade é de suma importância para a região, mesmo que os desafios sejam grandes, pois, no Amazonas, há muitos obstáculos a serem superados, como o tamanho da extensão territorial, além da baixa densidade demográfica, as vilas e as pequenas cidades têm um grande espaçamento entre elas, apresentando uma grande rede hidrográfica, que sofre influência



das cheias e das secas dos rios, muitas áreas alagadas – denominadas de várzea – e uma grande e densa floresta.

Na Amazônia, existem várias tradições que norteiam as crenças, o desenvolvimento e o modo de vida da população, assim como as relações sociais que embasam seu modo de vida (SCHWEICKARDT, 2016, p. 28-39; PORTELA, 2017, p. 21-24). No que tange aos estudos no município de Coari, no Amazonas, em que a população ribeirinha é uma das mais atingidas por informações falsas sobre a vacina, pois, como moram em locais isolados, que apresentam mudanças constantes, a densa floresta Amazônica e as limitações geográficas têm mais dificuldade em ter acesso a todas as informações fidedignas, principalmente em relação à saúde (GAMA *et al.*, 2018, p.2-3).

## DISCUSSÃO

Na Amazônia, existe uma característica importante a ser considerada além das distâncias: o ciclo hidrológico, sendo dividido em quatro períodos: a enchente – que é a cheia dos rios, devido ao aumento da quantidade de chuva –, depois, ocorre a cheia dos rios – com o maior nível das águas –, a vazante – em que ocorre a diminuição das águas em razão da pouca quantidade de chuvas – e a seca – que apresenta o menor nível das águas –. Conhecer esses períodos é essencial para buscar realizar as ações de imunização e de transporte de imunobiológicos durante o ano todo (BITTENCOURT; AMADIO, 2007, p. 305-307; PERREIRA, 2007, p. 16-17).

Esse período de sazonalidade deve ser levado em consideração, pois as áreas rurais, indígenas e ribeirinhas, no período de seca, apresentam dificuldade de acesso ou ficam inacessíveis para que as equipes de sala de vacina possam cumprir a vacinação de acordo com o PNI. O Amazonas apresenta uma bacia hidrográfica, que é o principal modo de transporte dos municípios e, para alguns estados e países vizinhos, o transporte terrestre é pequeno em todo o estado e as estradas, na grande maioria, estão em condições de uso precárias, por isso, o transporte

aéreo é utilizado em menor quantidade, devido aos valores de frete elevados para que as vacinas possam chegar ao seu destino (DIAS *et al.*, 2020, p. 244-245).

As dificuldades de conseguir que as vacinas possam chegar a algumas regiões brasileiras consideradas remotas devem ser levadas em conta, como em municípios do estado do Amazonas, devido às barreiras geográficas, como a floresta Amazônica e a sua densidade intocada, fazendo com que seja importante que as ações de vacinação possam ser realizadas nessas áreas de modo eficiente e eficaz, de acordo com o PNI, buscando superar as adversidades (SANTOS, 2017, p.3-22). Sobretudo, ao se abordar as populações das áreas rurais, deve ser considerado como os profissionais que fazem parte das equipes de saúde precisam conhecer a realidade socioeconômica, realizando atividades para a promoção e a prevenção à saúde de maneira completa, ampliando o vínculo entre as equipes e os usuários, por meio de afinidades mútuas (MAUSS, 2003, p.265).

Observa-se, neste relato de experiência junto às equipes de saúde ribeirinha no interior do Amazonas, a identificação de como as fakes news aliadas à religião, a crenças e aos costumes têm gerado resistência em relação à vacinação, uma vez que essas populações apresentam seus próprios costumes e como prevenir doenças e curar enfermidades (PORTUGAL *et al.*, 2021, p.4).

Evidencia-se, por meio do relato de experiência no interior do Amazonas, em calhas de rios e lagos do Alto Solimões, Médio Solimões, Baixo Solimões e Lago do Mamiá, que, para a realização da vacinação de campanha contra a covid-19, foi identificada uma grande dificuldade para vacinar a população ribeirinha, em que contavam com comunidades totalmente alagadas durante um determinado período do ano, sendo complexo o acesso até essas comunidades, realizando busca ativa para atingir maior adesão à vacinação (REIS *et al.*, 2021, p.3-4).

Diante da complexidade apresentada, este estudo foi realizado junto ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), na área do Alto Rio Negro, onde foram avaliadas as rotinas de atendimento à saúde

indígena nas aldeias baniwa e a vacinação, da qual constatou-se haver a dificuldade em relação às grandes distâncias entre a sede municipal e as aldeias e à falta de luz elétrica, sendo um problema para a conservação dos imunobiológicos, mesmo havendo pontos de apoio para a troca das bobinas de gelo em pontos estratégicos. Devido ao longo percurso e às várias aldeias, as equipes permanecem pouco tempo em cada local, onde vacinam os presentes aptos, enquanto os ausentes só serão vacinados em uma próxima visita. As comunidades são avisadas com antecedência por radiofonia, marcando dia e horário, o que nem sempre funciona, devido à falta de energia, sendo comuns os atrasos da equipe devidos às condições de transporte (GARNELO, 2011, p.180-181).

Dias *et al.* (2020, p. 244-245) descrevem que o transporte de imunobiológicos e de insumos foi prejudicado, pois, em 2020, tiveram períodos de fechamento de portos e de cancelamento de voos devido ao bloqueio (*lockdown*) de movimentação de pessoas e, com isso, o que diminuiu o número de linhas disponíveis para os municípios. Para a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (2020, p. 8), destacam que uma das causas para a diminuição da vacinação foi a dificuldade de locomoção do transporte público devido ao *lockdown* e ao distanciamento físico.

Observa-se que uma das dificuldades para chegar às comunidades ribeirinhas é a forma de acesso, pois é necessário transpor grandes distâncias, normalmente por um alto custo, acarretando poucas viagens durante o ano. Existe, também, a falta de profissionais da área de saúde para participar dessas viagens e, com relação à parte indígena, há o problema com a comunicação (GAMA *et al.*, 2018, p. 3-8; SOUSA, 2009, p. 93-94).

Para que todas as estratégias e ações de vacinação tenham sucesso, é fundamental que haja uma gestão para a cadeia de frio é a logístico da Rede de Frio para conservação dos imunobiológicos, desde o laboratório produtor até o usuário, de modo a empregar os constantes avanços para apoiar o abastecimento dos insumos e das vacinas em todo o país com qualidade. O PNI visa trabalhar ações que integrem todo o processo e o percurso das vacinas de acordo

com as normas vigentes, a partir das quais o transporte de imunobiológicos, principalmente para longas distâncias, deve manter a estabilidade da temperatura das vacinas (CARVALHO; DIEHL, 2021, p. 55-56).

Silva e Flauzino (2017, p.127) indicam que um dos principais problemas quanto à baixa distribuição das vacinas é a parte geográfica, em que as áreas mais afastadas devido ao transporte e à sua logística apresentam dificuldades em retirar os imunobiológicos e os insumos para suprir a necessidade dos municípios. Santos (2017, p.4-9) demonstra que essa dificuldade também abrange a estrutura das localidades, como a energia elétrica para o armazenamento das vacinas, uma equipe de profissionais capacitados para realizar os procedimentos e até mesmo as condições climáticas e ambientais desfavoráveis.

Deve ser realizado o acompanhamento das cadernetas e dos cartões de vacinas dos usuários e da área de abrangência da unidade de saúde, pois, assim, os profissionais podem realizar ações pontuais e que façam a diferença para a melhoria das coberturas vacinais, fazendo um contato com toda a família, entendendo melhor as condições em que vivem e identificando os motivos de não usarem o serviço de saúde e seus estilos de vida. Essas mudanças são relevantes para difundir novas atividades de saúde que possibilitem alcançar a melhoria da saúde das famílias e da comunidade em que estão inseridos (PUGLIESI; TURA; ANDREAZZI, 2010, p.83).

A Saúde Pública tem de realizar uma adaptação da forma de divulgar as informações, principalmente em relação às vacinas e à vacinação no Brasil, pois os movimentos antivacinas têm buscado muitas estratégias e, dessa maneira, vêm ganhando força e um grande número de adeptos, mesmo que, para isso, eles se utilizem de informações não fidedignas e as compartilhem, principalmente, nas redes sociais. Para combater esses grupos, a gestão em saúde precisa realizar uma ação pontual e direcionada a fim de advertir, de prevenir a divulgação de notícias falsas, realizando propagandas que reforcem a importância das vacinas aos grupos que apoiam a

vacinação e de gerar explicações que busquem sanar as dúvidas das pessoas que hesitam em aceitar a vacinação, e, de modo distinto, para os do grupo que recusam completamente quaisquer vacinas (DUBÉ; VIVION; MACDONALD, 2015, p. 109-110).

Existe a necessidade de se trabalhar a melhoria de adequações, para que possa ocorrer uma mudança real no desenvolvimento das ações em saúde. Mesmo com muitas dificuldades, atualmente, essa junção de propostas e de ações tem ganhado espaço, devido à constante necessidade de melhoria na qualidade dos atendimentos e de haver insumos e profissionais qualificados para realizarem os atendimentos (SCHWEICKARDT *et al.*, 2015, p. 81-83).

Ter o acesso à assistência em saúde é o princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde - SUS, porém os ribeirinhos, os moradores de áreas rurais e os quilombolas, por estarem em áreas de difícil acesso e com barreiras geográficas em sua maioria, têm dificuldade de acesso ao sistema. Se faz necessário que ocorra uma articulação dos serviços de saúde, para que o acesso possa ser promovido, buscando viabilizar uma assistência contínua à saúde (GARNELO *et al.*, 2018, p. 180; GUIMARÃES *et al.*, 2020, p. 7).

## CONCLUSÃO

A pesquisa que originou o recorte deste estudo tinha como motivação buscar a qualificação dos profissionais que atuam no interior do estado do Amazonas em relação à imunização no período da pandemia, pois foi observado que, para superar os desafios de realizar a vacinação em áreas de difícil acesso, é importante ter a união com a gestão, gerar estratégias nos diferentes níveis que possibilitem realizar as ações e gerar melhores oportunidades de vacinação para toda a população do estado.

Essas estratégias devem buscar estar alinhadas com o período do ciclo das águas, para que possam alcançar as comunidades mais distantes e estar com os suprimentos de insumos e de vacinas, assim como uma equipe de vacinadores capacitados para atuarem

nessas localidades, fazendo um trabalho voltado às características socioculturais das populações tradicionais da região.

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Imunização do Estado do Amazonas, à Fundação de Vigilância em Saúde, à Dr<sup>a</sup> Rosimeire Costa Pinto (FVS-RCP), que vem nos apoiando na realização das ações realizadas junto aos municípios para garantir que as dificuldades de envio dos insumos e das vacinas para atender a todo o público-alvo sejam superadas. Também agradecemos a todos os coordenadores municipais de imunização e às suas equipes pelo empenho nas ações de vacinação em todo o estado.

## REFERÊNCIAS

ADA, Agência de Desenvolvimento da Amazônia -. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia legal**: estudos diagnósticos setoriais – PDSA 2005-2008. / Agência de Desenvolvimento da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Organização dos Estados Americanos. – Belém: ADA, 2006. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/PAS-Presidencia-Republica.pdf>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2023.

BITTENCOURT, MM; AMADIO, SA. Proposta para identificação rápida dos períodos hidrológicos em áreas de várzea do rio Solimões-Amazonas nas proximidades de Manaus. **Acta da Amazônia**, v. 37, n. 2, p. 303–308, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/csNysKwCPhtHkfTLMzCMjRs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Programa Nacional de Imunizações (PNI): 40 anos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica.

– Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa\\_nacional\\_i\\_munizacoes\\_pni40.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_nacional_i_munizacoes_pni40.pdf). Acesso: 03 de junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017a. 136 p. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201801/15110459-manual-de-rede-de-frio-2017.pdf>. Acesso: 12 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde. **Classificação de risco dos agentes biológicos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017b. 48 p. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classificacao\\_risco\\_agentes\\_biologicos\\_3ed.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classificacao_risco_agentes_biologicos_3ed.pdf). Acesso: 14 de maio de 2020.

CARVALHO, LP; DIEHL, JE. Análise da cadeia de suprimentos de vacina no Brasil. **Revista Tecnológica da Fatec Americana**, vol. 09, n. 02, julho/dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj-0Mzu77T5AhXkqJUCHXS-CqkQFnoECAUQAQ&url=https%3A%2F%2Ffatec.edu.br%2Frevista%2Findex.php%2FRTEcfatecAM%2Farticle%2Fview%2F290%2F236&usq=AOvVaw34-93yif85tlEFLd346uIJ>. Acesso: 03 de janeiro de 2022.

CICHOVSKI, PB; TEIXEIRA, EMSF. **Do outro lado do rio: à margem de direitos. Direito à educação no contexto das populações ribeirinhas**. Editora: Juspodivm, 2017. Cap 1. Disponível em: <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/d824bd7646d9a891e812650d6da5ac00.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

CONDON, AJ; HAYNEY, MS. Strategies to minimize vaccine errors. **J Am Pharm Assoc**. 56 (3): 339-41, 2016 May-Jun. Disponível

em: <https://www.japha.org/action/showPdf?pii=S1544-3191%2816%2930031-0>. Acesso: 18 de março de 2021.

CONFALONIERI, UEC. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. **Estudos Avançados**, vol.19, nº 53, São Paulo, Jan./Apr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/CgyHLrvH6FjxsdYltY3GdxH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 03 de fevereiro de 2021.

COSTA, CA; SOUZA, PE; WEN, CL; BÖHM, GM; MOTA, MEC. Telehealth in the Amazon: Development, Results and Perspectives. **Latin American Journal Telehealth**, Belo Horizonte, 2009; 1 (2): 170-183. Disponível em: <http://cetec.medicina.ufmg.br/revista/index.php/rilat/article/download/41/141/>. Acesso em: 04 junho de 2020.

CUNHA, J; KREBS, LS; BARROS, E. **Vacinas e imunoglobulinas**: consulta rápida. Porto Alegre: Artmed, 2009. 608p.

DIAS, JL; MOISÉS, M; NASCIMENTO, MIN; SILVA, KN; ANDRADE, MGFS. Relato de experiência da Implantação da capacitação sobre imunização do estado do Amazonas por meio do Telessaúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. REAS | Vol.13(3) | ISSN 2178-2091, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6636/4359>. Acesso: 02 de fevereiro de 2022.

DIAS, JL; MOISÉS, M; NASCIMENTO, MIN; NASCIMENTO JÚNIOR, EP. **Os desafios na avaliação e distribuição das vacinas para o Programa Estadual de Imunização do Amazonas em 2020**. Ciência da Saúde no Mundo Contemporâneo: Interdisciplinaridade 2 / Igor Sombra Silva (org.). – Rio Branco: Stricto Sensu, 2020. 240-247. Disponível em: <https://sseditora.com.br/wp-content/uploads/Ciencia-da-Saude-no-Mundo-Contemporaneo-Interdisciplinaridade-2.pdf>. Acesso: 01 de janeiro de 2021.

DI LASCIO, MA. **Energia e desenvolvimento sustentável para a Amazônia rural brasileira: eletrificação de comunidades isoladas** / Marco Alfredo Di Lascio, Eduardo José Fagundes Barreto; com a colaboração, Daniel Pioch, Écio Rodrigues. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2009. Disponível em: [https://agritrop.cirad.fr/567794/1/solucoes\\_energeticas\\_para\\_a\\_amazonia.pdf](https://agritrop.cirad.fr/567794/1/solucoes_energeticas_para_a_amazonia.pdf). Acesso: 17 de setembro de 2022.



DUBÉ, E; VIVION, M; MACDONALD, NE. Vaccine hesitancy, vaccine refusal and the anti-vaccine movement: influence, impact and implications. **Expert Rev Vaccines**. 14 (1); 99-117. 2015. Disponível em: <https://mde.biologia.gr/ferma/wp-content/uploads/sites/13/2017/03/Vaccine-hesitancy-vaccine.pdf>. Acesso: 20 de abril de 2020.

FRAXE, TJP; PEREIRA, HS; WITKOSKI, AC. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA; 2007. Disponível em: [https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtecnologias/24/files/comunidades\\_ribeirinhas\\_modos\\_de\\_vida\\_web.pdf](https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtecnologias/24/files/comunidades_ribeirinhas_modos_de_vida_web.pdf). Acesso: 18 de setembro de 2022.

GAMA, ASM; FERNANDES, TG; PARENTE, RCP; SECOLI, SR. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 2018; 34(2). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/nWyTKM4WRV5Gxr4pSVT4Mnp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 18 de setembro de 2022.

GARNELO, L. Aspectos socioculturais de vacinação em área indígena. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro**. v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.175-190. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/6kxxxbdd48886tpF4MxwtgJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 18 de setembro de 2022.

GARNELO, L; LIMA, JG; ROCHA, ESC; HERKRATH, FJ. Acesso e cobertura da Atenção Primária à Saúde para populações rurais e urbanas na região norte do Brasil. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 42, número especial 1, Setembro 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3tZ6QRxxTsPjNj9XwDftbgS/abstract/?lang=pt>. Acesso em:

GUIMARÃES, AF; BARBOSA, VLM; SILVA, MP; PORTUGAL, JKA; REIS, MH; GAMA, ASM. Acesso a serviços de saúde por ribeirinhos de um município no interior do estado do Amazonas, Brasil. **Rev Pan-Amaz Saude**, 2020; 11: e202000178. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpas/v11/2176-6223-rpas-11-e202000178.pdf>. Acesso: 18 de setembro de 2022.

LAHARIYA, C. Vaccine epidemiology: a review. **J Fam Med Prim Care**. 5 (1): 7-15, 2016 Jan-Mar. Disponível em: <https://www>.

ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4943153/pdf/JFMPC-5-7.pdf.

Acesso: 04 de julho de 2020.

LIRA, TM; CHAVES, MPSR. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política.** Interações, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n1/1518-7012-inter-17-01-0066.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Mauss, M. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss\\_m\\_ensaio\\_sobre\\_a\\_dadiva.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss_m_ensaio_sobre_a_dadiva.pdf).

Acesso: 02 de maio de 2020.

MARCONI, MA; LAKATOS, EM. **Fundamentos da Metodologia Científica,** 6. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, MM. **Como fazer Pesquisa Qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Reunião ad hoc do GTA Agosto de 2020.** Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53016/OPASFPLIMCOVID-19200020\\_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53016/OPASFPLIMCOVID-19200020_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y). 2020b. Acesso: 18 de setembro de 2022.

PEREIRA, HS. **A dinâmica da paisagem Socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas.** In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C (Orgs). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007. Disponível em: [https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtechnologies/24/files/comunidades\\_ribeirinhas\\_modos\\_de\\_vida\\_web.pdf](https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtechnologies/24/files/comunidades_ribeirinhas_modos_de_vida_web.pdf). Acesso: 12 de fevereiro de 2020.

PEREIRA, MS. **O escoamento da pequena produção agrícola na microrregião de Manaus e as modalidades de transporte /** Marcelo Souza Pereira. - Manaus: UFAM, 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp140642.pdf>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2023.

PINTO, AECM; RODRIGUES, SJA; GENEROSO, RC. Campanha de imunização contra hepatite B em escolares do município de Vespasiano-Minas Gerais. **Rev Min Enferm.** 2006 abr-jun;10 (2): 187-90. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/remere.org.br/pdf/v10n2a15.pdf>. Acesso: 06 de março de 2020.

PINTO, EF; MATTA, NE; DA-CRUZ, AM. Vacinas: progressos e novos desafios para o controle de doenças imunopreveníveis. **Acta Biol Colomb.** 2011;16 (3): 197-212. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3190/319027888014.pdf>. Acesso: 03 de março de 2020.

PLANO ESTADUAL DO AMAZONAS (2020 – 2023). Secretaria de Estado de Saúde. Manaus-AM. 2020. 263f. 35p. Disponível em: [http://www.saude.am.gov.br/docs/pes/pes\\_2020-2023\\_ver\\_ini.pdf](http://www.saude.am.gov.br/docs/pes/pes_2020-2023_ver_ini.pdf). Acesso: 05 de junho de 2020.

PORTELA, APC. **O Território e as redes vivas de saúde em uma comunidade flutuante no Amazonas.** Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. Programa de Pós-Graduação Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia – PPGVIDA. Instituto Leônidas e Maria Deane - Fiocruz Amazônia, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/33498>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

PORTUGAL, JKA; REIS, MHS; SOUZA, GKP; CASTRO, PCF; PONTES, MAC; TORRES, RLF; REIS, LAT; GERMANO, SNF; FREIRE, NM; BARROS, WS. Acadêmicos de enfermagem do interior do Amazonas em missões ribeirinhas durante a pandemia de covid-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 2021; 13 (11). Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9320/5638>. Acesso: 18 de setembro de 2022.

PUGLIESI, MV; TURA, LFR; ANDREAZZI, MFS. Mães e vacinação das crianças: Representações Sociais em serviços públicos de saúde. **Rev Bras Saude Mater Infant.** 10 (01): 75-84, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/K6D3LkFLTGrjk64hmbyg4Tr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 06 de abril de 2020.

REIS, MHS; PORTUGAL, JKA; FERREIRA, KR; OLIVEIRA, DF; TORRES, RLF; SODRÉ, SS; RODRIGUES, MJM; BARBOSA, DS; GOMES, YS; REIS, YS. Vivência de acadêmicos de enfermagem

frente à campanha de vacinação da covid-19 em populações ribeirinhas de um município do Amazonas. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 2021; 13 (12). Disponível em: <https://acervo.mais.com.br/index.php/saude/article/view/9377/5668>. Acesso: 18 de setembro de 2022.

RÉMY, V; ZÖLLNER, Y; HECKMANN, U. Vaccination: the cornerstone of an efficient healthcare system. **J Mark Access Heal Policy**. 3 (1): 27041, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4802703/pdf/JMAHP-3-27041.pdf>. Acesso: 14 de julho de 2020.

RODRIGUES, PMA. **Homens e Mulheres nas Beiras: etnoeconomia e sustentabilidade no Alto Rio Solimões**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). 143 f. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4323/2/Disserta%20Pedro%20M%20De%20Andrade%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

SANTOS, EP. **Guia de boas práticas de Imunização em Áreas Remotas de Difícil acesso**. 2017, SBIM. Disponível em: <https://sbim.org.br/images/books/guia-imunizacao-areas-remotas.pdf>. Acesso: 01 de fevereiro de 2019.

SCHWEICKARDT, JC et al. **Educação permanente em gestão regionalizada da saúde: saberes e fazeres no território do Amazonas** [recurso eletrônico] / Júlio Cesar Schweickardt [et al.] organizadores. – 1. ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. 240 p.: il. cap. 2, p. 68 – (Série Saúde & Amazônia). Disponível em: <http://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2018/11/3-Educacao-e-Praticas-de-Saude-na-Amazonia-OK.pdf> Acesso em: 19 de fevereiro de 2023.

SCHWEICKARDT, JC et al. **Educação e práticas de saúde na Amazônia: tecendo redes de cuidado** / Júlio Cesar Schweickardt [et al.] organizadores. – 1. ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016. 316 p. – (Saúde & Amazônia). Disponível em: <file:///C:/Users/>

Usuario/Downloads/Educacao%20e%20Praticas%20de%20Saude%20na%20 Amazonia.pdf.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.  
SCHWEICKARDT, JC. et al. (Orgs.). **História e política pública de saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2017. (Série Saúde & Amazônia). Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-saude-amazonia/Historia%20e%20politica%20publica%20de%20saude%20Fiocruz%20Amazonas%20-PDF.pdf>.

Acesso: 19 de fevereiro de 2023.

SILVA, MN; FLAUZINO, RF. **Rede de frio**: gestão, especificidades e atividades [online]. Rio de Janeiro: CDEAD/ENSP/EPSJV/Editora FIOCRUZ, 2017, 348 p. ISBN: 978-65-5708-096-2. <https://doi.org/10.7476/9786557080962>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

SILVEIRA, DT; CÓRDOVA, FP. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.120 p. UNIDADE 2 – A PESQUISA CIENTÍFICA, Denise Tolfo Silveira e Fernanda Peixoto Córdova. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloads/Serie/derad005.pdf>. Acesso: 06 de abril de 2023.

SOUSA, IS. As condições de vida e saneamento nas comunidades da área de influência do gasoduto Coari-Manaus em Manacapuru –AM. **Hygeia**. 2009; 5 (9): 88-98. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/16937/9340>. Acesso: 18 de setembro de 2022.

SPÍNOLA, HB. **O ribeirinho na defesa do peixe**. Manaus: EDUA, 2015.

## CAPÍTULO 08

# A REIFICAÇÃO DO HOMEM CONTEMPORÂNEO E A (IN)EFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA BRASILEIRA: DIÁLOGOS ENTRE KANT E BAUMAN NA SOCIEDADE DE ANTOLHOS DO SÉCULO XXI

Péricles Queiroz Araújo<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Desde que o homem passou a viver em sociedade, percebe-se uma contínua e crescente evolução, seja nas artes da guerra, seja nas próprias evoluções tecnológicas. Aliás, guerras e evoluções sempre andaram lado a lado, sendo que uma se valia da outra e isso definia a comunidade vencedora. Entretanto, pode-se afirmar que nunca no desenvolvimento da sociedade se viu um crescimento tão acelerado como o que se vive atualmente. Na década de noventa, após a internet, o mundo se viu cada vez mais conectado, e as informações passaram a ser produzidas num ritmo cada vez maior, tornando-se, muitas vezes, inservíveis e descartáveis.

A era do acompanhamento a distância das notícias ficou em um passado distante, naquele em que as informações eram repassadas por cartas, telex, mensageiros e outras formas de comunicação que demoravam dias ou meses para se alcançar o

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito, Especialista em Direito Médico e da Saúde, Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidade Columbia Del Paraguay/Instituto Ideia – Brasil, Doutorando em Ciências Jurídicas Universidade UNIDA Paraguay/ Instituto IIEP – Brasil. palestrante. <https://orcid.org/0000-0003-4155-159X>. E-mail: [apericles72@gmail.com](mailto:apericles72@gmail.com)

destino. É difícil, nos dias atuais, encontrar alguma pessoa que vive em cidades, mesmo as de pequeno porte, que ainda se utiliza de carta ou de telex para se comunicar, exceto nos lugares de difícil acesso pelo Brasil.

Ciente que de que o homem contemporâneo vive na era das informações, não é difícil perceber que as suas rotinas diárias, muitas vezes são ditadas pela tecnologia e pelas suas facilidades, fazendo o indivíduo se acorrentar a esse modo de vida. Se fosse possível retratar a situação em que vive o homem da atualidade, poderia ousar em fixar-lhes bengalas, verdadeiras muletas-guias que o sustentam em suas tarefas mais simplórias.

Diante desse cenário, pode-se pensar em uma verdadeira escravidão do ser humano, integrante da sociedade que, como se verá, vem a se tornar uma coisa para aqueles que ditam toda essa tecnologia. É possível fazer uma analogia com a era da revolução industrial, em que os trabalhadores se tornavam partes integrantes da fábrica, ou seja, eram considerados como “coisas” agregadas aos maquinários pesados, dos quais perduravam horas de trabalho além do suportável. A grande realidade é que, nos dias atuais, o indivíduo, independentemente da idade e do sexo, acorrentou-se no pior sentido possível à tecnologia.

Aquilo que Karl Max, no século XIX, entendia como uma relação entre coisas no trabalho passa a compor o dia a dia de todos os indivíduos, seja no trabalho ou nas horas de lazer. Um bom exemplo é o uso, cada vez maior, dos aparelhos de celular, de aplicativos e de suas funcionalidades, que tornaram o homem numa coisa ou numa “res”. A agregação dessa coisificação ou reificação atual aos conceitos da filosofia e da sociologia de Hobbes, tem-se que o “homem como lobo do próprio homem” seria uma combinação extremamente prejudicial, uma vez que, além da violência física, passa-se a utilizar as violências moral e psíquica, bem como a imposição social.

Assim sendo, a pergunta que surge é: existe convergência nos pensamentos de Kant e de Bauman, no tocante à necessária proteção e à liberdade de pensamento do ser humano, quanto às

imposições da sociedade ao indivíduo? A hipótese é que Kant e Bauman têm a mesma linha de raciocínio que caminha no sentido de que o homem, enquanto integrante da sociedade, deveria possuir autonomia em suas atitudes, bem como deveria blindar-se das irracionalidades da vida na sociedade. A ausência de tais circunstâncias, portanto, tem o condão de tornar o homem submisso, “acorrentado” e manipulável, principalmente pela massa dominante.

Para responder a essa pergunta, será realizada pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo que, segundo a melhor literatura de Gil (2008), desenvolve-se por materiais já elaborados, principalmente em artigos científicos e em livros especializados. Assim, buscando acompanhar a dinâmica dos estudos relacionados ao tema, foram selecionadas diversas publicações importantes, bem como as legislações vinculadas aos estudos e às pesquisas, como forma de abordar o tema da melhor forma possível.

O objetivo do presente estudo é estabelecer uma visão geral e, ao mesmo tempo, construtiva, para, ao final, convergir os pensamentos dos dois grandes pensadores e filósofos que, cada um ao seu tempo, descreveram a importância do ser humano não se tornar uma coisa precificada.

Os resultados, após a análise textual e o apontamento dos aspectos relevantes que permeiam a temática deste estudo, foram apresentados em tópicos que se seguem, bem como as impressões deste autor, compreendidas nas considerações finais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **O “diálogo” entre Kant e Bauman sobre a reificação do indivíduo contemporâneo**

Como é perceptível, sem muito aprofundar nos estudos de filosofia ou de sociologia, este diálogo, pelo menos de maneira física, não poderia jamais ocorrer. Immanuel Kant foi um filósofo alemão, que viveu de 1724 a 1804, sofreu influência de René



Descartes e de Jean-Jacques Rousseau, no período definido como Iluminismo ou como “século das luzes”. Por seu turno, Zygmunt Bauman, filósofo e sociólogo polonês, viveu dos anos de 1925 a 2017, e teve como influência Hannah Arendt e Sigmund Freud, dentre outros.

Num primeiro golpe de vista, essa correlação poderia ser friamente descartada, tendo em vista o próprio período que separa os dois autores. Entretanto, o que se busca, com o presente estudo, é justamente a demonstração de um pensamento em comum ou uma linha de raciocínio de idêntica relação como a proteção ao ser humano e às suas maneiras de pensar, bem como suas “blindagens” pessoais frente à própria sociedade em que vive.

Kant, ao descrever o Iluminismo, tinha como lema o termo “*sapere aude*”, ou seja, a ideia de ter a coragem de fazer uso de seu próprio entendimento para as atividades do dia a dia. Como se mencionará, a terminologia refere-se, ao fim e ao cabo, na liberdade de decidir, sendo que essa autonomia acarreta a própria proteção do ser humano, o próprio sentido de dignidade da pessoa humana. Assim, num esforço de pensamento complementar, tem-se que, na medida em que o indivíduo não pensa por si só, não tem autonomia e, portanto, passa a não ser digno, ou seja, não ter a própria dignidade.

De igual importância, como defendido pela doutrina internacionalista, a dignidade humana é um valor inerente a todos os homens, independentemente de raça, de cor ou de religião e não cabe a nenhum estado nem mesmo à própria sociedade, obstá-la. Com isso, a conclusão é que não se pode conceber uma proteção da pessoa humana sem a correspondente dignidade.

Sabe-se que não seria possível esgotar o pensamento de Kant em tão poucas linhas, mas os argumentos acima podem ser reforçados com os imperativos categóricos<sup>2</sup>, uma vez que se direciona para a devida proteção do indivíduo, ou seja, devendo o

---

<sup>2</sup> Castilho (2019) descreve que, por meio dos imperativos categóricos de Kant, a coletividade alcançaria a felicidade.

homem e a própria sociedade, tratá-lo como um fim em si mesmo. Nodari (2014) bem retrata o ideal kantiano, quando descreve que os homens têm dignidade e as coisas têm valor, assim:

Todo ser humano é portador de dignidade e, enquanto tal, deve ser respeitado sempre como fim e nunca simplesmente como meio. Todo ser humano tem direito e dever de respeito, porque pertence ao gênero humano. O ser humano tem dignidade, enquanto as coisas têm valor. Sua dignidade não está ligada ao cargo que ocupa, mas à pertença ao gênero humano. E, enquanto tal, ele pertence tanto ao caráter sensível como também ao inteligível. Não pode ser tomado, portanto, como meio para o alcance de determinado fim. (NODARI, 2014, p. 207)

E o mesmo autor conclui:

Trata-se de realçar, aqui, a igualdade de dependência de todos à legislação e que a natureza impulsiona à cultura e ao desenvolvimento de uma condição racional na sociedade civil sob a legislação da constituição civil justa, sendo essa uma tarefa de suma importância para o desenvolvimento da convivência humana. Kant, mesmo diante das dificuldades existentes na convivência, empolgado com entusiasmo e a exaltação de sua época, época das luzes, confessa sua crença no contínuo aperfeiçoamento do gênero humano.

O princípio da igualdade jurídica do direito permite uma observação decisiva. Todos os cidadãos, sem exceção, estão subordinados à legislação da mesma constituição. (NODARI, 2014, p. 209)

Em continuidade, fazendo-se um corte cirúrgico nas obras de Kant, convém deter-se aquela que se encaixa nos propósitos aqui esposados, do qual o título é “Resposta à pergunta: ‘O que é o iluminismo?’”, datada de 1784, que retrata a crítica de uma sociedade formada por “pessoas de menoridade”, termo cunhado para ilustrar aqueles que não raciocinam por si só, que dependem dos conceitos definidos pelos outros.

Importante ressaltar que Kant, em nenhum momento, diz que não se deve obedecer às normas ou às regras a que está sujeito, pelo contrário:

Seria, pois, muito pernicioso se um oficial, a quem o seu superior ordenou algo, quisesse em serviço sofismar em voz alta [486] acerca da inconveniência ou utilidade dessa ordem; tem de obedecer, mas não se lhe pode impedir de um modo justo, enquanto perito, fazer observações sobre os erros do serviço militar e expô-las ao seu público para que as julgue. O cidadão não pode recusar-se a pagar os impostos que lhe são exigidos; e uma censura impertinente de tais obrigações, se por ele devem ser cumpridas, pode mesmo punir-se como um escândalo (que poderia causar uma insubordinação geral). Mas, apesar disso, não age contra o dever de um cidadão se, como erudito, ele expuser as suas ideias contra a inconveniência ou também a injustiça de tais prescrições. (KANT, 2023, p. 03)

O fato de não desobedecer não impede ao cidadão de raciocinar sobre uma lei ou uma norma, apesar de ter de cumpri-la. As ideias devem surgir, mesmo no caso dos clérigos, de forma a serem escritas e estudadas até que a própria sociedade as mude. Com isso, Kant deixa claro que o indivíduo não deve deixar de cumpri-las até que estivessem de tal forma difundidas e apresentadas ao “trono”, ou seja, para quem teria a legitimidade para alterar a ordem das normas sociais.

Contudo, o que mais chama a atenção é a expressão de “menoridade”, que Kant atribui àqueles que não exercem seu direito universal ao raciocínio, de modo a deixarem-se ser controlados, uma vez que se torna bastante cômodo:

É tão cômodo ser menor. Se eu tiver um livro que tem entendimento por mim, um director espiritual que em vez de mim tem consciência moral, um médico que por mim decide da dieta, etc., então não preciso de eu próprio me esforçar. Não me é forçoso pensar, quando posso simplesmente pagar; outros empreenderão por mim essa tarefa aborrecida. Porque a imensa maioria dos homens (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e

também muito perigosa é que os tutores de bom grado tomaram a seu cargo a superintendência deles.

[...]

É, pois, difícil a cada homem desprender-se da menoridade que para ele se tomou [483] quase uma natureza. Até lhe ganhou amor e é por agora realmente incapaz de se servir do seu próprio entendimento, porque nunca se lhe permitiu fazer semelhante tentativa. Preceitos e fórmulas, instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes, do mau uso dos seus dons naturais são os grilhões de uma menoridade perpétua. (KANT, 2023, p. 03)

Como se percebe, “o deixar-se levar” pelo que existe na vida em sociedade, ou seja, ser adepto à “menoridade” é bastante fácil e, por óbvio, não impõe qualquer necessidade de contrariar os princípios e os valores que cercam o indivíduo, sejam eles quais forem. De igual forma, o deixar-se guiar pelos tutores, como o autor mesmo menciona, é um indício de que não se está atendendo aos ideais do Iluminismo, da educação, da autonomia humana e da sua liberdade. Nesse sentido, se caminha o estudo de Lima:

Nestas circunstâncias, não é possível o vislumbre da dignidade, já que a saída da menoridade exige um esforço autônomo e livre. O esclarecimento deve garantir o pleno uso das faculdades tão naturais, mas o seu desenvolvimento no indivíduo essencialmente passa pela educação, que humaniza e capacita o mesmo a servir-se do seu próprio entendimento e da reta razão. De nada adiantaria ter uma natureza racional sem ser formada e acima de tudo, humanizada. A educação é o ponto central do tornar-se humano, de onde a liberdade, a autonomia e a dignidade emanam. (LIMA, 2015, p. 56)

Para Kant, a educação teria o papel de conduzir o homem à autonomia e à dignidade na sociedade, pois é nela em que o homem se torna livre. Aliás, a liberdade é uma influência de Rousseau em Kant<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Segundo Castilho (2019), “Admirador de Rousseau, Kant desenvolveu um sistema liberal, de espírito burguês e capitalista, dentro do qual incluía a questão

Se, para Kant a liberdade do indivíduo estava em, não se deixar levar cegamente pelos tutores e seus dogmas, por intermédio da educação, ou seja, por mandamentos impostos aos integrantes da sociedade, apesar de a obrigação de se ter que cumprir as regras legalmente postas, bem como não se tornar uma coisa (segundo imperativo categórico), para Bauman, por outro lado, o desafio da humanidade é “sobreviver” ao mundo líquido e à consequente reificação humana. Assim, ultrapassa-se a fase de uma luta racional, na qual alguns conseguem opor-se aos ditames da massa, mencionada como menoridade do “Século das Luzes”, e dirige-se ao momento em que tudo se torna líquido.

Estudar Bauman, buscando-se uma linha de raciocínio com Kant, relacionado à menoridade e ao homem como um fim em si mesmo, pode parecer estranho, mas não o é. Para compreender, tem-se de fazer o raciocínio do que era a sociedade para esse autor e do que passa a reger a sociedade naquele. Antes, em Kant, a sociedade estática, decorrente de épocas passadas, ditava e tendia à menoridade, estabelecendo a massificação das condutas daqueles “homens preguiçosos”<sup>4</sup>. Agora, em Bauman, a sociedade se tornou líquida, impedindo a individualização das condutas e fazendo com que todos façam exatamente a mesma coisa e de forma bastante instantânea. Nesse caso, a dificuldade encontra-se, justamente, em ser sólido e de ideologia forte, numa sociedade que desmonta a estrutura do próprio indivíduo.

Nesse ponto, Bauman descreve que a modernidade líquida é capaz de tornar a felicidade, antes abstrata e subjetiva, em algo palpável e real, no momento em que se faz, por exemplo, a compra de um bem mediante suaves prestações, a perder de vista no cartão de crédito, e fazendo a economia girar. Essa felicidade do consumo ou do hiperconsumo passa a ser referencial para a melhor

---

da ascensão social. Como vimos acima, o pensamento de Kant prezava o esforço do homem para evoluir, mas sempre dentro de um contexto social regido por leis elaboradas para privilegiar o bem coletivo”.

<sup>4</sup> Assim definiu Kant: “Os homens libertam-se pouco a pouco da brutalidade, quando de nenhum modo se procura, de propósito, conservá-los nela”.

qualidade de vida, na qual, não existindo identidade do homem, todos caminham no mesmo sentido:

A “mão invisível” do mercado operada por indivíduos egoístas na busca de sua própria riqueza e prazer parecia muito relutante ou impotente em salvar os seres humanos da crueldade recíproca [...] Veio à luz que, para obter satisfação em sua vida, os seres humanos precisam dar amar e compartilhar tanto quanto precisam tomar, defender sua privacidade e vigiar o que é seu. Para o dilema complexo, cheio de contradições, conhecido pelo nome de condição humana, não parece haver soluções simples, diretas, monotemáticas. (BAUMAN, 2009, p. 68).

A educação é, para Kant, a tábua de salvação do indivíduo, a fim de garantir o pleno desenvolvimento, uma vez que o homem somente é homem quando se educa, e, assim, sai da menoridade<sup>5</sup>. Já para Bauman, e sua modernidade líquida<sup>6</sup>, o homem necessitaria de outras formas, além da razão, para garantir a sua identidade e sua individualidade, ou seja, fugindo dos tentáculos do mercado de consumo e, com isso, mantendo a sua dignidade.

É interessante notar o que seria a violação da dignidade do indivíduo e a sua coisificação, numa sociedade voltada para consumo, justamente no momento em que tem de se privar do essencial para poder comprar um bem de consumo, que foi estabelecido pela sociedade líquida e por seus manipuladores. Nas lições de Bauman (2008),

O objetivo crucial, talvez decisivo, do consumo na sociedade de consumidores (mesmo que raras vezes declarado com tantas

---

<sup>5</sup> Kant define em “Resposta à pergunta: O que é o iluminismo”: “É, pois, difícil a cada homem desprender-se da menoridade que para ele se tomou quase uma natureza. Até lhe ganhou amor e é por agora realmente incapaz de se servir do seu próprio entendimento, porque nunca se lhe permitiu fazer semelhante tentativa”.

<sup>6</sup> Para Bauman (2004) a modernidade líquida é um mundo repleto de sinais confusos e que mudam subitamente e de forma imprevisível.

palavras e ainda com menos frequência debatido em público) não é a satisfação de necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação ou recomodificação do consumidor: elevar a condição dos consumidores à de mercadorias vendáveis.

(...)

Os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade. Tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável é o mais poderoso motivo de preocupação do consumidor, mesmo que em geral latente e quase nunca consciente. (BAUMAN, 2008, p. 44)

Do que foi visto até o momento, com embasamento em dois autores de épocas distintas, existem condições impostas pela sociedade, e que, de uma forma ou de outra, são capazes de violar a própria liberdade<sup>7</sup> e a dignidade, cada um na sua definição e no seu contexto.

O século XXI e a sua sociedade consumerista conduzem o indivíduo ao status de mercadoria, retirando-lhe a sua própria autonomia e a sua vontade. O próximo tópico apresentará o poder de transformação do homem em coisa, utilizando-se dos mecanismos definidos na própria legislação pátria.

### **Da legislação consumerista brasileira e suas características protetivas à convergência das lições de Kant e de Bauman**

No Brasil, vive-se num Estado Democrático de Direito, do qual a Constituição Federal é o ápice do ordenamento jurídico, sendo por sua influência, que as demais normas são tornadas válidas. Assim, deve-se partir da própria Carta Magna para traçar a linha de raciocínio quanto aos seus fundamentos, conforme descrito logo

---

<sup>7</sup> Para Kant, no livro *Crítica da Razão Pura*, a liberdade poderia ser positiva ou negativa. Será positiva e será autônoma quando o indivíduo faz o que dá vontade de fazer, e será negativa quando não sofre coação nenhuma. (Castilho, 2019)

em seu artigo 1º, dando a devida importância à dignidade da pessoa humana:

Art. 1º **A República Federativa do Brasil**, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e **tem como fundamentos**:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - **a dignidade da pessoa humana**;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (grifo nosso)

Sarmiento apud Martins (2020) dispõem que a própria dignidade da pessoa humana tem duplo sentido. Um deles é quando dá legitimidade ao Estado e à ordem jurídica (no entendimento de que tudo existe em razão do homem) e o outro, quando promove uma função hermenêutica, nos seguintes termos:

[...] ela deve permear a interpretação e aplicação das normas constitucionais de todas as áreas, como as que tratam da organização do Estado, disciplina da economia, tributação, família etc. Mais do que isso, a dignidade deve se irradiar para todos os ramos da ordem jurídica – inclusive no direito privado – impondo a releitura dos preceitos e institutos de todas as áreas sob suas lentes. Como diretriz hermenêutica, a dignidade humana se prestou, por exemplo, para justificar uma ousada – e correta! – leitura pelo STF do art. 226, § 3º, da Constituição Federal, que estendeu o instituto da união estável para casais formados por pessoas do mesmo sexo. (MARTINS, 2020, p. 427)

Assim, é com base no próprio Kant que se busca, no presente estudo, conceitualizar e fundamentar a dignidade da pessoa humana. Sarlet reforça o entendimento de que:



Ainda segundo Kant, afirmando a qualidade peculiar e insubstituível da pessoa humana, “no reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode pôr-se em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade... Esta apreciação dá pois a conhecer como dignidade o valor de uma tal disposição de espírito e põe-na infinitamente acima de todo o preço. Nunca ela poderia ser posta em cálculo ou confronto com qualquer coisa que tivesse um preço, sem de qualquer modo ferir a sua santidade. (SARLET, 2009, p. 36)

Não se pode olvidar que o constituinte incluiu expressamente no artigo 5º, inciso XXXII, que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. Com isso, tal proteção encontra-se envolta pelo manto dos direitos fundamentais. A lei a que a Constituição faz referência é o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8078/90, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”. Logo em seu início, no artigo 4º, trata da política nacional das relações de consumo:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por **objetivo** o atendimento das necessidades dos consumidores, o **respeito à sua dignidade**, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes **princípios**: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

a) por iniciativa direta;

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;

VI - coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;

VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VIII - estudo constante das modificações do mercado de consumo.

IX - fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores; (Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021)

X - **prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.** (Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021) (BRASIL, 1990, grifo nosso)

Essa política nacional das relações de consumo, como se percebe, teve a perspicácia de reunir a dignidade, a prevenção e o tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social. Quanto à dignidade, mais especificamente da pessoa humana, viu-se nas linhas que antecederam que Kant e Bauman, como tratam perfeitamente do tema, cada um à sua maneira, cabendo, nesse momento, dar à pessoa uma qualidade de consumidor, ou seja, de parte integrante da sociedade contemporânea.

Acerca da não exclusão social do consumidor é que cabem algumas considerações importantes. A primeira, e a mais fácil de

compreender, talvez seja a que foi prevista e conduzida pela lei, é a de que o indivíduo que consome, sem a capacidade para tal, fica refém do mercado de empréstimos e de créditos, o que torna um círculo vicioso e indeterminado. Assim descreveu Garcia (2022):

A Lei 14181/2021 (Lei do Superendividamento) teve basicamente dois objetivos: como objetivo central, prevenir o superendividamento para que consigamos conter este problema social gravíssimo e, para aqueles que já se encontram superendividados, oportunizar um tratamento de modo a que este consumidor possa voltar a ter crédito novamente, resgatando sua dignidade e voltando a ser reinserido na sociedade novamente. Consumidores inadimplentes são incluídos em bancos de dados negativos, possuem dificuldade de serem incluídos no mercado de trabalho (porque alguns empregadores consideram o fato da negativação como fator para a não contratação), agravando ainda mais a situação financeira do devedor e de sua família. **Este contexto força o consumidor ao corte das despesas com necessidades básicas para uma existência digna, como plano de saúde, alimentação, vestuário, transporte e lazer, impedindo-o de empreender ou manter um projeto pessoal de vida.** (GARCIA, 2022, on-line, grifo nosso)

A segunda consideração, já com um viés mais filosófico, e que poucos operadores do direito farão a devida conexão, reflete aquilo que Bauman tratou em sua obra, ou seja, da exclusão social promovida pela própria “comunidade de consumo” e que influencia o indivíduo, em seu modo de vida, retirando-lhe a sua autonomia e transformando-o em “coisa”, nos seguintes termos:

Os membros de uma sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autêntico dessa sociedade. Tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável é o mais poderoso motivo de preocupação do consumidor, mesmo que em geral latente e quase nunca consciente. É por seu poder de aumentar o preço de mercado do consumidor que se costuma avaliar a atratividade dos

bens de consumo – os atuais ou potenciais objetos de desejo dos consumidores que desencadeiam as ações de consumo. “Fazer de si mesmo uma mercadoria vendável” é um trabalho do tipo faça-você-mesmo e um dever individual. (BAUMAN, 2007, p. 44)

Percebe-se que esse tom filosófico que Bauman deu à ausência de autonomia ou de liberdade se aproxima, em grande medida, com a ideia de que Kant estabeleceu à menoridade, ou seja, ao estado em que os indivíduos se deixam levar pela “força” da sociedade. É bem verdade que o aspecto comum, ou intento imediato da lei, é muito importante, pois, de uma forma ou de outra, afeta a dignidade, na medida em que o endividado será privado de condições mínimas de vida.

Também a convergência ocorre quando a lei dá força à prevenção ou à educação do consumidor, com o que Kant define quando “o homem só é homem quando se educa”, conforme descreve a norma, em seu artigo 54-A do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 54-A. Este Capítulo dispõe sobre a prevenção do superendividamento da pessoa natural, sobre o crédito responsável e sobre a **educação** financeira do consumidor. (BRASIL, 1990, grifo nosso)

Esse caráter da norma, porém, seria suficiente para fazer frente ao poder da sociedade consumista a que Bauman se refere, ou seja, a de que o consumo é “um investimento em tudo que serve para o “valor social” e a autoestima do indivíduo”, conforme menciona expressamente:

Dos centros geográficos da rede mundial de auto-estradas de informações a suas periferias mais distantes e empobrecidas, o pobre é forçado a uma situação na qual tem que gastar o pouco dinheiro ou os poucos recursos de que dispõe com os objetos de consumo sem sentido, e não com suas necessidades básicas, para evitar a total

humilhação social e evitar a perspectiva de ser provocado e ridicularizado. (BAUMAN, 2007, p. 44)

Ao que tudo indica, com suporte no próprio Bauman, a “força”<sup>8</sup> vem de maneira a coisificar a pessoa e uma das causas é o excesso de informações direcionadas ao consumidor, com o fim de “separarem o consumidor de seu dinheiro”, voltando-se para o descarte e as novas compras de bens supérfluos.

É nesse ponto que Bauman e Kant dialogam no sentido de concluir que o homem contemporâneo encontra-se refém de uma sociedade que caminha de olhos semivendados, ou melhor, de antolhos, sendo que o único destino dessa trilha é a transformação do homem em coisa. Com isso, os ideais de dignidade humana e de autonomia da vontade permanecem em segundo plano e, num efeito manada, o “homem preguiçoso”<sup>9</sup>, na visão de Kant, ou o “homem líquido”, na visão de Bauman, se deterioram dentro da própria sociedade de que fazem parte.

Por fim, algumas perguntas permanecerão, por algum tempo, sem respostas para o homem contemporâneo. Assim, é importante transcrever a conclusão de Lemos, quando, ao descrever o pensamento de Hannah Arent, concluiu que:

Nosso trabalho, consistiu e consiste em submeter o homem contemporâneo e suas facetas ao julgar filosófico. Para tal tarefa, é necessário primeiramente pôr em análise tudo aquilo que, possivelmente, o tenha formado. Em seguida, precisamos responder algumas questões: - O enfraquecimento da política é uma das

---

<sup>8</sup> Nesse ponto, a força aqui estabelecida pode ser aproximar do fato social de Durkheim, ou seja, “que consiste em maneiras de agir, de pensar e de sentir que exercem determinada força sobre os indivíduos, obrigando-os a se adaptar às regras da sociedade onde vivem. No entanto, nem tudo o que uma pessoa faz pode ser considerado um fato social, pois, para ser identificado como tal, tem de atender a três características: generalidade, exterioridade e coercitividade”. Definições extraídas do site <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=167>. Acessado em 10 de março de 2023.

<sup>9</sup> Aquele que Kant definiu como em estado de menoridade.

principais causas da formação do homem moderno e contemporâneo? - Somos uma geração que perdeu a dimensão originária de política? - Somos uma geração acostumada a pensar e a julgar? - Consumir nos interessa mais que a ação política, e as atividades de pensar e julgar? - O homem consumista se encontra numa crise de que duração? - O que tem acarretado a possível crise do homem consumista? Somos livres? Responder estas questões não será fácil. É mesmo possível que tais perguntas não sejam suficientes ou não sejam adequadas para o que este trabalho pretende, porém, é necessário gerar inquietação ao pensamento. Dessa inquietação surgirão outras e mais outras questões, e assim, o pensamento seguirá livre em seu rumo crítico. Não pretendemos e não acreditamos chegar num dado exato sobre o homem contemporâneo, mas queremos ser conduzidos pela liberdade do pensamento e gerarmos um tipo de compreensão não definitiva e respeitosa, que, ao passo do velamento e desvelamento, nos dê um sentido de pertencimento ao nosso próprio mundo. (LEMOS, 2013, p. 6)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou-se de apresentar duas linhas de pensamento que dialogam no sentido de que o homem, sendo parte integrante da sociedade, sofre influência da própria sociedade, de modo que passa a ser privado de sua dignidade e sua liberdade. A dignidade da pessoa humana passa, então, a ser fragilizada quando o indivíduo deixa de agir conforme sua razão, sendo guiado por preceitos e por dogmas estabelecidos e impostos pela própria sociedade.

Nesse sentido, tanto Kant quanto Bauman descrevem, cada um a seu tempo, essa dificuldade do indivíduo de resistir a essas forças, e, de uma forma ou de outra, ser reificado.

A educação, para Kant, e a legislação, para Bauman, são caminhos disponíveis para que o homem possa conseguir ultrapassar esse “estado de submissão” que a sociedade lhe impõe. Entretanto, no caso do homem líquido, existem outros fatores que podem impedir ou dificultar a sua liberdade, e isso careceria de

outros estudos, como a economia global, a rede mundial de computadores e a própria mercantilização dos dados pessoais, que são, hoje, considerados o novo petróleo<sup>10</sup>.

Nesse sentido, espera-se ter apresentado que, apesar de serem separados por séculos de distância, o pensamento kantiano dialoga com o de Bauman, no sentido de que ambos apontam para forças influenciadoras do agir humano, transformando-o em coisa.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A Arte da Vida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas para o consumo**. A transformação das pessoas em mercadorias. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia Geral e Jurídica**. 6. ed. Saraiva, 2019.

GARCIA, Leonardo. **Um novo olhar para o problema do superendividamento**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jan-26/olhar-problema-superendividamento>. Acessado em: 10 de março de 2023. Pdf.

---

<sup>10</sup> Rosa (2022) bem apresentou que chamados “pela revista Economist de “novo petróleo, os dados são matéria-prima capaz de movimentar toda a gama de novas tecnologias que dão o tom do nosso tempo, caracterizado pelo imediatismo, rapidez, alta produção e distribuição em larga escala”.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2008. Pdf.

KANT, Immanuel. **A resposta à pergunta: Que é o iluminismo?**. Disponível em [http://www.lusosofia.net/textos/kant\\_o\\_iluminismo\\_1784.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf). Acessado em: 10 de março de 2023.

LEMOS, Kenedy. **A condição do homem contemporâneo via Hannah Arendt**. Disponível em: [https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio\\_resumo2013/relatorios\\_pdf/ctch/FIL/FIL-Kenedy%20de%20Morais%20Lemos.pdf](https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ctch/FIL/FIL-Kenedy%20de%20Morais%20Lemos.pdf). Acessado: 10 de março de 2023.

LIMA, Ítalo. O conceito de dignidade em Kant. disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1098/Dissertacao%20Italo%20Clay%20Tavares%20de%20Lima.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>. Acessado em 10 de março de 2023.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. Saraiva, 2020.

NODARI, Paulo. **Ética, direito e política**. A paz em Hobbes, Locke, Rousseau e Kant. 1ª ed. Paulus, 2014.

ROSA, Glaucio. Privacidade e proteção de dados: uma abordagem histórica e evolucionista. *In: Governança em privacidade e proteção de dados: uma visão integrada aos negócios empresariais*. Serpro, 2022.





## CAPÍTULO 09

# O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO SOB A PERSPECTIVA DO SEGUNDO IMPERATIVO CATEGÓRICO DE KANT: UMA ANÁLISE JUS-HISTÓRICO- FILOSÓFICA E A IMPORTÂNCIA DE SUA PERFEITA UTILIZAÇÃO

Péricles Queiroz Araújo  
Poliana Freitas Vieira Araújo  
Gabriella Freitas Macedo

### INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o escopo de apresentar, sob uma perspectiva além do Direito, a importância da proteção do indivíduo na sociedade. Assim, a história nos conta um sem número de casos em que a própria humanidade se “esqueceu de si”, promovendo e classificando o homem em categorias, e isso culminou num dos mais perversos acontecimentos e violações da própria humanidade.

É certo que não será possível abordar e desvendar todos os eventos históricos que, direta e indiretamente, tiveram conexão com o sacrifício das regras de proteção dos direitos humanos, mas, para este estudo, serão mencionados os campos de concentração, durante o período da Segunda Guerra Mundial, como representação exponencial dessa desconsideração das condições mínimas de proteção do indivíduo.

Após essas breves considerações sobre o holocausto, será apresentado o pensamento de Kant<sup>1</sup>, mais propriamente o segundo imperativo categórico, que servirá como base e fundamentação para todo o desenvolvimento do raciocínio inerente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos profissionais de saúde no Brasil.

Como última parte, o já conceituado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será devidamente analisado como instrumento idôneo para a salvaguarda da ética na atividade rotineira dos profissionais de saúde no Brasil, principalmente pelos médicos.

Sabe-se que as ciências voltadas para a saúde humana estão em constante evolução tecnológica, buscando, a cada dia, procedimentos menos invasivos e, por outro lado, mais eficientes na cura do ser humano. Dessa forma, a ciência, que antes era uma prática empírica, caminhou para uma atividade de extrema complexidade, com a utilização de robôs e com o emprego da internet nas coisas.

Diante de toda essa evolução da ciência para o tratamento da saúde humana, é esperado que se tenha um emaranhado de normas que visem regulamentar a atividade dos profissionais de saúde. No Brasil, apesar de não esgotar todo o regramento que trata da matéria, muito do estabelecido tem a fundamentação no pensamento de Kant, principalmente quando se busca proteger o indivíduo, cuja dignidade lhe é inerente.

Thomas Hobbes<sup>2</sup>, em sua teoria do Estado, partia do pressuposto de que o homem é mal por sua própria natureza, sendo necessário, para que viva em sociedade, a criação de um Estado para protegê-lo dele mesmo. Entretanto, durante o

---

<sup>1</sup> Immanuel Kant, filósofo alemão, nascido em 1724, entendia que o pensamento era composto por empirismo e racionalismo. Ainda segundo Kant, “a dignidade da pessoa humana constitui um valor intrínseco, sem equivalente”. (CASTILHO, 2019)

<sup>2</sup> Thomas Hobbes afirmava que o homem, quando no estado de natureza, tendia a abusar da liberdade e guerreava contra seus semelhantes. Para evitar que isso ocorresse, era necessário que o Estado soberano o protegesse ele mesmo. (CASTILHO, 2019)

caminhar da humanidade, o que se viu foi que esse mesmo Estado, chamado por Hobbes de “Leviatã”, foi, por vezes, o protagonista de vários atentados contra a humanidade, sendo o holocausto o mais conhecido deles.

O holocausto e os seus ideais de purificação da raça humana não serão objeto de estudo nesta pesquisa nem o regime totalitário alemão, que foi responsável pelas barbáries contra os judeus, os deficientes, os homossexuais e outras “categorias” de indivíduos indesejáveis pelo estado alemão. Para Kertész apud Amado (2009), o

[...] totalitarismo expulsa de si mesmo e põe fora da lei o ser humano. Porém, precisamente essa situação fora da lei, esta morte massiva que é de mártires, ainda que sejam involuntários. [...]

Se o holocausto proporcionou a experiência de violação dos direitos da humanidade, o Tribunal de Nuremberg é um dos maiores exemplos de Tribunal de Exceção, ou seja, foi criado para o caso específico, do qual a competência era julgar os crimes de guerra praticados pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial.

Não cabe, neste pouco espaço, estudar a formação do Tribunal de Nuremberg ou sua formalidade, mas o fato é que um de seus objetivos foi, além de julgar, o de mostrar ao mundo até que ponto pode chegar a maldade humana (AMADO, 2009).

Após esse momento de conflito mundial, e com o posterior surgimento das Organizações das Nações Unidas (ONU), houve uma maior conscientização da necessidade de se proteger o homem, como indivíduo detentor de direitos e tendo a dignidade humana como centro de todas as normas.

Diante do que se propõe, é possível entender que o pensamento de Kant, ao se referir ao homem como um fim em si mesmo, serviu de base para a construção de regras de proteção do indivíduo, sendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido o instrumento que materializa esse pensamento nas atividades dos profissionais de saúde. A hipótese é que o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido deve ser entendido para além de um simples relatório, que descreve o quadro clínico do paciente ou a mera confirmação de que as informações foram repassadas, mas como um documento capaz de assegurar uma prestação de serviço de saúde adequada, inclusive protegendo o próprio profissional de uma futura responsabilização judicial ou administrativa, como resultado de sua atividade de saúde.

Assim, será realizada pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo que, segundo Gil (2008), desenvolve-se por materiais já elaborados, principalmente por artigos científicos e por livros especializados. Também buscando acompanhar a dinâmica dos estudos relacionados ao tema, foram incluídas algumas publicações de referência, bem como as legislações correlatas aos estudos e às pesquisas.

Dessa forma, pode-se estabelecer que o objetivo do presente estudo é descrever a ideia principal de Kant, em seu segundo imperativo categórico, e traçar a linha do pensamento de que o sistema protetivo da pessoa humana reflete o que o autor pensou no período conhecido como o “Século das Luzes”. Ademais, frisa-se que não será o escopo adentrar no campo específico da atividade de saúde, mas apenas estabelecer conceitos e normas jurídicas que balizam a atuação desses profissionais.

Por fim, serão abordadas algumas decisões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal que, dentre outras provas constantes no processo, analisou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, responsabilizando ou isentando o profissional de saúde pelos danos causados.

Os resultados do estudo foram incluídos no tópico específico, bem como as impressões dos autores nas considerações finais.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### **Do “esquecimento” do pensamento de proteção ao indivíduo em Kant à consolidação da dignidade nas relações profissionais da saúde**

Tratar sobre a ciência da saúde, bem como a sua evolução, é uma tarefa demasiadamente complexa, uma vez que o ponto focal dado pelo pesquisador pode se dar no tocante ao método utilizado, ao objetivo, à história da ciência e à legislação afeta ao campo do saber, enfim, existe todo um espectro de possibilidades que podem ser enfrentadas.

Mais uma vez, ressalta-se que não será objeto deste artigo adentrar em temas específicos de saúde, missão que deve ser atribuída aos profissionais da área, mas caberá o estabelecimento de aspectos coincidentes com o ramo de graduação e de especialização dos autores, ou seja, o foco no sistema jurídico, apesar do frequente emprego de conceitos e de ensinamentos históricos e filosóficos.

Para tratar de pesquisas ou estudos na saúde humana, inicia-se com, talvez, o mais importante estudioso do Renascimento, aquele que foi o responsável por muitas das evoluções tecnológicas, apesar de a época ser bastante carente de artefatos que possibilitassem a confirmação do êxito ou até mesmo a própria reelaboração da pesquisa: Leonardo da Vinci, que viveu de 1452 a 1519, na cidade de Vinci, na Itália, no momento em que o medievo deixava suas marcas, mas a história passou para o próximo período, ou seja, o Renascimento.

Leonardo da Vinci (2004) tinha a concepção de que a experiência nunca erra, mas o que erra é o julgamento do executor do experimento, bem como alertava para as lições de especuladores que se atreviam a dissertar sobre aquilo que não foi experimentado:

Todas as verdadeiras ciências são o resultado da experiência que passou por nossos, sentidos, silenciando as línguas litigantes. A

experiencia não alimenta investigações sobre sonhos, mas sempre procede a partir de primeiros princípios devidamente determinados, passo a passo, em verdadeiras sequencias até o fim, como pode se ver nos elementos de matemática... Aqui ninguém argumenta se duas vezes três é mais ou menos que seis, ou se os ângulos de um triangulo são menos que dois ângulos retos. (...) Isso é algo que as ciências puramente especulativas não conseguem alcançar. Tome cuidado com ensinamento destes especuladores, pois seu raciocínio não é confirmado pela experiência. (LEONARDO, 2004, p. 18)

Mais adiante, o próprio Leonardo descreve para que servem os experimentos dentro das ciências:

Antes, porém, de basear uma lei neste caso, você deve testá-lo duas ou três vezes e ser os testes produzem os mesmos efeitos. Este experimento deve ser feito muitas vezes para que não ocorra nenhum acidente que retarde ou falsifique esta prova, pois o experimento pode ser falso, quer ele ter enganado o investigador ou não. (...) A ciência é o capitão e os soldados são a prática. (...) aqueles que se apaixonam pela prática sem a ciência são como um marinheiro que entra em um navio sem leme ou bússola e que nunca pode ter certeza do lugar para onde está indo. (LEONARDO, 2004, p. 21)

Ultrapassado o período do Renascimento e sua busca pelo conhecimento pautada, basicamente, pela cultura representada pela época do Império Romano, chega-se ao período compreendido pelo Iluminismo, em que Immanuel Kant é seu maior representante. Certamente, por mais que não se tenha um conhecimento aprofundado sobre as obras de Kant, sabe-se que sua contribuição para o pensamento filosófico acarretou a proteção do indivíduo de maneira incisiva.

O pensamento de Kant, mais especificamente no que tange aos imperativos categóricos<sup>3</sup>, serviam como verdadeiros mandamentos

---

<sup>3</sup> No livro Fundamentos da Metafísica dos Costumes, datado de 1785, Kant conceituou o imperativo categórico como aquele em que o indivíduo deve agir de

para fiel observância de todos os que fazem parte da sociedade. Dentre eles, tem-se o segundo imperativo categórico, que descreve que o homem é um fim e não um meio, não podendo ser utilizado como objeto, mesmo que para benefício da própria humanidade.

É importante mencionar que o pensamento de Kant não se preocupa com o direito posto, ou seja, com leis escritas, mas com ideias universais, que são estabelecidas por uma concepção de dignidade da pessoa humana. Para o filósofo, a dignidade da pessoa humana constitui um valor intrínseco, sem equivalente. O homem, como ser racional, possui dignidade porque não obedece senão as leis que ele próprio define para si, daí a conhecida frase de Kant: “O homem é um fim em si mesmo”.

Assim sendo, tratando-se de um imperativo categórico, diferentemente dos estudos de Leonardo, que se pautavam na experiência, Kant entendia que era absoluto e único. O último autor não tinha como escopo a felicidade, mas a sua observância decorria da felicidade. Na observância do imperativo, componente da filosofia moral kantiana, a vontade é puramente autônoma. Para ele, a lei universal do Direito é a seguinte: “agir exatamente de modo que o livre uso do arbítrio possa coexistir com a liberdade de cada um segundo uma lei universal”.

Nesse sentido, para o entendimento kantiano, nada justificaria o sacrifício ou o menosprezo da liberdade e da dignidade da pessoa humana. Comparato apud Boff e Bortolanza (2010) descrevem um exemplo dado por Montesquieu sobre essa moral de Kant, de valorização da pessoa humana:

[...] se eu soubesse de algo que fosse útil a mim, mas prejudicial à minha família, eu o rejeitaria de meu espírito. Se eu soubesse de algo útil à minha família, mas não à minha pátria, procuraria esquecê-lo. Se soubesse de algo útil à minha pátria, mas prejudicial à Europa, ou então útil à Europa, mas prejudicial ao Gênero

---

tal modo que sai atitude seja correta a ponto de tornar-se uma lei universal. (CASTILHO, 2019)



Humano, consideraria isso como um crime. (BOFF; BORTOLANZA, 2010, p. 255)

Para o filósofo, as pessoas e as coisas se distinguem principalmente porque aquelas não tinham preço, mas uma dignidade. É evidente que esse conceito de dignidade é extremamente poroso e de difícil concretização, o que desfavorece a sua aplicação. Entretanto, Kant bem descreveu, em seu segundo imperativo categórico, que o homem deve ter como máxima: “Aja de forma a que sempre vejas a humanidade, em tua pessoa e em todas as pessoas, como a finalidade da ação, nunca como simples meio”.

Como se percebe, a ideia de imperativo categórico acima afasta de qualquer negociação aquilo que pode ser entendido como dignidade da pessoa humana, ou seja, não existe moeda de troca entre a proteção da pessoa humana (ser racional) e uma atividade, mesmo que seja, em tese, para o bem comum.

O pensamento kantiano, embora de gigantesca importância para a sociedade, foi totalmente esquecido, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, quando as informações do que ocorriam nos campos de concentração começaram a ser divulgadas para as demais localidades do planeta.

O sentimento de indignação comoveu os países vencedores da Guerra, que culminou na criação da ONU, a qual buscou enfatizar os valores intrínsecos ao próprio homem. Também, como mencionado, os nazistas passaram a ser julgados pelo Tribunal de Nuremberg, passando-se a valer as Regras de Nuremberg<sup>4</sup> voltadas

---

<sup>4</sup> Segundo Barnadac (1980), as regras compõem-se de 10 tópicos: I) o consentimento voluntário do paciente é absolutamente necessário para que o profissional de saúde possa exercer sua profissão; II) a experiência deve resultar em dados práticos e ser impossível de ser realizada por outro método; III) os fundamentos devem ser obtidos de experimentos já realizados, anteriormente, em animais; IV) deve-se evitar danos e sofrimento, moral e físico, desnecessário; V) a experiência não deve ser tentada se houver conhecimento, *a priori*, de que produza a morte ou invade o elemento; VI) os riscos obtidos não deverão exceder o valor positivo para a humanidade; VII) deve-se afastar do elemento qualquer possibilidade de que sejam provocados ferimentos, invalidez ou morte; VIII) as

às pesquisas com seres humanos. Bobbio (2004) bem retrata o significado da Declaração Universal dos Direitos do Homem:

A declaração Universal representa a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX. É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro: mas suas tábuas não foram gravadas de uma vez para sempre.

Quero dizer, com isso, que a comunidade internacional se encontra hoje diante não só do problema de fornecer garantias válidas para aqueles direitos, mas também de aperfeiçoar continuamente o conteúdo da Declaração, articulando-o, especificando-o, de modo a não deixá-lo cristalizar-se e enrijecer-se em fórmulas tanto mais solenes quanto mais vazias. (BOBBIO, 2004, p. 33-34)

Entretanto, apesar da preocupação com a dignidade da pessoa humana, pode-se afirmar que, no tocante aos experimentos com seres humanos, ainda aconteciam eventos e demonstrações de indiferença no pós-guerra. Bernadac descreve que, no início de 1967, os estudantes de Medicina da Faculdade de Paris admitiam, sem limites, a possibilidade de experimentos com seres humanos, no jornal suíço “Medicina e Higiene” que, em seu número 663, dispõe:

O animal experimental ideal é o homem. Sempre que possível devemos utilizar o homem como animal de experiência. **O pesquisador clínico deve ter em mente que, para conhecer as moléstias humanas é preciso estudar o homem.** Não existem pesquisas mais interessantes e satisfatórias ou lucrativas do que as realizadas com o homem. É necessário, pois, que caminhemos mais além nas pesquisas no mais desenvolvido dos animais: o homem. (BERNADAC, 1980, p. 10)

---

experiências somente devem ser realizadas por pessoas categorizadas, exigindo uma grande atenção daqueles que realizam e dirigem a experiência; IX) o elemento deve ser livre para interromper a experiência a qualquer momento; e X) o profissional deve estar pronto para interromper a experiência se acreditar que não obterá resultados favoráveis ou ferimentos, invalidez ou morte do elemento.

Dessa forma, foi apenas com o passar do tempo, que a comunidade científica se deu conta de que o homem não poderia ser um objeto ou uma cobaia em experimentos, apesar de serem vastos os conhecimentos da filosofia kantiana. Já na seara das criações dos Estados soberanos, é possível acompanhar o surgimento das constituições, aquilo que para Hans Kelsen representava o ápice do ordenamento jurídico interno, que passaram a primar pela dignidade da pessoa humana como fundamento basilar. Com isso, esse valor passou do mundo das ideias para a norma escrita, sendo mais um reforço legislativo para a proteção do homem.

No caso da Constituição da República Federativa do Brasil, a importância dada para a dignidade desponta logo no seu artigo 1º, como um fundamento, *in litteris*:

Art. 1º **A República Federativa do Brasil**, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e **tem como fundamentos**:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - **a dignidade da pessoa humana**;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (grifo nosso)

Sarmento apud Martins (2020) dispõem que a própria dignidade da pessoa humana tem duplo sentido. O primeiro é o de legitimação e de organização do Estado; já o segundo se dirige para a ordem jurídica (no entendimento de que tudo existe em razão do homem) e a promoção da função hermenêutica:

[...] ela deve permear a interpretação e aplicação das normas constitucionais de todas as áreas, como as que tratam da

organização do Estado, disciplina da economia, tributação, família etc. Mais do que isso, a dignidade deve se irradiar para todos os ramos da ordem jurídica – inclusive no direito privado – impondo a releitura dos preceitos e institutos de todas as áreas sob suas lentes. Como diretriz hermenêutica, a dignidade humana se prestou, por exemplo, para justificar uma ousada – e correta! – leitura pelo STF do art. 226, § 3º, da Constituição Federal, que estendeu o instituto da união estável para casais formados por pessoas do mesmo sexo. (MARTINS, 2020, p. 427)

Com isso, diante da validade das normas inferiores, concebida pela Constituição Federal, é que se passa para o próximo tópico, que tratará expressamente sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### **O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como suporte normativo idôneo para os profissionais de saúde no Brasil**

Antes de qualquer consideração acerca do documento, convém descrever que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) visa a proteção dos direitos do paciente, atestando as suas reais condições de saúde, bem como dos sujeitos de pesquisa, sendo obrigatório nesses, mas ainda não nas atividades de saúde como um todo (OLIVEIRA et al., 2010).

O tema vem à tona no momento em que os profissionais da saúde são afetados pelo excesso de ações judiciais, conhecido como “judicialização da saúde”. Em pesquisa ao site do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, depara-se com números surpreendentes, no sentido de que:

Segundo estudos, o aumento de processos judiciais contra profissionais da saúde superou a margem dos 1.600% nos últimos 10 anos. Números expressivos e assustadores, mas será que o tratamento da saúde no Brasil é tão ineficaz a ponto das demandas judiciais aumentarem dessa maneira? Importante salientar que são números envolvendo tanto a rede pública como particular de saúde.

(...)

Também, temos no tocante a Judicialização da Saúde, a responsabilidade médica - onde se faz necessário em linhas gerais, verificar a culpa do médico e profissionais envolvidos em um possível erro médico, assim como a responsabilidade do hospital, que por muitas vezes é atingido de forma mais impactante do que os médicos em processos judiciais, em razão da sua responsabilidade independente de culpa. (STIVAL, 2023, on-line)

Segundo França, não existe outra profissão mais vulnerável do que a medicina, quando agravada pelas ações judiciais:

Na prática, vem se imputando uma impressionante variedade de erros profissionais, tais como: exame superficial do paciente e consequente diagnóstico falso; operações prematuras; omissão de tratamento ou retardamento na transferência para outro especialista; descuido nas transfusões de sangue ou anestésias; emprego de métodos e condutas antiquados e incorretos; prescrições erradas; abandono de pacientes; negligência no pós-operatória; omissão de instrução necessária aos doentes; responsabilidade médica por suicídio em hospitais psiquiátricos. (FRANÇA, 2019, p. 261)

Nesse sentido, se no Brasil está ocorrendo o fenômeno da judicialização da saúde, deveria ser ponto pacífico e senso comum que tudo aquilo servisse para minimizar as possibilidades de ajuizamentos de ações seriam praticados por esses profissionais, mas não foi o resultado encontrado na pesquisa realizada e colacionada no artigo de Oliveira *et al.* (2010).

Em pesquisa realizada no Hospital Universitário Federal de Sergipe (UFS), procurou-se descobrir se o Código de Ética Médica estava sendo cumprido, bem como se o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) estava sendo respeitado, primando-se, assim, pelo direito de informação dos pacientes. A importância do TCLE, foi assim apresentada pelos autores:

Percebe-se, portanto, que o TCLE tem fundamental importância na prática médica tanto para os médicos – protegendo-os contra

possíveis processos judiciais de pacientes mal intencionados – quanto para os pacientes – protegendo-os dos médicos que não fornecem informações de fundamental (...) Além disso, faz-se necessário que o termo seja detalhado e as informações nele contidas, claras, verídicas e de fácil entendimento por parte do paciente, cabendo ao médico também apresentar um balanço entre os benefícios e riscos e indicar o grau de eficácia. Considera-se, ainda, que deve apresentar o percentual de sucesso do tratamento e seu custo total importância. (OLIVEIRA *et al.*, 2010, p. 707-708)

Um ponto importante, e que deve sempre ser ressaltado, é que a confecção do TCLE não implica ausência de responsabilização do profissional de saúde decorrentes de erro ou de culpa no exercício da atividade, mas protegê-los em relação àqueles eventos esperados e devidamente informados (OLIVEIRA *et a.*, 2010, p. 712).

Ao compulsar mais detidamente a pesquisa realizada, podem-se extrair as causas para a sua não implementação na rotina médica. A primeira é por conta do tempo e do volume de trabalho a que está sujeito o profissional naquela unidade escolar; a segunda é que as informações repassadas podem gerar medo nos pacientes; a terceira é justamente o valor jurídico, uma vez que não consta como determinação legal<sup>5</sup>. E a última causa é a de gerar uma dificuldade maior na prática da atividade médica<sup>6</sup>, em virtude do nível cultural dos pacientes que frequentam aquele nosocômio.

---

<sup>5</sup> Em 1996, foi apresentado à Câmara de Deputados o projeto de lei PL 620/1, de autoria do deputado Euler Ribeiro, que pretendia tornar obrigatório o TCLE para qualquer ato médico ou odontológico. O termo deveria ser remetido, após realização do procedimento, ao Conselho Regional de Medicina. O congressista, em sua justificativa, mencionava ser necessário regulamentar esse documento como forma de respeito à ética, para não deixar os pacientes ao arbítrio do médico e/ou odontólogo.

<sup>6</sup> Importante fixar o marco do Parecer CFM 10/96, mencionado no bojo do PARECER CREMEC Nº 16/99 19/07/99, que dispõe sobre a não obrigatoriedade: “Deve o médico esclarecer o paciente sobre práticas diagnósticas e terapêuticas conforme preceitua o C.E.M., **não sendo considerada obrigatória a fixação de termo por escrito**”. Em seu arazoado, o insigne relator considera inoportuno e indevido fixar em documento o consentimento esclarecido cujo registro pode ser

A pesquisa realizada pode, até certo ponto, não refletir a regra de consciência da classe dos médicos, mas dá uma importante visão de como o Termo de Consentimento Livre Esclarecido é percebido por essa comunidade<sup>7</sup>.

Primeiramente, cabe mencionar que não existe uma determinação legal para que todo profissional de saúde redija um TCLE, mas o que se exige é que sejam prestadas as informações ao paciente. Entretanto, é possível entender, diante de um juízo filosófico, que a previsão conste no Código de Ética Médica (CEM), na Resolução n° CFM 2.217, de 27 de setembro de 2019, que, em seu artigo 22, no capítulo destinado “DIREITOS HUMANOS”, dispõe que

É vedado ao médico:

Art. 22. **Deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.**

Art. 23. Tratar o ser humano sem civilidade ou consideração, **desrespeitar sua dignidade ou discriminá-lo** de qualquer forma ou sob qualquer pretexto.

Parágrafo único. O médico deve ter para com seus colegas respeito, consideração e solidariedade.

Art. 24. **Deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem-estar**, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo. (BRASIL, 2018, grifo nosso)

---

feito pelo médico no prontuário, não necessariamente com testemunha e sob a égide de uma primorosa relação com o paciente. Adverte ainda, para o fato de que a perigosa tese de fixar obrigações e riscos em documentos pode nivelar a Medicina por baixo com práticas antissociais cujo lema é “vale o que está escrito”. Disponível em [https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/CE/1999/16\\_1999.pdf](https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/CE/1999/16_1999.pdf). Acessado em 15 de março de 2023.

<sup>7</sup> Resultados parecidos foram obtidos com cirurgiões-dentistas: “De acordo com os resultados apresentados, foi possível concluir que a maioria dos profissionais julgou conhecer o TCLE e considera importante a sua utilização nas atividades clínicas, embora a maioria dos Cirurgiões-Dentistas entrevistados tenha afirmado não utilizar o TCLE na prática clínica” (Yarid et al., 2012).

Segundo Dantas e Coltri (2020), ao analisar o Código de Ética Médica, especialmente nos artigos supracitados, é possível atribuir à informação uma qualidade de pressuposto da autonomia, uma vez que o paciente somente conseguirá exercer seus direitos quando for devidamente informado dos procedimentos médicos a que será submetido:

Assim, o consentimento do paciente só será válido, ao ponto de permitir o efetivo exercício de sua autonomia, se as informações e os esclarecimentos dados pelo profissional forem adequados.

Por adequação entende-se a prestação das informações sobre o quadro do paciente, quais são as opções de procedimento, quais as consequências de cada um dos procedimentos possíveis benefícios dos procedimentos e, principalmente, quais os riscos envolvidos e cada um dos procedimentos. Ainda o paciente deve ser informado sobre as consequências e os riscos inerentes a não adoção de procedimentos. (DANTAS; COLTRI, 2020, p. 167)

Os autores mencionam, também, que o consentimento deve ser reduzido a termo, ou seja, por escrito, a fim de que os médicos tenham seus direitos colocados a salvo. Diante de todas as qualidades relacionadas ao TCLE, seria possível utilizá-lo em várias oportunidades, seja para o paciente, seja para o médico. Entretanto, o TCLE não pode ser um instrumento direcionado, apenas e tão somente para a defesa do profissional de saúde, segundo Castro *et al.* (2020).

Faz-se necessário mencionar que o TCLE pode ser utilizado para a defesa da conduta médica, perante o Conselho Federal de Medicina. Dantas e Coltri (2020) mencionam o Recurso CFM nº 004132/2016, de relatoria de Jecé Freitas Brandão:

EMENTA: (...) INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE ABSOLVIÇÃO (...) II – Não comete ilícito o médico que ao praticar cirurgias plásticas estéticas, presta informações detalhadas de possíveis intercorrências pós-



operatórias, mesmo que o paciente tenha expressado insatisfação com o resultado. (BRASIL, 2016)

De outra banda, a não confecção do TCLE, apesar de fortemente recomendado<sup>8</sup>, não impede que sejam obtidas as provas da informação por outro meio, conforme julgado do CFM n° 000244/2018, de relatoria de José Fernando Maia Vinagre:

EMENTA: PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL. RECURSO DE APELAÇÃO. ASBOLVIÇÃO DO APELADO. I – Não comete ilícito ético o médico que esclarece ao paciente sobre procedimentos realizados, mesmo que não seja tomado por escrito o consentimento informado. II – Recurso de apelação conhecido e negado provimento. (BRASIL, 2018)

No tocante aos entendimentos exarados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), podem ser encontrados acórdãos cujas decisões caminham conforme o caso concreto, ou seja, levam em consideração o procedimento médico, as condições de entendimento do paciente e as provas de que, de uma forma ou de outra, o paciente teve conhecimento prévio das informações necessárias:

Em observância ao princípio da informação constante no Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, III, art. 8º, art. 9º), é dever do hospital esclarecer ao paciente, ou ao seu representante legal, sobre os riscos do tratamento, suas vantagens e desvantagens, as possíveis técnicas a serem empregadas, de forma clara, leal e exata, em respeito à sua autodeterminação. 2. ‘O dever de informar é dever de conduta

---

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que a matéria é disposta na Recomendação 01/2016 do CFM, sendo importante transcrever, trecho de sua introdução: “Na área da saúde, **a dignidade do ser humano**, entre outros princípios, **encontra efetividade no esclarecimento**, por parte do médico, dos procedimentos a que a pessoa se sujeitará, aos quais a pessoa deve dar seu consentimento, livre de qualquer influência ou vício. **É o que se convencionou denominar consentimento livre e esclarecido**. A autonomia conduziu a novas exigências de ordem ética e a uma mudança estrutural no que respeita ao relacionamento médico-paciente”. (BRASIL, 2016, grifo nosso)

decorrente da boa-fé objetiva e sua simples inobservância caracteriza inadimplemento contratual, fonte de responsabilidade civil per se. **A indenização, nesses casos, é devida pela privação sofrida pelo paciente em sua autodeterminação, por lhe ter sido retirada a oportunidade de ponderar os riscos e vantagens de determinado tratamento, que, ao final, lhe causou danos, que poderiam não ter sido causados, caso não fosse realizado o procedimento, por opção do paciente**’. Precedente STJ (REsp nº 1.540.580/DF). 3. Caracteriza defeito na prestação do serviço médico-hospitalar, a falta do CONSENTIMENTO informado do paciente, por ser seu ônus o dever de informar e exigir a necessária ciência e expressa concordância, mormente quando o procedimento resulta em intercorrência que oferece risco de morte, em atenção ao que apregoa o art. 14, caput e § 1º, do CDC.” **Acórdão** 1263265, 07024657320178070001, Relator: CARLOS RODRIGUES, 1ª Turma Cível, data de julgamento: 15/7/2020, publicado no DJe: 24/7/2020.

Trecho de acórdão

“Nos TERMOS do art. 15 do Código Civil, ‘ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica’. Do mesmo modo que não será possível constranger alguém a realização procedimento médico, para manifestar a opção por um tipo de tratamento de saúde, o paciente deverá ser cientificado sobre os riscos de determinado procedimento, de maneira a permitir que seja plenamente exercida a autonomia de sua vontade. Nesse panorama, **a doutrina analisa o dever de informar do médico sobre os riscos e os benefícios das terapêuticas envolvidas, bem como entende que a violação dessa obrigação gera responsabilidade civil.**

(...)

**A ausência de informação ao paciente sobre os riscos ordinários e relevantes de um procedimento cirúrgico ou tratamento de saúde prejudica a sua capacidade de manifestação de vontade e a sua autodeterminação em se submeter a qualquer terapêutica disponível, o que fere frontalmente seus direitos de personalidade, sobretudo o direito à não intervenção compulsória previsto no art. 15 do Código Civil.”** **Acórdão** 1240116, 00025811120138070018,

Relatora: SIMONE LUCINDO, 1ª Turma Cível, data de julgamento: 25/3/2020, publicado no PJe: 14/4/2020.

Esclarecimentos prestados verbalmente – cirurgia de laqueadura – inocorrência de dano material/moral

“5. O TERMO de CONSENTIMENTO informado consiste apenas na formalização da observância ao dever de informação, representando parte do processo de informação, que inclui esclarecimentos prestados de forma verbal. **Ademais, levando-se em consideração o grau de instrução da autora e o conhecimento geral da possibilidade de falha do método contraceptivo, situação que se aproxima a fato notório, não se revela crível a alegação de desconhecimento quanto à margem de ineficácia da cirurgia de esterilização cirúrgica a que foi submetida.** 6. Assim, ainda que o TERMO de CONSENTIMENTO não tenha sido assinado pela paciente, tal quadro, **por si só, não induz à presunção de ofensa ao dever de informação sobre a falibilidade do procedimento cirúrgico de laqueadura a que foi submetida a autora após o nascimento da segunda filha e a possibilidade de recanalização espontânea.** 7. A par de tal quadro, não se deve considerar a gravidez, na hipótese, como hábil à violação de atributos da personalidade, inexistindo dano efetivo, moral e/ou material, com a chegada da terceira filha, de modo que não se justifica a reparação pretendida. Ainda, não há que se falar em danos ocasionados à criança, terceira filha da primeira autora, haja vista não ter ocorrido comprometimento de seu desenvolvimento físico e saudável durante a gestação e após o nascimento.”

**Acórdão** 1265064, 00066873520168070010, Relatora: SANDRA REVES, 2ª Turma Cível, data de julgamento: 22/7/2020, publicado no DJe: 27/7/2020.

Cirurgia plástica eletiva – TERMO de CONSENTIMENTO – inocorrência de falha na prestação do serviço

“4. O CONSENTIMENTO LIVRE e ESCLARECIDO não tem forma prevista em lei para as cirurgias plásticas eletivas. Todavia, desde a primeira consulta, na fase ambulatorial, e, posteriormente, na fase pré-cirúrgica, há espaço formal e informal para o esclarecimento que conduz ao procedimento. **O TERMO de CONSENTIMENTO**

**LIVRE e ESCLARECIDO (TCLE) é a forma documental de um processo de informação, que pode ser firmado no dia da cirurgia, não havendo necessidade de prazo mínimo para reflexão.** Ninguém faz cirurgia eletiva na fase ambulatorial, na primeira consulta. (...) O dano aleatório, resultante da chamada "álea terapêutica" (alea therapeutike), sobre a qual o médico não tem controle, decorre de resultado imprevisível ou conjuntural, em que não há falta ou falha na prestação do serviço. 8. Ausente a culpa do cirurgião plástico, inexistente dever de indenizar a qualquer título ou de repetir valores recebidos."

**Acórdão** 1212297, 00071198120168070001, Relator Designado: DIAULAS COSTA RIBEIRO 8ª Turma Cível, data de julgamento: 31/10/2019, publicado no DJe: 2/12/2019.

A doutrina de França (2019), ao analisar as decisões judiciais, rememora que a profissão de médico, atualmente desmistificada do paternalismo, que blindava os médicos de outrora, deve se pautar pela transparência e pelo respeito para com o paciente e não apenas por um documento redigido antes dos procedimentos:

Duas coisas devem ficar bem claras em tais ocorrências quando da avaliação judicial: o consentimento esclarecido não suprime nem ameniza a culpa médica por negligência ou imprudência; e que verdadeiramente legítima o ato médico é a sua indiscutível, imediata e inadiável intervenção. Em suma: entender que mesmo tendo o médico um termo escrito de consentimento do paciente, isto, por si só, não o exime de responsabilidade se provados a culpa e o dano em determinado ato profissional. (FRANÇA, 2019, p. 297)

Também Weber (2013) descreve, com perfeita adequação, a condição do TCLE com fundamento no pensamento kantiano:

A capacidade potencial de escolher seu projeto de vida e tomar decisões sobre o desenvolvimento de sua personalidade não depende de uma capacidade concreta de fazê-lo. Estar, temporariamente, impedido de exercer a autonomia não afeta a dignidade. A referência aqui é, por exemplo, aos deficientes mentais

graves. É a importância intrínseca da vida humana que está em jogo. Respeito à dignidade é respeito à liberdade. Que o médico leve em conta o consentimento livre e informado de se paciente ao submetê-lo a um tratamento é respeitar sua autonomia.

Para Tugendhat, a fórmula do imperativo categórico “nunca use o ser humano apenas como meio” resulta no mandamento “não instrumentalizes ninguém” e, positivamente afirma “respeita-o como sujeito de direito! ou com Kant pode-se dizer: respeita-o em sua dignidade”. (WEBER, 2013, on-line)

Assim sendo, tem-se que o TCLE é um instrumento idôneo para resguardar os direitos do paciente, bem como do médico assistente, apesar de que o caso concreto é que vai ditar a valoração das provas, seja no processo administrativo, seja no judicial. Ademais, a utilização do TCLE pelos profissionais de saúde corresponde à representação da própria da dignidade do homem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou de pesquisar a conexão entre a filosofia de Kant e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), no sentido de que o homem deve ser o centro da proteção na assistência à saúde.

Com uma abordagem de fundamentação histórica e filosófica, foram estabelecidos conceitos e menções sobre o holocausto, imposto pelos nazistas, no qual o ser humano foi colocado numa condição de inferioridade e de coisa. Nesse caso, olvidou-se de todos os princípios inerentes à dignidade humana, tal qual espelhado por Kant.

Por conseguinte, foram apresentadas pesquisas que demonstraram que o TCLE, apesar de importante, não está sendo utilizado como deveria. Viu-se que seu conteúdo é capaz de possibilitar a informação devida ao paciente, de modo a determinar a autonomia da vontade e a liberdade na realização do tratamento, bem como de saber das suas consequências. Também viu-se que as ações judiciais estão surgindo mais, a cada momento, e isso tem

colocado a profissão médica em constante evidência, apesar de não haver previsão legal, consta no Código de Ética Médica e na Resolução CFM nº 01/2016 que deveria ser de emprego massivo pelos profissionais de saúde. Ausência de critério formal, dificuldade na implementação no dia a dia e a possibilidade de utilização de outras formas de provas no processo administrativo e judicial deixam o TCLE em condição de segundo plano dentro do contexto da relação médico-paciente.

Não obstante, como forma de transparência e de zelo para com a saúde do paciente, o profissional de saúde deve utilizar-se do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para preservar a dignidade do paciente, tornando-a mais ética, bem como o auxílio no deslinde de processos apuratórios.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Juan Antonio García. **A lista de Schindler**: sobre abismos que o Direito dificilmente alcança. Porto Alegre, editora Livraria do Advogado, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, editora Elsevier, 2004.

BERNADAC, Christian. **Médicos Malditos**. Rio de Janeiro, editora Otto Pierre Editora, 1980.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Resolução CFM nº 2217, de 27 de setembro de 2019. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Resolução CFM nº 01, de 21 de janeiro de 2016. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

CASTRO, Carolina; *et alii*. Termo de consentimento livre e esclarecido na assistência à saúde. *In: Rev. Bioét.* vol.28 no.3 Brasília Jul./Set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/nSNCdJq7zx8FynjmV7m9fqh/?lang=pt>. Acessado no dia: 15 de março de 2023.

CASTILHO, Ricardo. Filosofia Geral e Jurídica. 6ª ed. São Paulo, Saraiva.

DANTAS, Eduardo; COLTRI, Marcos. **Comentários ao Código de Ética Médica**. 3ª. Salvador, ed. JusPodivm, 2020.

DA VINCI por ele mesmo. Tradutor Marcos Malvezi. São Paulo, Madras, 2004.

FRANÇA, Genival Veloso da. **Direito Médico**. 15ª ed. Rio de Janeiro, 2019, Forense.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2008. Pdf.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. Saraiva, São Paulo, 2020.

WEBER, Thadeu. Ética e filosofia do direito: autonomia e dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

YARID, Sérgio; *et alli*. Uso do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) por cirurgiões-dentistas em atividades clínicas. In: **Odontol. Clín.-Cient.** (Online) vol.11 no.3 Recife Jul./Set. 2012. Disponível em: [http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-38882012000300012](http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-38882012000300012). Acessado em: 15 de março de 2023.

## **CAPÍTULO 10**

# **A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE MARKETING PARA AS EMPRESAS COMO FERRAMENTA INDISPENSÁVEL NO MERCADO COMPETITIVO EMPRESARIAL**

Manuel António Mufuty  
Ronaldo do Nascimento Carvalho

### **INTRODUÇÃO**

O presente recorte de pesquisa traz como tema de estudo: “A importância do plano de marketing para as empresas como ferramenta indispensável no mercado competitivo”, haja visto que atualmente as empresas procuram manter sua sobrevivência adaptando-se ao mercado que atuam, competem entre elas as preferências dos consumidores e funcionam como uma “seleção natural”, sobrevivendo e permanecendo os mais aptos; aqueles que acompanham a complexa dinâmica do mercado.

O Marketing nas empresas tem se tornado foco de várias discussões relacionadas com o sucesso organizacional e a conquista de novos clientes. Atualmente, o mercado em geral tem se tornado bastante criterioso em relação às suas preferências e o motivo que torna esses consumidores mais seletivos se relaciona diretamente com o seu nível de informação.

A globalização trouxe, além de muita modernização, novas questões, novos horizontes e o mais importante: levou o consumidor a refletir mais sobre as suas decisões de consumo. É nessa era de conhecimento que a posse de informação faz a diferença e motiva as empresas a se lançarem em novos mercados



com o objetivo de conquistar cada vez mais camadas e tentar a sua sobrevivência diante da competitividade.

Para Ambrósio, (2002, p.4), "Marketing é o conjunto de técnicas voltadas para maximizar a felicidade das pessoas por meio da satisfação das necessidades e desejos, otimizando o retorno para organização". De acordo com a definição do autor, pode-se dizer que marketing é uma filosofia empresarial a qual envolve toda a empresa, gerando retorno para à organização através da construção de valor para o consumidor.

O planejamento de marketing é uma delas, capaz de definir e direcionar ações da empresa no que concerne ao cumprimento de suas estratégias mercadológicas, independentemente de seu porte ou de seu segmento, afinal, as empresas que estiverem com o foco voltado ao mercado, direcionando suas estratégias no atendimento das necessidades dos clientes, tem maior chance de êxito.

A importância do estudo para a empresa está na oportunidade de visualizar como o planejamento de marketing pode ser aplicado ou ser utilizado, potencializando a empresa no mercado que é competitivo. Com o aumento da concorrência e com as mudanças enfrentadas pela empresa, o uso do marketing em seus negócios precisa ser estabelecido como uma forma de obtenção de vantagem competitiva, adaptando-o à realidade da empresa.

## **METODOLOGIA**

Para Marconi e Lakatos, "A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais." (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.139).

O estudo é estruturado na modalidade de ensaio teórico, o qual é concebido por Medeiros (2000) como uma exposição metodológica sobre um assunto e a apresentação das conclusões originais a que se chegou depois de acurado exame dele. Para o

autor, o ensaio é “problematizador”, não dogmático, e dele devem sobressair o espírito crítico do autor e a originalidade.

Conforme afirma Severino (2000), no ensaio há maior liberdade por parte do autor para defender determinada posição, sem que ele tenha que se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica. De fato, o ensaio não dispensa o rigor lógico e a coerência de argumentação e, por isso mesmo, exige informação cultural e maturidade intelectual.

Conforme explica TRIVINOS os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites e uma realidade específica, buscando antecedentes, maiores conhecimentos para em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou do tipo experimental. (TRIVINOS, 1987, p. 109),

Portanto, este trabalho terá como base teórica uma revisão bibliográfica, que segundo GIL: é “elaborado com base em material já publicado”. Com o propósito de “fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema”. (GIL, 2010, p. 30)

## **ABORDAGEM TEÓRICA**

Kotler (2000, p.30) apresenta a seguinte definição: Marketing é um processo de planejar e executar a concepção, a determinação do preço, a promoção e a distribuição de ideias, bens e serviços para criar trocas que satisfaçam metas individuais e organizações.

Kotler (2000) argumenta que um dos motivos primordiais para se estudar marketing é que ele é responsável por grande parte do crescimento e do desenvolvimento econômico da empresa e da sociedade. O marketing estimula a pesquisa e ideias inovadoras, tendo por resultado a oferta de novos e melhores bens e serviços. O marketing instiga a pesquisa e ideias inovadoras, tendo por consequência a oferta de novos e melhores bens e serviços. Kotler (2000), menciona que um dos motivos cruciais para se estudar

marketing é que ele é responsável por grande parcela do crescimento e progresso econômico, empresarial e social.

Kotler e Keller (2006, p. 4) declaram a seguinte definição, sendo “o marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais Las Casas (2010) diz que o conceito de marketing é dito por muito tempo como uma intenção de satisfazer os desejos e as necessidades dos clientes.

O plano de marketing é de extrema importância para as empresas, uma vez que representa o resultado de um processo de planejamento.

Lambin (2000) assevera que o marketing é um conjunto de atividades operadas por organizações e também um processo social. Em outras palavras, o marketing existe nos níveis micro e macro. Por esse motivo, pode-se conceber o marketing sob um duplo enfoque. No primeiro examinam-se os consumidores e as organizações que os atendem; no segundo adota-se uma visão ampla do sistema completo de produção-distribuição em que a empresa opera.

Nas organizações voltadas às atividades mercadológicas bem como para obtenção de novos clientes, o conceito básico de marketing poderá seguir sempre a mesma linha de raciocínio dos autores citados a seguir, ou seja, satisfazer as necessidades e os desejos dos clientes, visando o reconhecimento da empresa perante o seu mercado, buscando assim a lucratividade a um curto ou longo espaço de tempo.

Por outro lado, Lambin (2000) assevera que o marketing é um conjunto de atividades operadas por organizações e também um processo social. Em outras palavras, o marketing existe nos níveis micro e macro. Por esse motivo, pode-se conceber o marketing sob um duplo enfoque. No primeiro examinam-se os consumidores e as organizações que os atendem; no segundo adota-se uma visão ampla do sistema completo de produção-distribuição em que a empresa opera. O marketing instiga a pesquisa e ideias inovadoras, tendo por consequência a oferta de novos e melhores bens e serviços.

O mesmo autor, declara que o marketing é um conjunto de atividades operadas por organizações e se caracteriza também como um regime societário. Em outros termos, o marketing encontra-se nos níveis micro e macro. Desse modo, pode-se configurar o marketing sob um duplo aspecto. Preliminarmente examinam-se os consumidores e as organizações que os atendem; no segundo admite-se uma visão extensa do processo de produção distribuição em que a empresa opera.

Para o mesmo autor, marketing é desenvolver e entregar bens e serviços que os consumidores desejam e necessitam no tempo certo, no local certo, e no preço que estão dispostos e podem pagar. Por outro lado, ao envolver-se no processo de troca, o marketing possibilita quatro tipos de estratégias: forma, tempo, lugar e posse.

## **A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE MARKETING PARA AS EMPRESAS**

O plano de marketing é de extrema importância para as empresas, porque representa na prática o resultado de um processo de planejamento. O processo de planejamento toma forma no momento em que a administração elabora esse documento, por esta razão a afirmação que um bom plano não valida uma idéia de marketing, pelo contrário é validada com um bom excelente plano utilizado para realizar a criatividade, a imaginação bem como a inovação.

O plano (produto do planejamento) é um curso de ação, onde se estabelece quem fará o que, onde, como e porque, para atingir os objetivos. Todo e qualquer plano é retratado formalmente através de um documento” (COSTA, 2003, p. 183). Um bom plano de marketing deve orientar a empresa em seus negócios na maneira como seu produto ou serviço deverá ser transmitido para o público de modo que gere lucros e crescimento satisfatórios.

De acordo com Cobra (1992, p. 88), “o plano de marketing identifica as oportunidades mais promissoras no negócio, mostra como penetrar com sucesso, obter e manter as posições desejadas

nos mercados identificados”. O plano de marketing é uma ferramenta poderosa, pois diante de um mercado que sofre com constantes mudanças e de maneira rápida ele procura meios que contribuam para a execução do planejamento, tornando-o de grande importância no processo de marketing.

De acordo com Kotler e Keller (2006, p. 41):

O plano de marketing é o instrumento central para direcionar e coordenar o esforço de marketing. Ele funciona em dois níveis: estratégico e tático. O plano de marketing estratégico estabelece os mercados-alvo e a proposta de valor que será oferecida [...]. O plano de marketing tático especifica as táticas de marketing, incluindo características do produto, promoção, comercialização, determinação do preço, canais de venda e serviços.

As empresas devem estar atentas ao seu ambiente externo e às frequentes mudanças, para não ficarem somente dependentes das ferramentas metodológicas em busca de possíveis problemas e suas respectivas soluções, pois as oportunidades e ameaças não avisam de qual lado estão vindo.

Pela sua relevância ou importância, o bom marketing nunca foi acidental, pois ele resulta de planejamento e execução de atividades, representa um elemento cada vez mais indispensável para o sucesso dos negócios de uma empresa. Por outro lado, o marketing afeta profundamente nossa vida, pois está em tudo que realizamos ou fazemos como: das roupas que vestimos aos sites em que consultamos, passando pelos anúncios que vemos.

A importância do plano de marketing para as empresas, permite realizar comparações das estratégias alinhadas com determinado ambiente, pelo que qualquer elemento que fizer estudos ou comparações para avaliar sucessos ou fracassos nos resultados da empresa tem procedimentos detalhados, o que ajuda na melhoria do desempenho futuro. Assim, é possível identificar o que deveria ser feito em condições semelhantes para que os resultados se repetissem ou fossem evitados.

Por outro lado, o plano de marketing apresenta um aspecto motivacional quando a empresa envolve os funcionários em sua elaboração, existe um senso de participação nos resultados, e cada um deles poderá ser mais responsável na sua implantação. Considerando o aspecto do envolvimento, é aconselhável que os funcionários participem da elaboração do plano de marketing, os resultados positivos do envolvimento dos funcionários podem ser percebidos em vários setores de várias empresas.

A concorrência cresceu e com o avanço das tecnologias os consumidores são mais críticos e exigentes, o mercado tem que lidar com as constantes mudanças e as empresas precisam se adequar a estas modificações para manterem-se vivas. Por essa razão, o marketing é uma ferramenta que aliada a qualquer empresa auxilia no processo dessas adaptações de maneira rápida e eficaz, pois ele é responsável por definir os mercados-alvo, identifica e quantifica as necessidades dos clientes, através da comunicação dos produtos e serviços ofertados a todos os clientes. É o marketing que também faz o monitoramento da satisfação dos clientes e dos resultados conquistados pela empresa, além de ser uma ferramenta que ajuda a empresa a deixar de cometer erros, dentre outros processos essenciais.

Para evitar erros e administrar o marketing com eficiência, é imprescindível que a empresa realize planejamento estratégico. A essência do planejamento estratégico de marketing da empresa é o conhecimento de sua situação no mercado. Após a análise da situação de mercado, identificando os problemas, as ameaças e as oportunidades com que a empresa se depara, é que se inicia o planejamento de ações de marketing.

O marketing e a comunicação são ferramentas estratégicas de apoio administrativo para qualquer empresa e está diretamente ligada à cultura organizacional e os meios escolhidos para disseminar informações. De modo geral, faz parte de todo um planejamento, sendo a maior aliada a ausência de erros e conflitos empresariais.

O marketing empresarial acontece através de múltiplas estratégias comunicativas, no qual o foco principal é maximizar a informação. Neste sentido, o mercado entende que uma comunicação eficaz e eficiente pode fazer com que a empresa obtenha êxito na transmissão de sua mensagem e adquira certa vantagem competitiva perante seus concorrentes.

Planejar estrategicamente significa estar em sintonia com o mercado, visando à adaptação da empresa às mutantes oportunidades que surgem, considerando sempre os recursos disponíveis e os objetivos perseguidos (KOTLER e KELLER, 2006, p. 21).

Segundo Kotler e Keller (2006), muitas empresas utilizam apenas uma ou duas ferramentas de comunicação de marketing. Porém, atualmente é preciso utilizar de uma visão ampla do consumidor, para entender as diferentes formas que a comunicação pode influenciar em seu comportamento. “A utilização de diversos meios dentro de um intervalo de tempo delimitado pode aumentar o alcance e o impacto da mensagem” (KOTLER E KELLER, 2006, p. 557).

## CONCLUSÃO

O Plano de Marketing é um documento que resume o mercado com suas peculiaridades e principais tendências, tais como moda, momentos e relevâncias. Informa com mais precisão como a empresa deseja agir para alcançar seus objetivos juntamente com o marketing.

Por essa razão, muitas das estratégias e ferramentas do marketing tornam-se importantes para que estas empresas finquem seus produtos/serviços no mercado e na mente do consumidor, não apenas atendendo as necessidades de seus clientes, mas surpreendendo-os com benefícios e atributos que seus concorrentes não possuem.

O plano de marketing busca gerenciar a comunicação interna entre seus gestores e colaboradores dentro de um ambiente empresarial, o seu reconhecimento advém da criação de diversas ações de melhorias, na qual busca a satisfação e a aproximação de relacionamento com seus clientes, conseqüentemente gerar resultados para empresa.

Finalmente, compreender a importância do plano de marketing para melhor atingir o sucesso das oportunidades adquiridas, é estar atento ao mercado e as necessidades dos consumidores, de forma a adaptar-se as constantes mudanças, com planejamento, objetivos, estratégias e metas definidas, que possa envolver os gestores, colaboradores e os clientes em total aproximação e a cima de tudo reconhecer sua importância na organização como uma ferramenta, advém com ações de melhorias continua, que facilita o trabalho para o acompanhamento do mercado e para gerar melhores oportunidades a empresa.

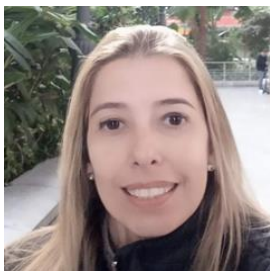
## REFERÊNCIAS

- AMBRÓSIO, V. Siqueira, R. **Plano de Marketing: Passo a Passo: Serviços**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002.
- Cobra, Marcos. **Administração de Marketing**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- KOTLER. & KELLER, K. L (2006). **Administração de Marketing**. (12ª ed). São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Pesquisa de Marketing**. (2ª ed). São Paulo, Atlas 2010.
- LAMBIN, J. J. (2000). **Marketing estratégico**. McGraw Hill: Lisboa.
- Marconi, M. A, Lakatos, E. **Metodologia Científica**. (5ª ed). São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- MEDEIROS, J. B. (2000). **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. (2a ed.). São Paulo: Atlas.



YIN, R. K. (2001). **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. (2a ed.). Porto Alegre: Bookman.

## ORGANIZADORA E ORGANIZADORES



### **Valeska Regina Soares Marques**

Pós Doutora em Saúde Pública pela Unibe. Doutora em Saúde Pública pela Universidad Americana. Coordenadora Pedagógica do Instituto IIEP. Coordenadora Administrativa da APAE de Niterói. Pós graduada em Docência do Ensino Superior. Especialização em Metodologia Científica, Epidemiologia, Ecologia.



### **Ronaldo do Nascimento Carvalho**

Pós-Doutor na Universidad Ibero Americana/PY, Doutor em administração pela Universidad Americana/PY, Doutor em educação pela Universidad Columbia del Paraguay, Mestre em administração pela Universidad Americana/PY, Mestre no Programa território e expressões culturais no cerrado - TECCER/UEG, Pós-Graduado em Finanças e Gestão de Negócios pelo IPEP - Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa. Possui graduação em administração de empresas (COMEX) pela Universidade Guarulhos (2000). Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás(2011). Professor da Unicaldas - Faculdade de Caldas Novas .Conta com artigos disponibilizados em periódicos e anais de Congressos realizados no Brasil e Exterior. Possui experiência na área, com ênfase nos seguintes temas: administração, tecnologia da informação, planejamento estratégico, lucro, micro e pequena empresa



**Diogo Janes Munhoz**

Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguai; possui graduação em Educação Física pela Universidade Norte do Paraná (2001) e especializações nas áreas de Treinamento Desportivo (2004); Educação Especial (2005); e Ensino a Distância (2008); Dedicou-se a estudos na área de Altas Habilidades-Superdotação e atualmente coordena o setor de Educação Especial do Núcleo Regional de Educação de Londrina/PR. Contato: munhozdiogo@gmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5792026950175789>

## AUTORAS E AUTORES



### **Débora Cristina de Souza Alexandre**

Mestra em Ciências da Educação pela Universidade DEL SOL- UNADES concluído em 2022. Professora Especialista em Orientação Educacional pela Universidade Salgado, em Psicopedagogia com Ênfase em Ensino Especial e Educação Inclusiva pela FAMATEC. Graduada em LETRAS/ PORTUGUÊS/ INGLÊS, pela Universidade Estadual de Goiás em 2004. Iniciei na Educação 1994, já completei 29 anos como professora regente, nível IV da Secretaria do Estado de Educação de Goiás. Nestes 29 de serviço prestados a Secretaria de Educação, assumi diversas funções dentro da Unidade Escolar, citarei as mais relevantes, professora Alfabetizadora, Coordenadora Pedagógica, Vice - Diretora, Dinamizadora de Biblioteca, Dinamizadora Laboratório de Informática, Mediadora da Inclusão da Secretaria Regional de Educação de Morrinhos, Coordenadora e Formadora da Regional de Morrinhos do Programa do MEC Alfabetização na Idade Certa. Atualmente estou na função de professora de Atendimento Educacional Especializado.



### **Gabriella Freitas Macêdo**

Advogada. Pós-graduada em Direito Público. IMP, conclusão em 2019. Graduada em Direito. UNIEURO, conclusão em 2017. E-mail: Gabriellafm.adv@gmail.com



### **Jane Cleusa da Costa Klein**

Mestranda em Saúde Pública na Universidad UNIDA del Paraguai e pós graduanda em Administração Pública pela UFV - Universidade Federal de Viçosa; possui graduação em Farmácia Bioquímica pela UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais (1999) e especializações na área de Gestão de Saúde Pública e Gestão Hospitalar (2015), Farmácia Homeopática (2022) e Vigilância Sanitária (2023). Atualmente é coordenadora de Políticas Públicas em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Mato Dentro, MG. Contato: janecostaklein@gmail.com

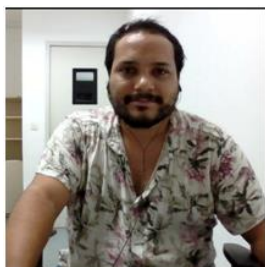


### **Josy Lira Dias**

Doutora em Administração e Gestão em Saúde Pública na Universidad Columbia del Paraguay; possui graduação em Biologia e Enfermagem, tem especialização em Auditoria em Serviços de Saúde e mestrado em Biologia Urbana. Atualmente trabalha como enfermeira do Programa Estado de Imunização no Estado do Amazonas.

Contato: joliradias@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8336948290099596>



### **Lucas Amaral dos Santos Barroso Leite**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Computação da Universidade Federal Fluminense com a especialização em algoritmo de otimização (2023), Cientista da Computação na Universidade Federal Fluminense (2018-2022). Desenvolvedor WEB (Front) pelo laboratório LMDC na UFF. (2020-2021) Analista de Dados pela Fiocruz (2021), Desenvolvedor pela a AFR (atual).

Contato: amarallucas@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1743386502661471>



### **Manoel António Mufuty**

Doutorando em Administração de Empresas na Universidad de la Integracion de las Americas; possui Mestrado em Administração e Direção de Empresas pela Universidad Ameicana del Paraguai (2022); Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003); Bacharel em Teologia pela Fateid-GO (2002); Atualmente dedica-se a estudos nas áreas liderança e administração corporativa, gestão de recursos humanos e respectivos subsistemas. Contato:

[manuelmufuty@hotmail.com](mailto:manuelmufuty@hotmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/9250161935610552>



### **Maria Izabel Nogueira do Nascimento**

Sanitarista, graduada em enfermagem pela Escola de Enfermagem de Manaus (1975), especialização em Enfermagem Médico-Cirúrgico pela Escola de Enfermagem de Manaus, Especialização em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (1981), foi Coordenadora de Imunização do Estado do Amazonas (1995 a 2023).

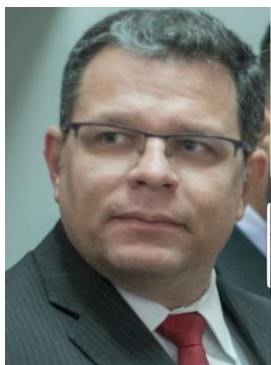


### **Neliza Helena Ribeiro Taconi**

Mestranda em Ciências Médicas na Universidade Federal Fluminense (2023), Pós-graduação em desenvolvimento de tecnologias digitais - Universidade Estácio de Sá (2022), graduação em tecnólogo em processamento de dados - Faculdades Integradas Maria Thereza (1998). Atualmente é tecnólogo em processamento de dados da Associação Fluminense de Reabilitação. Experiência na área de ciência da computação, Processamento de banco de dados e análise estatística.

Contato:taconinelizah@gmail.com

Lattes:<https://lattes.cnpq.br/7794976741933536>



### **Péricles Queiroz Araújo**

Especialista em Direito Médico e da Saúde. Pós-graduado em Gestão estratégica em Segurança Pública. Pós-graduado em Administração na Gestão de Clínicas, Hospitais e Indústria da Saúde. Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidad Columbia.



### **Poliana Freitas Vieira Araújo**

Curso: Educação Física (Bacharel) 1996. Instituição: Universidade Católica de Brasília. Curso: Direito (Bacharel) 2008. Instituição: Unieuro. Curso: Especialização em Personal Trainer e Musculação 2005. Instituição: Universidade da Saude – RJ. Curso: Especialização em ATIVIDADE POLICIAL JUDICIÁRIA 2009. Instituição: Faculdade Fortium. Curso: Especialização em CIENCIAS CRIMINAIS 2010. Instituição: SUI

JURIS.Brasília. Curso: Especialização em VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 2021. Instituição: YADAIM OVDOT, YADAIM. Curso: Especialização em SAÚDE MENTAL 2022. Instituição: Escola de Psicanálise de Brasília. Curso: Mestrado em Ciências Crimonológico-Forense – Cursando. Instituição: Universidad de la Empresa. UDE. Montevideo, Uruguai.

### **Rafael da Silva dos Santos**



Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário La Salle RJ, Graduando em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense e Pós-Graduando em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Responsável pela Sala de realidade Virtual da Associação Fluminense de Reabilitação e Assistente no Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos (NEPP) da Associação Fluminense de Reabilitação (AFR).

Contato: profrafaelped@gmail.com

### **Roberta Iael da Costa**



Possui mestrado em MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO pela Universidad Americana del Paraguay(2018). Formada em Ciências Biológicas e em Pedagogia. Atualmente é Professora de Ciências e Biologia da ESCOLA ESTADUAL SÃO JOAQUIM. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem e também doutoranda da Universidade Unidas do Paraguay através do Instituto iiep.





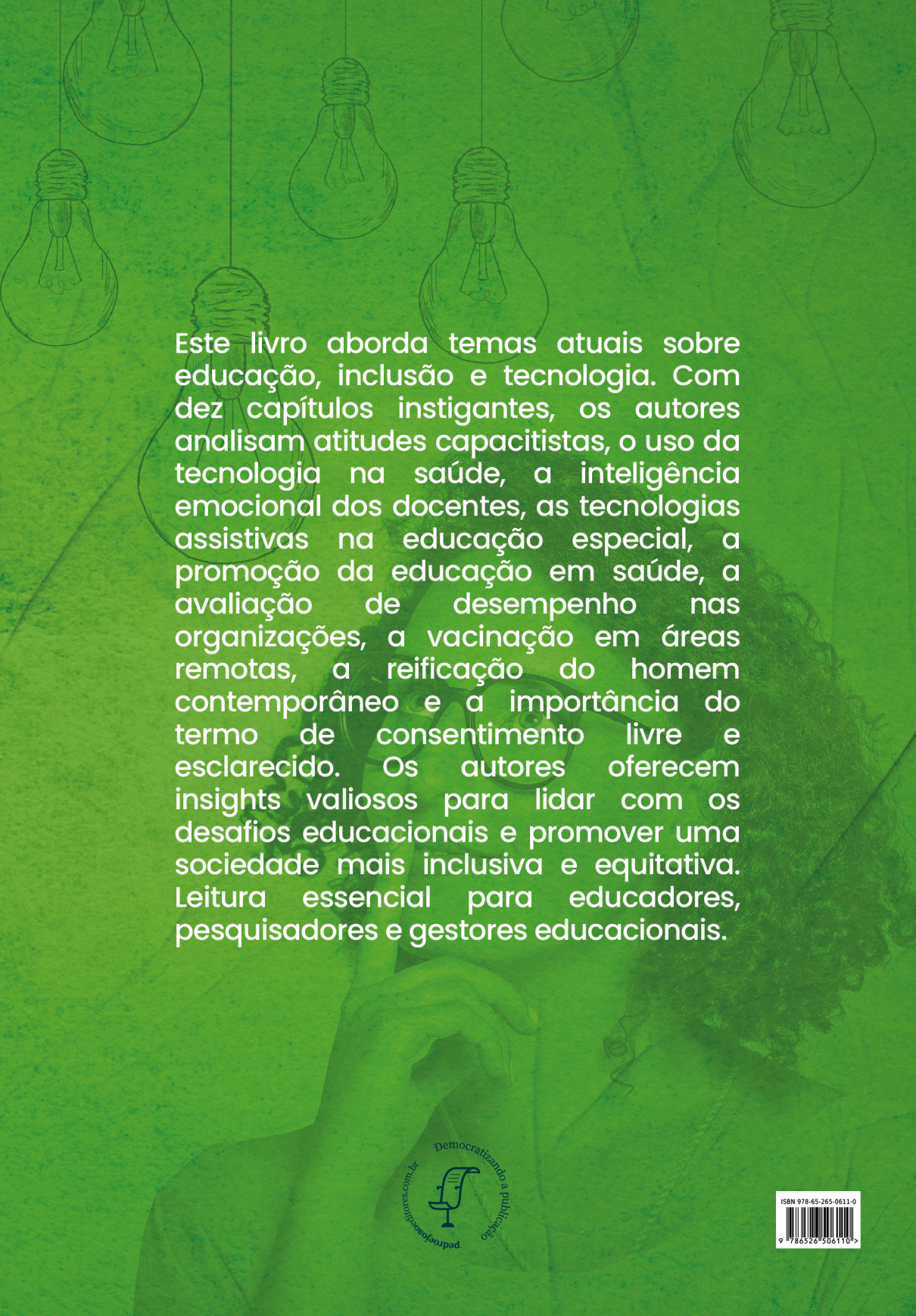
**Valéria de Fátima Soares Marques Coelho**

Doutoranda em Saúde Pública pelo IIEP/ Universidad Unida, Mestre em Motricidade Humana pela Escola de Educação Física e Desporto da UFRJ, Graduada em Fisioterapia pela FRASCE e Coordenadora Técnica da APAE-NITEROI



**Zilda Lopes Rombaldi**

Pedagoga, psicóloga clínica, educacional e do trânsito. Psicopedagoga. Especialista em educação especial e inclusiva. Mestre em Ciências da Educação. Doutoranda em Ciências da Educação. Atua na área da psicologia clínica e educacional. Professora universitária.

The background of the cover features a green-tinted image of a person with curly hair, seen from the side, resting their chin on their hand in a thoughtful pose. Several lightbulbs are scattered around, some of which are glowing with a soft light. The overall aesthetic is clean and modern, with a focus on intellectual and educational themes.

Este livro aborda temas atuais sobre educação, inclusão e tecnologia. Com dez capítulos instigantes, os autores analisam atitudes capacitistas, o uso da tecnologia na saúde, a inteligência emocional dos docentes, as tecnologias assistivas na educação especial, a promoção da educação em saúde, a avaliação de desempenho nas organizações, a vacinação em áreas remotas, a reificação do homem contemporâneo e a importância do termo de consentimento livre e esclarecido. Os autores oferecem insights valiosos para lidar com os desafios educacionais e promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Leitura essencial para educadores, pesquisadores e gestores educacionais.